

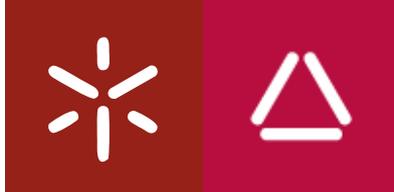


Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Carina Raquel Gomes Ferreira

**Os movimentos católicos femininos na
Arquidiocese de Braga: a Liga Agrícola
Católica Feminina e a Liga Operária
Católica Feminina (anos 30 a 70 do
século XX)**





Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Carina Raquel Gomes Ferreira

**Os movimentos católicos femininos na
Arquidiocese de Braga: a Liga Agrícola
Católica Feminina e a Liga Operária
Católica Feminina (anos 30 a 70 do
século XX)**

Dissertação de Mestrado
Mestrado em História

Trabalho realizado sob a orientação da
Professora Doutora Fátima Moura Ferreira

DECLARAÇÃO

Nome: Carina Raquel Gomes Ferreira

Endereço eletrónico: carina-raquel_@hotmail.com

Telefone: +351 912 043 014

N.º do Bilhete de Identidade: 13748559

Título da Dissertação: “Os movimentos católicos femininos na Arquidiocese de Braga: a Liga Agrícola Católica Feminina e a Liga Operária Católica Feminina (anos 30 a 70 do século XX)”

Orientadores:

Professora Doutora Fátima Moura Ferreira

Ano de Conclusão: 2018

Ramo do Conhecimento do Mestrado

História

DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR, NÃO É PERMITIDA A REPRODUÇÃO DE
QUALQUER PARTE DESTA TESE/TRABALHO

Universidade do Minho, / /2018

Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

A elaboração desta tese só foi possível devido à disponibilidade e valiosa ajuda da professora Fátima Moura Ferreira, que ao longo do tempo me orientou e aconselhou na realização deste trabalho científico.

À minha querida mãe – Esperança Gomes – que me apoiou e esteve sempre ao meu lado com o seu carinho, não só durante o mestrado, mas durante toda a minha vida. À minha avó – Etelevina Machado – e também em especial ao meu avô – Manuel Gomes † – pelas histórias que me contou e que fizeram crescer em mim a curiosidade e o interesse pela História. Agradeço também ao Manuel Silva.

Ao Pirata e à Piggy que apesar de não-humanos fazem parte da família e como tal me influenciaram à sua maneira.

À Doutora Márcia Oliveira que me ajudou a estabelecer alguns contactos com informantes privilegiados, aos responsáveis atuais da sede da LOC de Braga que me possibilitaram a recolha de dados e aos seus funcionários que se mostraram disponíveis e profissionais.

Por fim agradeço aos entrevistados pelo seu testemunho: ao José Maria da Costa pela partilha da sua experiência de vida nos organismos da Ação Católica e por me ter proporcionado ajuda na comunicação com a direção da LOC; à entusiasta Judite Ribeiro, ao aventureiro Padre Avelino Cardoso e ao Monsenhor Joaquim Fernandes.

RESUMO

O estudo que se apresenta pretende constituir um contributo sobre os grupos católicos femininos pertencentes à Ação Católica Portuguesa. Trata-se de um estudo de caso sobre a Liga Agrícola Católica Feminina e a Liga Operária Católica Feminina na arquidiocese de Braga, entre os inícios dos anos 30 e a Revolução de Abril.

Analisamos a criação e a composição destes grupos no contexto das diretrizes, finalidades e preocupações da Ação Católica, veiculadas através das suas publicações oficiais da ACP (boletins mensais, trimestrais e anuais). Recorremos ainda à exploração das fichas das associadas afetas aos dois organismos especializados apontados com o objetivo de caracterizar este universo e surpreender sinais relativos ao significado de pertença ao movimento. A realização de um conjunto de entrevistas com indivíduos ligados aos organismos da Ação Católica, contribuiu para enriquecer a problematização dos resultados obtidos, no contexto da revisão crítica da bibliografia da especialidade consultada.

Em suma o presente trabalho visa constituir um contributo para o estudo da dinâmica do associativismo católico feminino durante o Estado Novo, no sentido de apreender a ação do movimento no campo da educação (religiosa, social e individual) e do controlo do meio operário e rural. Em especial, o relevo atribuído à reeducação da mulher no sentido de atingir o ideal preconizado pela Igreja e que concorria em favor dos valores salazaristas.

ABSTRACT

The study is intended to be a contribution to the female Catholic groups belonging to the Portuguese Catholic Action. This is a case study of the female Catholic Agricultural League and the female Catholic Working League in the Archdiocese of Braga, between the early 1930s and the April revolution.

We analyze the creation and composition of these groups in the context of the guidelines, purposes and concerns of the Catholic action, conveyed through their official ACP publications (monthly, quarterly and annual bulletins). We have also resorted to the exploitation of the Associates files affects the two specialized organisms aimed at characterizing this universe and surprising signs concerning the meaning of belonging to the movement. The realization of a set of interviews with individuals related to the groups of the Catholic Action, contributed to enrich the questioning of the results obtained, in the context of the critical review of the bibliography of the specialty consulted.

In short, the present work aims to constitute a contribution to the study of the dynamics of female Catholic associativity during the new state, in order to apprehend the action of the movement in the field of education (religious, social and individual) and the control of the environment worker and rural. In particular, the relief attributed to the reeducation of the woman in order to achieve the ideal of the church and which was in favor of the Salazar values.

ÍNDICE

DECLARAÇÃO.....	i
AGRADECIMENTOS	ii
RESUMO.....	iv
ABSTRACT	v
LISTA DE SIGLAS.....	x
LISTA DE GRÁFICOS.....	xii
LISTA DE ILUSTRAÇÕES.....	xiv
LISTA DE TABELAS.....	xvi
LISTA DE ESQUEMAS.....	xviii
LISTA DE MAPAS.....	xx
INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO I – Objeto de estudo e construção do itinerário de investigação	4
1. Revisão da bibliografia da especialidade e fixação da problemática em estudo	4
2. Fontes e metodologias	10
CAPÍTULO II - Ação Católica Portuguesa: finalidades, organização e implantação do movimento	11
1. Finalidades do movimento, agrupamentos e organismos especializados	11
2. Lançamento e implantação do movimento	23
a. Símbolos de pertença	25
b. A importância da cota mensal.....	27
3. Dinâmica associativa e quotidiana dos grupos Católicos femininos, entre os anos 30 e os inícios dos anos 70	28
a. Reuniões de grupo ou de secção.....	29
b. Esquema da reunião.....	31
c. Família, lar, trabalho, mulher, entre os anos 30 e os primeiros anos de 70.....	31

CAPÍTULO III - Caracterização do universo católico feminino em contexto rural: a LACF e a LOCF na Arquidiocese de Braga	41
1. A população feminina da ACP na Arquidiocese de Braga e no País	41
2. Caracterização global do universo da LACF e da LOCF da Arquidiocese de Braga (1935-1974)	45
a. Conteúdos da ficha de inscrição.....	47
b. A LACF e a LOCF na Arquidiocese de braga, implementação e dinâmicas.....	50
c. A localização da sede dos grupos paroquiais	52
3. Caracterização do perfil socioprofissional das associadas da LACF e da LOCF	54
a. Universo etário	54
b. Estado civil	56
c. Habilitações escolares e assinatura.....	58
d. Profissão/Ocupação	61
4. Grau de vinculação à ACP e a outros espaços de vivencia católica	64
a. Estatuto das associadas e percursos nos organismos especializados	64
b. A importância simbólica do compromisso material (cota)	67
c. Espaços de experiência e de aprendizagem religiosa na vida: permanências e <i>saídas</i>	69
CONCLUSÃO	74
FONTES IMPRESSAS	75
BIBLIOGRAFIA LIDA E REFERENCIADA	75
WEBGRAFIA	80
ENTREVISTAS.....	82
APÊNDICE 01 –Declaração para a reprodução das entrevistas	83
APÊNDICE 02 – Guião para as entrevistas	84
APÊNDICE 03 – Entrevistas	87
APÊNDICE 04 – Catalogação e organização do arquivo	126
APÊNDICE 05 – Quadros representativos das amostras	127

APÊNDICE 06 – Distribuição territorial na Arquidiocese de Braga dos movimentos LACF e LOCF (1934-1974) 141

LISTA DE SIGLAS

ACP – Ação Católica Portuguesa
ABC – Associação dos Benjamins e Cadetes
CNE – Corpo Nacional de Escutas
JAC – Juventude Agrária Católica
JACF – Juventude Agrária Católica Feminina
JCF – Juventude Católica Feminina
JCM – Juventude Católica Masculina
JEC – Juventude de Estudantes Católicos
JECF – Juventude de Estudantes Católicos Feminina
JIC – Juventude Independente Católica
JICF – Juventude Independente Católica Feminina
JOC – Juventude Operária Católica
JOCF – Juventude Profissional e Popular Católica Feminina
JUC – Juventude Universitária Católica
JUCF – Juventude Universitária Católica Feminina
LAC – Liga Agrária Católica
LACF/LCF – Liga da Ação Católica Feminina/Liga Católica Feminina
LARC/LACF – Liga Agrícola Católica Feminina
LEC – Liga Escolar Católica
LECF – Liga Escolar Católica Feminina
LHAC – Liga dos Homens da Ação Católica
LIC – Liga Independente Católica
LICF – Liga Independente Católica Feminina
LOC – Liga Operária Católica
LOCF – Liga Operária Católica Feminina
LUC – Liga Universitária Católica
LUCF – Liga Universitária Católica Feminina

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Distribuição por décadas do total das fichas de inscrição da LACF e LOCF que compõem o universo em estudo.	46
Gráfico 2: Distribuição das categorias não preenchidas (S/I) no segmento da LACF, por décadas	49
Gráfico 3: Distribuição das categorias não preenchidas (S/I) no segmento da LOCF, por décadas	50
Gráfico 4: Relação entre residência das associadas da LACF e a localização dos grupos, por décadas.	53
Gráfico 5: Relação entre residência das associadas da LOCF e a localização dos grupos, por décadas.	53
Gráfico 6: Distribuição das associadas da LACF por grupos etários e décadas.	55
Gráfico 7: Distribuição das associadas da LOCF por grupos etários e décadas.	56
Gráfico 8: Estado civil das associadas da LACF por décadas.	57
Gráfico 9: Estado civil das associadas da LOCF por décadas.	57
Gráfico 10: Habilitações Escolares das associadas da LACF, por décadas.	59
Gráfico 11: Habilitações Escolares das associadas da LOCF, por décadas.	60
Gráfico 12: Distribuição da assinatura entre as associadas, por décadas.	61
Gráfico 13: Distribuição por setores de atividade profissional das Associadas LACF, por décadas	62
Gráfico 14: Distribuição por setores de atividade profissional das Associadas LOCF, por períodos décadas.	63
Gráfico 15: Distribuição das categorias das associadas da LACF, por décadas.	65
Gráfico 16: Distribuição das categorias das associadas da LOCF, por décadas.	65
Gráfico 17: Vínculo anterior das associadas da LACF, por décadas.	66
Gráfico 18: Vínculo anterior das associadas da LACF, por décadas.	67

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1: Representação do emblema de acordo com o Boletim da Ação Católica 26

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Representação da cota para cada organismo da liga feminina	28
Tabela 2: Representação da cota para cada organismo da juventude feminina	28
Tabela 3: Lista representativa das temáticas propostas (1939 a 1972).....	33
Tabela 4: Número total de associados e de grupos para a Arquidiocese de Braga e para o total do País.....	43
Tabela 5: Total da População Associada por género e divisões etárias no Arcebispado de Braga e no Total do País (com a exclusão dos associados referentes às cidades de Lisboa e Porto)	44
Tabela 6: Categorias das fichas da LACF e da LOCF.....	49
Tabela 7: População que sabe ler e população católica no País e em Braga segundo o género	58
Tabela 8: Distribuição dos valores da cota das associadas da LACF, por décadas.	68
Tabela 9: Distribuição dos valores da cota das associadas da LOCF, por décadas.....	69
Tabela 10: Motivos das saídas - LACF - 1935 a 1974.....	72

LISTA DE ESQUEMAS

Esquema 1: Organização Hierárquica da ACP: órgãos e direções	14
Esquema 2: Organismos da Ação Católica segundo os Estatutos.....	16

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Representação espacial das secções da LACF criadas nas freguesias da Arquidiocese de Braga, no quadro do universo em estudo	51
Mapa 2: Sobreposição da Arquidiocese de Braga demarcada pelo Anuário Católico de Portugal de 1941 e o mapa construído a partir da análise das fichas das associadas.....	51

INTRODUÇÃO

A escolha do tema teve por base a experiência de prática de investigação que se realizou no quadro do 1º ano curricular do Mestrado de História, concretamente no âmbito de um exercício exploratório sobre percepções do salazarismo a partir de entrevistas realizadas a pessoas idosas, residentes em freguesias rurais. Pretendia-se registar imagens, memórias e vivências de indivíduos sobre a experiência ditatorial portuguesa, cruzando-as e analisando-as com os contextos e as trajetórias de vida dos entrevistados. Entre os relatos, fomos surpreendidas pelo discurso de uma mulher, nascida em 1933 e residente em Sequeirô, município de Santo Tirso, que salientou no decurso do seu relato, a importância do associativismo católico no seu crescimento pessoal e na conquista da sua autonomia enquanto mulher. A riqueza do testemunho de vida de Judite Ribeiro levou-me a querer aprofundar o tema, realizando outras entrevistas. Foi neste âmbito, que surgiu o convite para assistir a uma reunião da Liga Operária Feminina, no quadro da reanimação do movimento na sua freguesia. A proximidade e o carinho para com o mundo rural e a questão feminina constituíram igualmente fortes motivações para a escolha do tema, no contexto da experiência histórica do autoritarismo português (1933 a 1974).

Iniciou-se assim os estudos preliminares relativos à literatura da especialidade cruzada com a historiografia do período histórico bem como a procura de instituições suscetíveis de fornecerem documentação sobre a temática.

Assim, ainda durante o primeiro ano do Mestrado iniciaram-se as pesquisas tendentes a localizar núcleos documentais relevantes sobre o associativismo católico na Arquidiocese de Braga. Neste quadro, contactou-se a respetiva Arquidiocese, mas acabou-se por não obter qualquer resposta. Nestas circunstâncias, fomos levadas a explorar a documentação existente na sede atual da Liga Operária de Braga,¹ na esteira do convite que nos havia sido dirigido.

A primeira intenção era localizar documentação relativa apenas à LOC, o que se acabou por revelar infrutífero, uma vez que era escassa. Abriam-se, no entanto, as portas para o estudo do meio rural e operário feminino, a saber: a Liga Agrícola Católica Feminina (LACF) e a Liga Operária Católica Feminina (LOCF).

Com a abertura e a disponibilização de núcleos documentais potencialmente enriquecedores para o estudo e a compreensão da temática em análise, foi necessário realizar uma inventariação básica dos materiais existentes, a fim de ter uma noção mais precisa do que

¹ A Sede da LOC está atualmente localizada na Rua S. Domingos, número 94 B em Braga.

era passível de ser utilizado. O resultado da inventariação traduziu-se na elaboração de uma extensa base de dados em Excel relativa a livros sobre diversas áreas, revistas, jornais (pós-salazarismo), correspondências várias (mais ou menos organizada, mas descontínua), circulares, faturação, registos fotográficos de encontros recentes, num total de cerca 1141 itens. Neste âmbito, fomos surpreendidas pela descoberta de um núcleo significativo de fichas de associadas relativas aos organismos femininos especializados que pretendíamos estudar.

Com a descoberta das fichas das associadas, iniciou-se a exploração e o tratamento das mesmas, num total de 4671 fichas válidas para a LACF e 303 para a LOCF, correspondentes ao período de 1934 a 1974. Em paralelo, procedeu-se a pesquisas sistemáticas na Biblioteca Municipal do Porto e na Biblioteca Pública de Braga com o objetivo de estudar e analisar as publicações capitais do movimento no intuito de apreender as diretrizes e preocupações da ACP no período em estudo.

Paralelamente, realizou-se um conjunto de entrevistas, concretamente ao Padre Avelino Cardoso que desempenhou funções na direção da Ação Católica na Arquidiocese de Braga, além de ter sido assistente de diversos grupos, na década de 60. Entrevistou-se ainda Judite Ribeiro, nascida em 1933, e que foi jocista (Juventude Operária Católica Feminina) durante a juventude até à idade limite (25 anos), tendo sido forçada a interromper o seu envolvimento no movimento em razão da ausência de grupos de mulheres adultas na sua freguesia. O sentimento de pertença aliado ao relançamento presente da LOC na sua freguesia, em regime misto, levou-a a ingressar no respetivo grupo com a idade de 84 anos. Por último, efetuou-se um conjunto de entrevistas a José Maria Carneiro, nascido em 1954, sobre o seu percurso na Ação Católica. Aos 12 anos ingressou na pré-JOC, passando depois para a JOC, onde acumulou funções na direção diocesana, em 1972, contando então 18 anos. Em breve, entraria na LOC, tendo sido nomeado presidente diocesano do respetivo organismo, em 1974. No seu conjunto, permitiram entrar em contacto com as figuras principais desta estrutura: assistente clerical, dirigentes diocesanos e de grupo, associados.

As entrevistas e a recolha dos testemunhos representaram um meio privilegiado de aceder ao movimento, problematizando as práticas, para além das normas e dos procedimentos emanados dos órgãos centrais e veiculados através das publicações oficiais do ACP. Muito em particular, puseram-nos em contacto com a importância da pertença ao movimento destes indivíduos no sentido de lhes ter alterado as expectativas previsíveis dos seus itinerários de vida.

Lamentavelmente, o tempo dedicado às operações de pesquisa documental não permitiu alargar o universo de entrevistados de forma a enriquecer os resultados alcançados.

O estudo desenvolve-se em três capítulos.

Num primeiro momento, que corresponde ao capítulo I intitulado “Objeto de estudo e construção do itinerário de investigação”, apresentamos um mapeamento crítico da bibliografia da especialidade cruzada com bibliografia histórica do período no sentido de fixarmos o objeto de estudo bem como as principais metodologias mobilizadas no quadro das fontes que estruturam a nossa investigação.

Os capítulos II e III concentram os resultados da nossa investigação. Num primeiro momento, descreve-se a criação dos grupos especializados da ACP, atribuindo particular relevo à análise dos organismos em estudo (LACF e LOCF). Em paralelo, são examinadas as orientações, preocupações e problemas veiculadas através da imprensa oficial, no decurso do arco temporal em análise, no sentido de apreender continuidades e eventuais mudanças sobre o significado da pertença ao movimento. Neste contexto, atendemos tanto às orientações sobre o quotidiano associativo como aos sinais de receptividade, aos problemas e questões do País. Por último, registamos as imagens e as preocupações sobre o mundo rural na perspetiva da mulher e muito em especial das finalidades religiosas, sociais e políticas perseguidas pelo movimento.

O capítulo III é dedicado ao estudo de caso. Analisa-se, por um lado, o movimento das associadas na Arquidiocese de Braga. Problematizam-se, por outro lado, os números bem como as informações concernentes ao perfil socioprofissional e educativo das associadas da LACF e da LOCF. Em paralelo, examina-se o envolvimento das associadas a outras organizações católicas bem como os mecanismos de controlo que eram exercidos junto dos respetivos grupos, associadas e comunidades. Por último, confrontam-se os resultados obtidos com as orientações do movimento, inscrevendo-os no contexto mais lato das dinâmicas sociopolíticas e económicas do Estado Novo.

CAPÍTULO I – OBJETO DE ESTUDO E CONSTRUÇÃO DO ITINERÁRIO DE INVESTIGAÇÃO

1. REVISÃO DA BIBLIOGRAFIA DA ESPECIALIDADE E FIXAÇÃO DA PROBLEMÁTICA EM ESTUDO

A leitura concomitante da bibliografia da especialidade permitiu ir mapeando os trilhos da historiografia a respeito do objeto de estudo. O confronto com as fontes disponíveis, levou-nos a fixar as coordenadas do estudo que recaíram na escolha dos movimentos católicos femininos ligados à mulher trabalhadora residente no mundo rural e à mulher operária, respetivamente a Liga Agrícola Católica Feminina (LARC) e a Liga Operária Católica Feminina (LOCF).

O tema em estudo reveste-se de grande atualidade no panorama da investigação da história social contemporânea, na esteira das investigações iniciadas sobre esta matéria, sobretudo a partir das décadas finais do século XX. Salientam-se, em particular, as investigações de Paulo Fontes sobre a institucionalização e o desenvolvimento da Ação Católica no contexto do Estado Novo,² de Inácia Rezola a respeito do lugar dos agrupamentos católicos no quadro da problemática operária, sindical e corporativa durante o 1º período do Estado Novo,³ bem como de José Barreto,⁴ de Sandra Duarte⁵ e de Jorge Revez.⁶ De relevar ainda os trabalhos de António Matos Ferreira na dinamização dos estudos sobre a Igreja e o catolicismo na época contemporânea que contribuíram para fixar a história religiosa no campo da história social e da história das ideias neste período histórico.⁷

² Ver, em especial, os artigos de Paulo Oliveira Fontes, «A institucionalização da acção católica portuguesa e a festa de cristo-rei» e «A Acção Católica Portuguesa (1933-1974) e a presença da Igreja na Sociedade», publicados na *Lusitania Sacra*, respetivamente 2ª Serie, vol.19-20 (2007-2008): 171-193 e 2ª Serie, vol.6 (1994): 61-100. Registe-se ainda o trabalho sobre *Elites Católicas em Portugal: o papel da Acção Católica (1940-1961)* Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.

³ Cfr. Maria Inácia Rezola, *O sindicalismo católico no Estado Novo: 1931-1948*. Lisboa: Editorial Estampa, 1999, bem como os artigos, «Católicos, operários e sindicatos», *Lusitania Sacra*, 2ª Serie, vol.6 1994, 101 - 127 e «O Sindicalismo Católico no Estado Novo», *A Igreja e o Estado em Portugal. Da primeira República ao limiar do Século XXI, Actas dos Encontros de Outono 21-22 de Novembro de 2003, Cadernos Museu Bernardino Machado* n. 7, Vila Nova de Famalicão: Editora Ausência, 2004, 131 – 156.

⁴ Ver José Barreto, «Comunistas, católicos e os sindicatos sob Salazar», *Análise Social*, Lisboa: XXIX, 1994, 287-317.

⁵ Ver Sandra Duarte, «A Liga Operária Católica: em defesa da concepção corporativa da doutrina social da Igreja (1949-1974)», *Lusitania Sacra*, 2ª série, 19–20, (2007-2008):198-199 e a «A imprensa Católica durante o Estado Novo: O caso da Voz do Trabalho (1953 - 1974)», *Estudos do Século XX*, número 7, (2007): 255 – 269.

⁶ Ver Jorge Revez, *Os «Vencidos do Catolicismo» - Militância e atitudes críticas (1958-1974)*, Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa (CEHR), Faculdade de Teologia, Universidade Católica Portuguesa, 2009.

⁷ Ver, nomeadamente, António M. Ferreira, *Um católico militante diante da crise nacional: Manuel Isaías Abúndio da Silva (1874-1914)*, Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa, 2007; e «Repercussões do Ultimatum no meio católico: notas acerca do nacionalismo católico», *Lusitania Sacra*, 1, 1994, 31 – 45, entre a sua vasta bibliografia.

No seu conjunto, estes estudos mostram o esforço da Igreja Católica em acompanhar as tendências sociais da modernidade entre os finais do século XIX e as primeiras décadas do século XX, no quadro da publicação de um conjunto de encíclicas que sinalizam as grandes orientações em termos de política social católica (*Rerum Novarum*, 15 de maio de 1891; *Ubi Arcano Dei Consilio*, 23 de dezembro de 1922; mais tarde relançadas na Encíclica *Mater et Magistra*, 15 de maio de 1961 e *Pacem in Terris*, 11 de abril de 1963. Nesta perspetiva, assiste-se à implementação dos primeiros agrupamentos operários católicos, ainda em finais do século XIX,⁸ como meio de combater e contrariar o crescimento de outras organizações concorrenciais direcionadas para a laicização da sociedade e a defesa da classe operária (partidos operários, sindicatos...).⁹ A Igreja portuguesa procurava assim reagir contra os ventos da modernidade, sobretudo visíveis nas grandes cidades, e acompanhar as orientações do Vaticano, de forma a reconquistar as *almas*. Dito por outras palavras, a Igreja procurava manter o seu poder de influência (religiosa, cultural e social) junto da sociedade e em particular das camadas populares, alvo crescente das investidas dos movimentos que preconizavam e demarcação da religião do espaço público (Movimento Republicano, Partido Socialista, agrupamentos anticlericais e laicos),¹⁰ no curso do movimento de secularização que marcou a Monarquia Liberal e do lançamento dos católicos na política.¹¹

Os primeiros anos da Primeira República foram marcados pela agudização da questão religiosa, no âmbito do programa de laicização da sociedade, emblema de marca do projeto transformação mental e cultural portuguesa republicano.¹²

⁸ Ver: Eduardo C. Cordeiro Gonçalves, *O Círculo Católico de Operários do Porto e o catolicismo social em Portugal (1898-1910)*, Porto, C.C.O.P., 1998; Manuel Braga da Cruz, *O movimento dos Círculos Católicos de Operários: primeira expressão em Portugal do sindicalismo católico*. Lisboa: Instituto Democracia e Liberdade, [s. d.]. Separata dos n.ºs 37-38 da Revista «Democracia e Liberdade» e Carlos da Fonseca, [s.d.], *História do movimento operário e das ideias socialistas em Portugal*, volume III O operariado e a Igreja militante, Lisboa, Publicações Europa-América.

⁹ Assinale-se ainda a emergência de juventudes católicas organizadas no âmbito do primeiro congresso do respetivo movimento, em 1912. Um pouco mais tarde é criada Juventude Católica Feminina, em 1924, no quadro da Liga da Ação Social Cristã, a par dos Centros Académicos da Democracia Cristã. Fontes, «A Acção Católica Portuguesa...: 78-79.

¹⁰ Ver a este respeito: Fernando Catroga, «O laicismo e a questão religiosa em Portugal (1865-1911)», *Análise Social*, vol. XXIV (100), 1988 (1.º), 211-273; *O Republicanismo em Portugal. Da formação ao 5 de Outubro de 1910*, 2.ª edição, Editorial Jornal de Notícias, 2004). Ver ainda a propósito da laicização do casamento Fátima Moura Ferreira, *O casamento civil e o divórcio 1865-1910*. Debates e representações. Universidade do Minho. Tese de Mestrado, 1993, <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/23535/1/tese%20mestrado.pdf>.

¹¹ Ver a este respeito: Vítor Neto, *Estado, a Igreja e a Sociedade em Portugal (1832-1911)*, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1998, entre outros.

¹² Ver a este respeito: Maria Lúcia de Brito Moura, *A Guerra Religiosa na Primeira República. Crenças e mitos num tempo de utopias*, Lisboa: Editorial Notícias, 2004 (reimpressão) e Vítor Neto, "A questão religiosa na Primeira República portuguesa "in Alda Mourão, Angela de Castro Gomes (coord.), *A Experiência da Primeira República no Brasil e em Portugal*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2014, 37-157

Gradualmente, a normalização das relações com a Igreja foi acompanhada pelo recrudescimento da militância católica, facto potenciado pelo contexto da I Grande Guerra e pelo agravamento da conjuntura política, sobretudo visível no ciclo final da experiência liberal republicana. Seja como for, as perturbações do período prolongaram-se nas divisões internas dos católicos, entre aqueles que defendiam o empenhamento na política e os que preconizavam a sua exclusão.

A Ditadura Militar e os primórdios do salazarismo encontraram na Igreja uma forte aliada à implementação do regime autoritário, nacionalista e corporativo (1933-1934). A criação da União Nacional e o fim do multipartidarismo arrastaram consigo o acantonamento da Igreja e da religião à sociedade e a exclusão formal do campo da política.

É neste quadro que são dados os primeiros passos tendentes à criação da Ação Católica (doravante ACP), ainda em 1932, sob o impulso da encíclica *Ubi Arcano Dei Consílio*. Um ano mais tarde, o movimento é acreditado pelo cardeal Cerejeira,¹³ dando lugar à criação plural e gradual de diferentes organismos que visam enquadrar o conjunto da população portuguesa de acordo com o género, grupo etário e competências socioprofissionais. Pela mesma época, o regime lançava as suas organizações compulsivas de enquadramento da população, tanto da juventude (Mocidade Portuguesa e, um pouco mais tarde, Mocidade Portuguesa Feminina) como as orientadas para as mulheres (Obra das Mães pela Educação Nacional, e mais tarde o Movimento Nacional Feminino), a par das dirigidas para os trabalhadores dos diferentes setores da economia (sindicatos, casas do povo e dos pescadores), bem como proprietários rurais, empresários industriais e comerciais, através da instauração paulatina dos organismos corporativos (grémios da lavoura, da indústria e do comércio). Propaganda e repressão foram as armas utilizadas no sentido de afirmar a ilusão do *consenso* ao regime, na esteira dos exemplos que se multiplicavam nos anos 30, entre os países da Europa ditatorial e totalitária.¹⁴ Neste sentido, a Igreja viu-se obrigada a adaptar os seus agrupamentos aos princípios políticos e ideológicos do novo regime, não obstante as afinidades espelhadas entre a doutrina corporativa e o catolicismo social. Com efeito, em comum partilhavam a defesa da harmonia e da concórdia sociais bem como a instauração de relações sociais pautadas pela entreatajuda e respeito mútuos tendentes a contribuir para o saneamento da miséria e das más condições de vida que caracterizavam a maioria da população trabalhadora do País.

¹³ Duarte, «A liga Operária Católica...», 200 - 201.

¹⁴ Para o desenvolvimento ver Fernando Rosas, *Salazar e o poder: A arte de saber durar*. Lisboa: Tinta da China (2013).

Como é sabido, as preocupações sobre a *questão social* eram particularmente notórias entre a Liga Operária Católica. Como bem mostrou Inácia Rezola, os finais da ditadura militar registam indícios do envolvimento operário católico na respetiva causa, como espelham os acontecimentos ocorridos na Covilhã e em Lamego, em 1932.¹⁵ Em breve, a supressão da liberdade sindical acompanhada pela criação de sindicatos controlados pelo Estado é atravessada pelo desígnio dos operários católicos estarem presentes nos órgãos diretivos sindicais. As observações críticas formuladas pelo padre Abel Varzim, e seguidas pelos padres Manuel Rocha, Francisco Inácio Pereira dos Santos e ainda Boaventura de Almeida, a respeito do corporativismo de Estado não excluem a possibilidade de os operários católicos influenciarem o movimento social, imprimindo-lhe uma tónica cristã que potencialmente contribui-se para uma resolução mais eficaz da questão social. Em larga medida, é esse o sentido da ação política que Abel Varzim desenvolve no jornal *O Trabalhador*, órgão privilegiado da LOC, que se assume como jornal operário. Dito por outras palavras, o objetivo é impedir que a questão operária seja diluída nas preocupações religiosas e eclesiásticas. E é nesta ordem de ideias que Abel Varzim ingressa como deputado na Assembleia Nacional, ao pretender dar voz às fragilidades que presidem ao lançamento da ordem corporativa, marcadas pelas resistências do patronato e ineficácia das delegações do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência.¹⁶ Mas é sobretudo a apologia do corporativismo associativo que se mantém como marca diferenciadora. A breve trecho, as desinteligências com o regime levam que Abel Varzim seja suspenso da LOC por decisão da cúpula da ACP (Junta Central, em finais de 1946). O reaparecimento efémero do jornal *O Trabalhador*, em janeiro de 1947, pode ser lido como um símbolo da subordinação da hierarquia da Igreja ao regime, bloqueando as aspirações da LOC em constituir uma frente cristã operária¹⁷ esvaziando-se as respetivas preocupações reivindicativas.¹⁸

Numa perspetiva de conjunto, é de assinalar que a hierarquia da ACP se pautou pela dependência estrita aos ditames do regime, no curso do Estado Novo. Neste contexto, não prescindido desse traço estrutural, o movimento evidenciou sinais de dissonância interna

¹⁵ Rezola, «O Sindicalismo Católico...», 136 – 137.

¹⁶ Ver sobre o corporativismo e a questão operária-sindical os estudos de Manuel Lucena e Fátima Patriarca respetivamente *A evolução do sistema corporativo português*. Lisboa: Perspectivas e Realidades, 1976; *A questão social no Salazarismo: 1930-1947*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1995. Ver ainda Fernando Rosas, Álvaro Garrido (coord.) *Corporativismos, Fascismos, Estado Novo*. Edições Almedina, 2012, entre a vasta bibliografia recentemente publicada.

¹⁷ Rezola, «O sindicalismo Católico...», 155.

¹⁸ Para o desenvolvimento da questão ver livro de Rezola, *O sindicalismo católico no Estado Novo: 1931-1948*. Lisboa: Editorial Estampa, 1999.

sobretudo após a II Grande Guerra. Estes traduziram-se em gestos críticos públicos assumidos por figuras católicas representativas, entre as quais dirigentes e ex-dirigentes da ACP, no contexto das eleições legislativas de 1957 e das presidenciais de 1958.¹⁹ Na mesma linha, é de assinalar o episódio da carta de D. António Ferreira Gomes a Salazar, datada de julho de 1958, em que o bispo do Porto denuncia, entre outras matérias, o estado de miséria da população rural e operária, bem como a ausência de verdade e justiça social do regime, facto que desaguou no exílio do prelado imposto pelo presidente do conselho. A dado passo da citada carta, o bispo do Porto declara que «[o] problema da Igreja é igualmente corporativismo. A Igreja “comprometeu-se”, não com o Estado corporativo, mas com a ordem corporativa da sociedade. E bem sabemos, entre nós, como do respectivo Ministério se quer “comprometer” a Igreja na sua doutrinação e acção».²⁰ É certo que as suas palavras exprimem a posição de um setor largamente minoritário da Igreja crítico de orientação do regime, partilhadas por alguns católicos ilustrados bem como padres, que reafirmam que o compromisso da Igreja é com a sociedade e não com o Estado. Refletem, a seu modo, o envolvimento crescente da ACP, nos finais dos anos 50, no estudo da realidade social portuguesa, como são exemplo as iniciativas relacionadas com o lançamento de inquéritos e a promoção de congressos e semanas de estudo sobre a questão social.²¹ Mas será sobretudo na década de 60 que as manifestações de oposição ao regime se multiplicam, dinamizadas pelo setor dos chamados católicos progressistas, sob o impulso da conjuntura interna do País marcada pela eclosão da Guerra Colonial e pelo agravamento da questão social. Por sua vez, o ambiente de renovação da Igreja dinamizado pelo horizonte do Concílio do Vaticano II (dezembro de 1961 a dezembro de 1965) repercute-se e potencia um maior ativismo dos católicos na problemática social e política portuguesas. Estas manifestações acabam por ecoar no movimento de redefinição da ACP e da proposta de novos *Princípios Gerais* a aplicar ao movimento, num contexto marcado pelo aceleração da modernização da sociedade portuguesa. A eclosão da Revolução de Abril arrastará consigo a desagregação da ACP. Neste contexto, vale a pena reproduzir as palavras de Paulo Fontes a respeito do significado que o historiador atribuiu ao desfecho do movimento:

«[A] desagregação da ACP como corpo orgânico, em 1974, explica-se não tanto pelo novo quadro político, quanto pela impossibilidade de reformulação da

¹⁹ Fontes, «A Acção Católica Portuguesa...»: 94.

²⁰ «Carta do Bispo do Porto a Salazar, 13 de Julho de 1958” em *Pró-memória D. António Ferreira Gomes*, Fundação SPES <http://www.fspes.pt/PaginadaNet/CartaaSalazar.pdf>, 12-13.

²¹ Cfr. Fontes, «A Acção Católica Portuguesa ...»: 93.

Acção Católica Portuguesa no contexto religioso e quadro pastoral diverso daquele que lhe dera origem. Nascida sob o signo da “união” católica, a ACP não sobrevive ao pluralismo religioso, cultural e político da sociedade portuguesa que **ela ajudara a forjar**. Desde então continuaram a existir *organismos* ou *movimentos* católicos na tradição da Acção Católica, mas o paradigma apostólico que ela consubstanciou, esse perdura apenas pela história». ²²

A análise da bibliografia da especialidade permite constatar a quase ausência de estudos sobre os grupos católicos rurais, não obstante o peso dominante da população rural na sociedade portuguesa até aos anos 60. Daí a pertinência de traçarmos um itinerário de investigação orientado no sentido de procurar estudar o papel da ACP na Arquidiocese de Braga de então, que constituía uma das regiões onde o peso da religião e da Igreja se fazia sentir mais poderosamente. ²³

A escolha da região merece ser justificada. Entre o Portugal da província, a região de Braga era tradicionalmente destacada pelo poder da Igreja Católica e pelo peso da religião entre a sua população. Por sua vez, os primórdios do Salazarismo assistem à elevação da cidade a bastião social do novo regime em resultado do processo de construção mítica sobre o papel da cidade-berço do Movimento Militar do 28 de Maio de 1926 e na afirmação do Estado Novo. ²⁴ A intensa propaganda do regime, secundada pelas autoridades políticas e administrativas regionais, contribuiu largamente para criar esse imaginário de *adesão unânime* ao regime nascente. ²⁵ Nesta perspetiva, afigurou-se significativo procurar estudar o impacto da ACP na Arquidiocese de Braga, tanto mais significativo atendendo à implantação que o movimento registava na região, de acordo com a distribuição estatística no País, em 1959. ²⁶ Daí importar apreender sinais da especificidade deste movimento entre outras organizações da Igreja Católica, apostado em alastrar os princípios cristãos à educação socio-religiosa e ao mesmo tempo estimular práticas sociabilizarias que

²² Cfr. Fontes, «A Acção Católica Portuguesa...», 97. Destacados nossos.

²³ Cfr. Vitor Neto, «A questão religiosa na Primeira República portuguesa» in Alda Mourão, Angela de Castro Gomes (coord.), *A Experiência da Primeira República no Brasil e em Portugal*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2014, (137-157), 137 e Fátima Moura Ferreira, «A Igreja Bracarense na I República. Do Projecto à Implementação do Programa Laicizador: o anúncio da Questão religiosa», in José Viriato Capela; Henrique Barreto Nunes (coords.), *Braga, Roteiros Republicanos. Comissão Nacional Para As Comemorações do Centenário da República*, 2010, pp. 72-87.

²⁴ Cfr. Rosas, *Salazar e o Poder...*

²⁵ Fátima Moura Ferreira, Natália Pereira, «Propaganda e corporativização no terreno: Braga anos 30 e 40», in Fátima Moura Ferreira, Francisco Azevedo Mendes e Natália Pereira, *A Conquista Social do Território. Arquitetura e Corporativismo no Estado Novo Português*, Coimbra: Edições Tenacitas, 2016, 13-38.

²⁶ [Frazão], «Expansão da A.C. Portuguesa nas diversas dioceses e sectores sociais», *Boletim de Informação Pastoral*, dezembro de 1959, número 5, ano I: 16-20.

corporizassem a mensagem cristã. A possibilidade de estudarmos organismos femininos representava um importante desafio, atendendo ao lugar especial que lhes era atribuído na relação com a Igreja e a prática religiosa. Interessava-se, por isso mesmo, estudar a sua presença e o seu papel no movimento. Saber quem e quantas eram? Conhecer o seu envolvimento religioso, no contexto das dificuldades expressas pelas estruturas dirigentes da ACP relativamente à propagação do respetivo movimento no meio rural.²⁷ Questões que orientaram a nossa investigação e que lhe procuramos dar resposta.

2. FONTES E METODOLOGIAS

Inicialmente realizou-se um inventário sobre a documentação manuscrita, impressa e fotográfica, que levaram a concluir sobre o interesse e a pertinência em o explorar, cruzando obviamente outros materiais documentais, em especial o *Boletim da Ação Católica*, o *Boletim de Informação Pastoral* e o *Anuário Católico de Portugal*. Como veremos, adotamos em termos de estudo as balizas cronológicas da ACP, anos 30 até à Revolução de Abril, tendo mais que a documentação disponível o permitia, não obstante as irregularidades detetadas. As operações de organização permitiram-nos encontrar o registo arquivístico de associadas, tanto da LACF como da LOCF, que se encontrava disperso e fragmentado.

A construção de uma base de dados a partir das fichas das associadas permitiu-nos reconstituir um universo incompleto sobre o perfil socioprofissional das mesmas e ao mesmo tempo problematizar algumas das questões que se colocavam à prática associativa e religiosa.

O confronto entre os materiais escritos, centrados nas diretrizes e nas dificuldades da ACP alastrar entre o universo rural, e os números permitiram-nos aprofundar a problematização acerca do papel destes organismos entre as comunidades rurais do norte do País. A realização de entrevistas, a partir da construção de guiões particulares em relação ao estatuto de pertença aos organismos da ACP, permitiram obter informação complementar sobre a experiência desta prática associativa religiosa, no curso do Estado Novo.

²⁷ Ver referências e desenvolvimento no capítulo II.

CAPÍTULO II - AÇÃO CATÓLICA PORTUGUESA: FINALIDADES, ORGANIZAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO MOVIMENTO

1. FINALIDADES DO MOVIMENTO, AGRUPAMENTOS E ORGANISMOS ESPECIALIZADOS

Ao pretender estudar o papel da Ação Católica durante o Estado Novo, tive de precisar primeiramente as relações entre a política e a religião. Compreender as afinidades e as diferenças que existem entre os dois campos. Numa perspetiva geral, pode-se afirmar que tanto a religião como a política «contém uma doutrina que pretende dar sentido à vida humana, e servir de norma», entendendo por doutrina o domínio privilegiado das ideias e das crenças.²⁸ É certo que a religião «obriga a crer em algo mais» e que por sua vez a política «pretende ordenar as sociedades», através dos seus valores, leis e normas, mas ambas procuram expandir e fomentar entre a sociedade as suas ideias de modo unificador.²⁹ A religião implica, em todo o caso, o ato de decisão individual de pertença e de prática. A política, sobretudo quando traduzida em regime político, é dotada do poder de obrigar os cidadãos a cumprirem as normas e as leis.

A instauração do Estado Novo foi precedida pela recolocação do lugar dos católicos na política e no regime. Esperava-se que os católicos devidamente unificados, concorressem para a frente única sob o comando de Oliveira Salazar, reservando-se às organizações católicas o papel de evangelização, propagação e formação religiosa, condenando-se o «intervencionismo social ou [toda a] atuação em representação e defesa dos interesses [particulares]».³⁰

«[A ACP é tão antiga como a Igreja] nos nossos tempos mostra-se mais necessária, não só por ter aumentado a escassez de sacerdotes, mas também pelas necessidades mais agravadas das almas», não é individual (mas sim coletiva, englobando todas as classes sociais), é dependente da hierarquia eclesiástica, de ordem espiritual, religiosa e não política, representa uma ação social e uma ação universal (não só extensiva aos católicos, mas também à sua vida religiosa e civil, particular e pública), é diversa segundo as idades, sexo, dos tempos e lugares, é distribuidora e coordenadora de outras obras, é uma ação preparadora dos católicos para a vida pública, é também impulsionadora do bem

²⁸ Acílio da Silva Estanqueiro Rocha, «Religião, Ética e Política», *A Igreja e o Estado em Portugal - Da primeira República ao limiar do Século XXI, Actas dos Encontros de Outono*, 21-22 de novembro de 2003, Cadernos Museu Bernardino Machado n. 7, (Vila Nova de Famalicão: editora ausência, 2004): 281.

²⁹ Rocha, «Religião...»: 281.

³⁰ Barreto, «Comunistas, católicos...», 299.

e progresso dos povos e desta forma considera-se merecedora do apoio das autoridades.³¹

A longa citação é ilustrativa do discurso propagandístico e apologético da ACP veiculado no *Boletim Oficial da Junta Central da Acção Católica Portuguesa*, bem como noutras publicações congéneres, no sentido de mostrar a importância do papel e da ação do respetivo movimento. Sobretudo, nos alvares da sua criação, era necessário explicitar com clareza os fins e propósitos da ACP, com o fim de atrair e conquistar os católicos ao movimento. Os motivos da sua instauração eram enquadrados na conjuntura social, religiosa e económica então vigente, ditados, em larga medida, pelas consequências da modernidade e da modernização das sociedades europeias, que o país, à sua escala, manifestava através das *maiores necessidades das almas*, problema agravado pelo *aumento da escassez de sacerdotes*. O apostolado laico apresentava-se assim como meio de atender às necessidades religiosas, morais e sociais e de contribuir para a ação pública dos católicos no seu todo, sem distinção de classe, influenciando, deste modo, no progresso da nação.

Também, nos *Boletins* era assinalada, regularmente, a posição oficial do movimento em relação à questão política, como o ilustra a passagem seguinte, datada de 1958: a ACP «não é um partido político, nem sequer o germe dum partido. Ela coloca-se à margem da acção política, no próprio campo onde actua a Igreja, e donde informa cristãmente o pensamento e a vida humana»,³² ou dito por outras palavras, reporta-se: «essencialmente [a matéria] religiosa: “levar Deus às almas e as almas a Deus”». ³³ Esta tendência fazia-se sentir também em períodos críticos da conjuntura política portuguesa, nomeadamente no quadro das eleições de 1958 e 1959, meio de reafirmar que a ação da ACP e dos seus organismos era filiada no campo estrito da Igreja, e que, por conseguinte, o «apostolado hierárquico não tem fim político nem é político». ³⁴ A politização do movimento caminhava a par com a defesa dos princípios da doutrina da Igreja nos campos moral e social.³⁵

³¹ «Dia da Acção Católica», *Boletim Oficial da Acção Católica Portuguesa*, setembro de 1935, n.º 17 e 18, ano II, 380-384.

³² «Palavras firmes de orientação segura», *Boletim Oficial...*, dezembro de 1958, n.º 294, Ano XXV, 169-172.

³³ «Palavras firmes de orientação segura», *Boletim Oficial...*, dezembro de 1958, n.º 294, Ano XXV, 169-172.

³⁴ «Acção Católica e Acção Política», *Boletim Oficial...*, outubro de 1949, n.º 185, Ano XVII, 106-110.

³⁵ «Religião e Política», *Boletim Oficial...*, janeiro e fevereiro de 1957, n.º 271 e 272, Ano XXIII, 153-154.

A ACP assentava numa estrutura hierárquica em termos de organização interna, sendo composta por leigos e eclesiásticos,³⁶ distribuídos por organismos especializados. Apresentava como finalidades «a difusão, a atuação e a defesa dos princípios católicos na vida individual, familiar e social».³⁷

Os órgãos diretivos repartiam-se pelo território nacional, de acordo com a organização eclesiástica, bispados e paróquias, consumando a ideia da unidade da nação, à imagem do modelo ideal da sociedade salazarista.

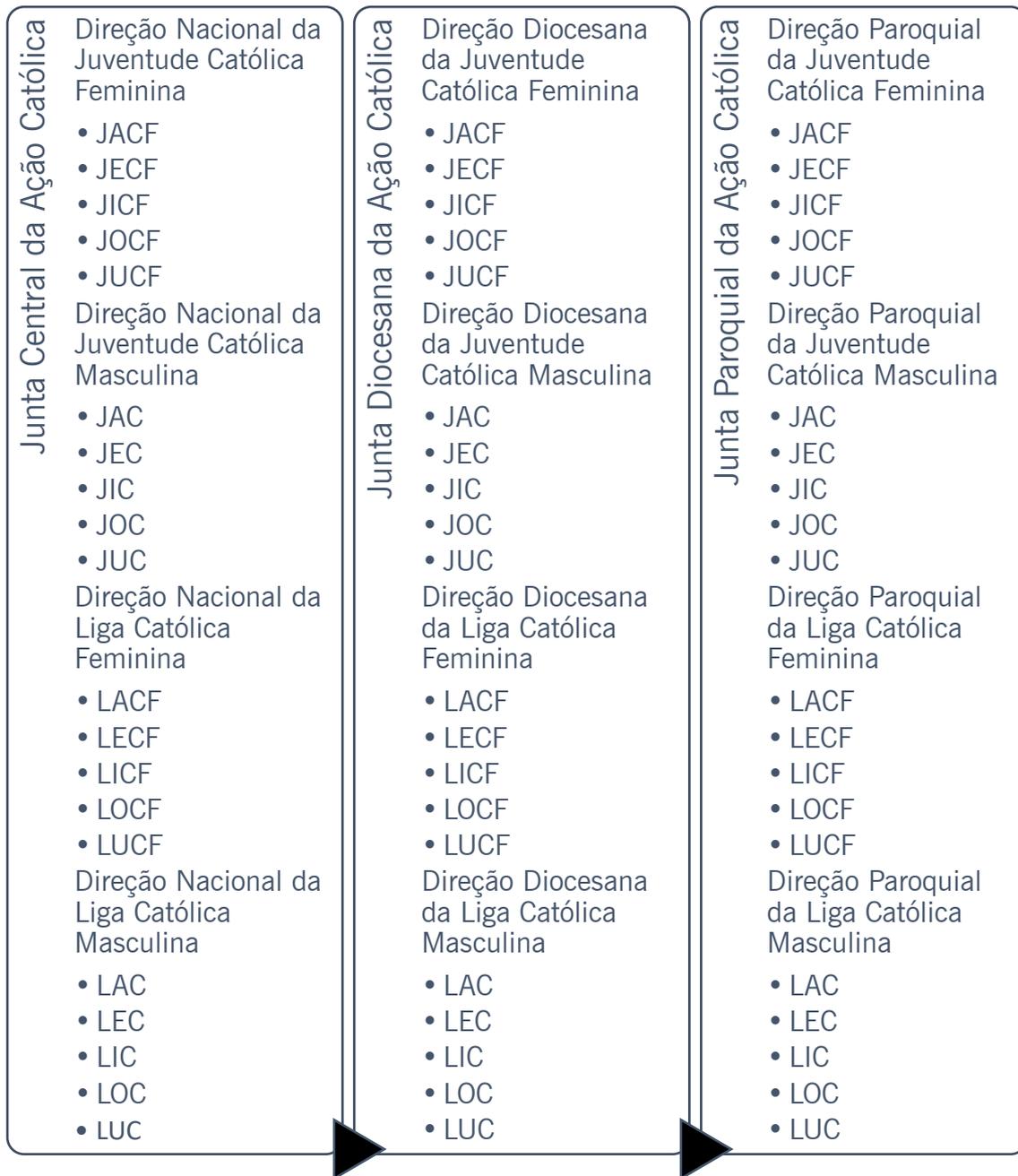
O topo da hierarquia diretiva é representado pela Junta Central de Ação Católica, também designada *Nação*, de acordo com os estatutos, composta por um representante eclesiástico e por um presidente, ambos nomeados pelo episcopado, assim como por um secretário geral e um tesoureiro nomeados pelo episcopado, sob proposta do presidente e dos presidentes gerais das organizações. Seguem-se as Juntas Diocesanas da Ação Católica que agregam as direções dos vários agrupamentos por género e escalão etário, à escala da diocese, compostas por um representante eclesiástico e por um presidente nomeados pelo prelado, assim como por um secretário e um tesoureiro nomeados pelo prelado, mas proposto pelo presidente e pelos presidentes diocesanos. Na base encontram-se as Juntas Paroquiais (ou Concelho Paroquiais) da Ação Católica que agregam representantes dos agrupamentos existentes, na respetiva escala, como o ilustra o Esquema 1.³⁸ Os órgãos diretivos são assistidos por um conselho. As nomeações para os cargos diretivos têm a duração de três anos, exceto ao nível local e paroquial onde eram previstas eleições anuais.³⁹

³⁶ «Bases da Ação Católica Portuguesa», *Boletim Oficial...*, maio de 1934, ano I, n.º 1, Alínea D: 13.

³⁷ «Bases da Ação Católica Portuguesa», *Boletim Oficial...*, maio de 1934, ano I, n.º 1, Alínea B: 12.

³⁸ «Bases da Ação Católica Portuguesa», *Boletim Oficial...*, maio de 1934, ano I, n.º 1, Alínea F: 14-15.

³⁹ Informação presente em todos os estatutos, já referidos a cima.



Esquema 1: Organização Hierárquica da ACP: órgãos e direções⁴⁰

De acordo com as Bases da ACP, o movimento era constituído por cinco organismos principais, prevendo os seus Estatutos a possibilidade de serem criados outros agrupamentos a ela ligados, desde que obtivessem a aprovação dos respetivos estatutos.⁴¹ Eram eles: a Liga dos Homens da Ação Católica, a Liga das Mulheres da Ação Católica, a Associação da Juventude

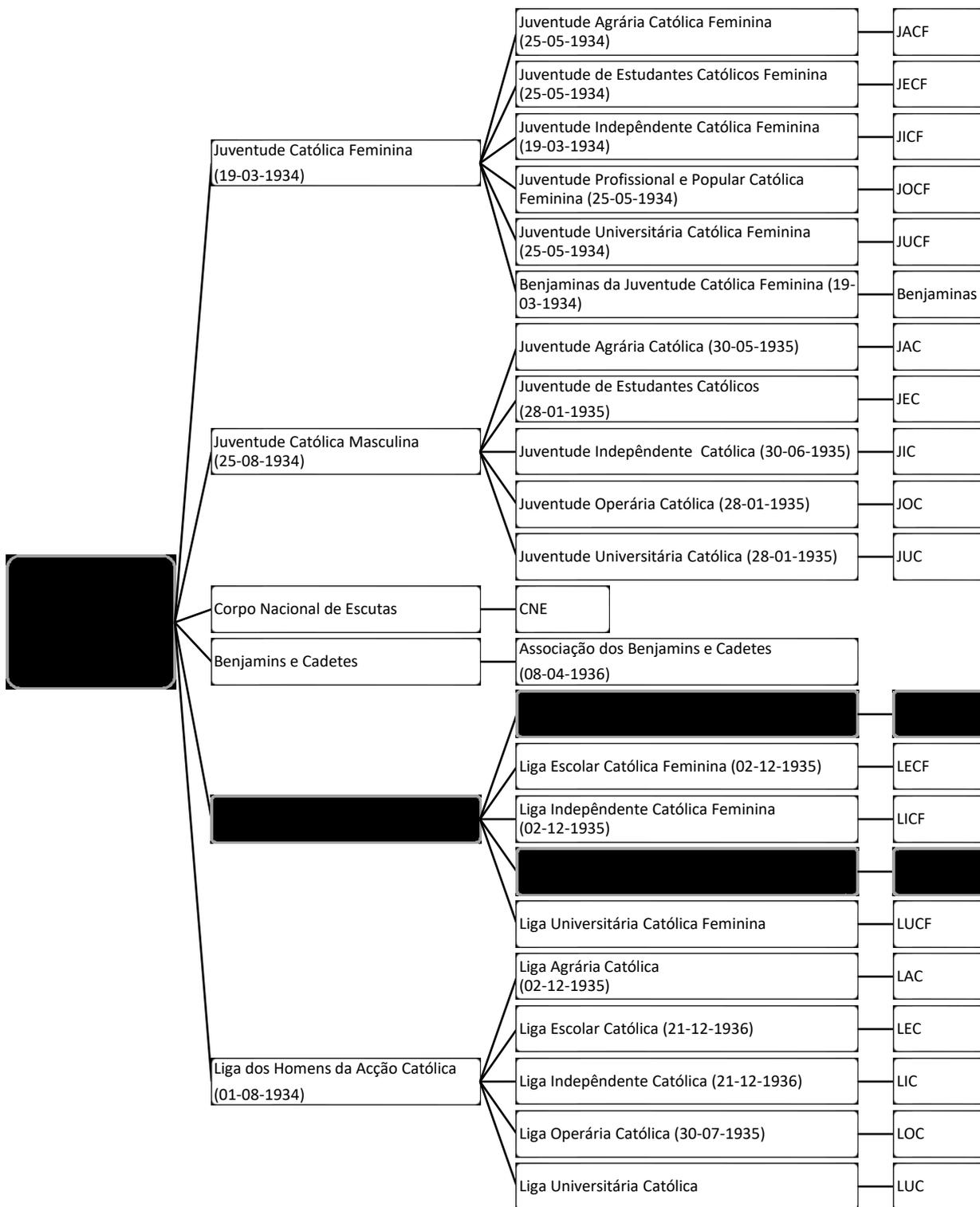
⁴⁰ Esquema adaptado a partir do Gráfico do Organização da ACP de Paulo Fontes. Ver: Fontes, «A Acção Católica ...: 100.

⁴¹ «Bases da Ação Católica Portuguesa», *Boletim Oficial...*, maio de 1934, ano I, nº 1, Alínea G: 15.

Católica Masculina, a Associação da Juventude Católica Feminina e a Organização das Crianças (onde se inserem por exemplo as Benjaminas).⁴²

A análise do Esquema 2 permite visualizar a criação faseada do conjunto dos organismos principais da ACP e sobretudo constatar que os organismos femininos - Juventude Católica Feminina e Liga da Ação Católica Feminina -, foram criados um pouco mais cedo, a 19 de março de 1934, comparativamente aos organismos masculinos - Liga dos Homens da Ação Católica e Juventude Católica Masculina -, datados, respetivamente de 1 e 28 de agosto do mesmo ano. É possível ainda verificar que os grupos especializados da juventude foram organizados mais precocemente que os da população adulta e dentro destes os grupos femininos denotam uma análoga precocidade em termos de formação. Não conseguimos, no entanto, esclarecer este facto, não obstante verificarmos que a ACP colocava os agrupamentos masculinos sempre em primeiro lugar, no quadro da publicitação oficial dos seus organismos, em termos de mapeamento visual. Em todo o caso, importaria, numa investigação futura, avaliar se as católicas se evidenciaram mais empenhadas nos primeiros passos da criação da ACP, hipótese que porventura ganha pertinência à luz da representação tradicional das mulheres como elementos de ligação privilegiada à Igreja. Nesta mesma linha, importaria conhecer as suas dirigentes, em especial nacionais e diocesanas, de forma a melhor estudar o lugar das jovens e mulheres no estabelecimento da ACP, sem esquecer de analisar o grau de relação entre as organizações por género. As questões formuladas permitem apreender a reduzida atenção que tem sido dada pela historiografia à problemática do género, não obstante o relevo atribuído às mulheres na prática religiosa católica, terreno que persiste por explorar.

⁴² «Bases da Ação Católica Portuguesa», *Boletim Oficial...*, maio de 1934, ano I, nº 1, Alínea E: 13-14.



Esquema 2: Organismos da Acção Católica segundo os Estatutos⁴³

Estatutariamente, o ingresso nos organismos processava-se, idealmente, de acordo um itinerário pontuado por três etapas (na sequência da apresentação da proposta de candidatura), a saber: aspirantes (com inscrição até três meses), efetivos (com inscrição superior a três meses) e ativos (categoria dependente da declaração da respetiva direção segundo a avaliação produzida sobre a qualidade do associado, condição no entanto necessária para ser elegível para os cargos diretivos). Era ainda prevista uma categoria suplementar, a dos beneméritos, entre aqueles que se tinham destacado pela entrega, pelo menos uma vez, de uma quantia significativa para o movimento, bem como daqueles que regularmente o faziam, para além da entrega do valor da cota fixada.⁴⁴

A entrada no movimento poderia ter lugar em qualquer fase do ciclo de vida dos católicos. Seja como for, a estrutura organizativa visava acompanhar os católicos ao longo do seu percurso de vida, desde as idades mais precoces (benjaminas, benjamins, cadetes), de forma a cumprir as finalidades do movimento.

Analisemos, sinteticamente, as características de cada agrupamento.

Agrupamentos da ACP

A Associação da Juventude Católica Feminina teve os seus estatutos aprovados no dia 19 de março de 1934, passando, a partir de então, a ser designada apenas de Juventude Católica Feminina.⁴⁵

⁴⁴ «Bases da Ação Católica Portuguesa», *Boletim Oficial...*, maio de 1934, ano I, n.º 1: 12; «Estatutos da Liga das Mulheres da Acção Católica», *Boletim Oficial...*, n.º 1, 25; «Estatutos da Juventude Católica Feminina», *Boletim Oficial...*, n.º 1, 31; «Estatutos da Liga dos Homens da Acção Católica», *Boletim Oficial...*, n.º 4, 182; «Bases da Juventude Católica Masculina», *Boletim Oficial...*, n.º 5, 215; «Estatutos da Liga Agrária Católica Feminina», *Boletim Oficial...*, n.º 32, 217; «Organização da Liga Escolar Católica Feminina», *Boletim Oficial...*, n.º 20, 258; «Estatutos da Liga Independente Católica Feminina», *Boletim Oficial...*, n.º 20, 251; «Estatutos da Liga Operária Católica Feminina», *Boletim Oficial...*, n.º 25, 448; «Estatutos da Liga Agrária Católica», *Boletim Oficial...*, n.º 20, 265; «Organização da Liga Escolar Católica», *Boletim Oficial...*, n.º 32, 225; «Estatutos da Liga Independente Católica», *Boletim Oficial...*, n.º 32, 210; «Estatutos da Liga Operária Católica», *Boletim Oficial...*, n.º 16, 125; «Estatutos da Juventude Agrária Católica Feminina», *Boletim Oficial...*, n.º 6 e 7, 250; «Estatutos da Juventude Escolar Católica Feminina», *Boletim Oficial...*, n.º 2, 97; «Estatutos da Juventude Independente Católica Feminina», *Boletim Oficial...*, n.º 1, 37; «Estatutos da Juventude Profissional e Popular Católica Feminina», *Boletim Oficial...*, n.º 2, 104; «Estatutos da Juventude Universitária Católica Feminina», *Boletim Oficial...*, n.º 2, 91; «Estatutos da Juventude Agrária Católica», *Boletim Oficial...*, n.º 15, 79; «Estatutos da Juventude Escolar Católica», *Boletim Oficial...*, n.º 10, 360; «Estatutos da Juventude Independente Católica», *Boletim Oficial...*, n.º 15, 86; «Estatutos da Juventude Operária Católica», *Boletim Oficial...*, n.º 10, 368; «Estatutos da Juventude Universitária Católica», *Boletim Oficial...*, n.º 10, 352; «Associação das Benjaminas e Cadetes», *Boletim Oficial...*, n.º 24, 409. A Ação Católica era também constituída por outras associações, como por exemplo a Associação dos Jurisconsultos Católicos Portugueses (25-05-1934), a Associação dos Médicos Católicos (25-06-1934), a Associação dos Pais de Família Católicos, as Guias de Portugal, entre outras.

⁴⁴ «Bases da Ação Católica Portuguesa», *Boletim Oficial...*, maio de 1934, ano I, n.º 1, Artigo 26: 30.

⁴⁵ «Estatutos da Associação da Juventude Católica Feminina», *Boletim Oficial...*, maio de 1934, ano I, n.º 1: 31.

De acordo com o ordenamento estatutário, em todos os organismos da JCF eram admitidas apenas raparigas católicas, portuguesas ou estrangeiras, residentes em Portugal, solteiras, com idade entre os 14 e os 25 anos, consideradas de bom comportamento, que pagassem o cartão da ACP (curiosamente chamado de Bilhete de Identidade) /cota e emblema e que aceitassem cumprir as regras, entre elas não atrasar o pagamento da cota num período superior a seis meses.⁴⁶

A JCF era composta por cinco organismos especializados e mais um grupo pré-juvenil. Os organismos especializados reportavam-se a segmentos populacionais femininos específicos. Assim, a JACF agregava as raparigas do meio agrário que residissem na aldeia ou no campo.⁴⁷ A JECF era destinada às alunas dos estabelecimentos oficiais ou particulares de ensino secundário.⁴⁸ A JICF visava integrar as raparigas pertencentes a meios sociais médios ou superiores, dotadas de cultura geral e sem encargos profissionais.⁴⁹ A JOCF era dirigida às raparigas que exercessem uma profissão ou pertencessem à classe popular, residentes em cidades ou vilas.⁵⁰ A JUCF era reservada a estudantes universitárias ou que frequentassem estabelecimentos de ensino superiores.⁵¹ As benjaminas da JCF eram consideradas um organismo pré-juvenil, integrando as raparigas até aos 14 anos, que tivessem licença dos pais e que pagassem a cota,⁵² reproduzindo o agrupamento uma análoga subdivisão interna em pré-jacista, pré-jecista e pré-jocista.⁵³

A Juventude Católica Masculina era composta por cinco organismos especializados, nos quais eram admitidos apenas rapazes católicos, solteiros, com idades compreendidas entre os 14 e os 30 anos, de bom comportamento, que pagassem BI/cota/emblema, e que aceitassem cumprir as regras.⁵⁴ A JOC assentava em normas em tudo idênticas à JCM.⁵⁵ Limitamo-nos, por isso, a apontar os organismos especializados. A JAC constituía o grupo vocacionado para os jovens rapazes pertencentes ao meio rural ou que se dedicassem a trabalhos agrícolas.⁵⁶ A JEC

⁴⁶ «Estatutos da Associação da Juventude Católica Feminina», *Boletim Oficial...*, maio de 1934, ano I, n° 1: 33.

⁴⁷ «Estatutos da Juventude Agrária Católica Feminina», *Boletim Oficial...*, n° 6 - 7: 251.

⁴⁸ «Estatutos da Juventude Escolar Católica Feminina», *Boletim Oficial...*, n° 2: 97.

⁴⁹ «Estatutos da Juventude Independente Católica Feminina», *Boletim Oficial...*, n° 1: 37.

⁵⁰ «Estatutos da Juventude Profissional e Popular Católica Feminina», *Boletim Oficial...*, n° 2: 105.

⁵¹ «Estatutos da Juventude Universitária Católica Feminina», *Boletim Oficial...*, n° 2: 92.

⁵² «Estatutos das Benjamins da JCF», *Boletim Oficial...*, n° 1, Artigo 29: 47.

⁵³ «Estatutos das Benjamins da JCF», *Boletim Oficial...*, n° 1, Artigo 6: 44.

⁵⁴ «Bases da Associação da Juventude Católica Masculina», *Boletim Oficial...*, n° 5, Alinea I: 219.

⁵⁵ «Estatutos da Associação da Juventude Católica Feminina», *Boletim Oficial...*, maio de 1934, ano I, n° 1, Artigo 5: 33.

⁵⁶ «Estatutos da Juventude Agrária Católica», *Boletim Oficial...*, n° 15, Artigo 2: 79.

era reservada aos rapazes que frequentassem os estabelecimentos oficiais ou particulares e ensino secundário, escolas de ensino primário, Conservatório Nacional, entre outros estabelecimentos.⁵⁷ A JIC integrava os jovens que pertencessem à classe média ou superior, dotados de cultura geral e sem encargos de profissão.⁵⁸ A JOC era reservada aos jovens residentes em meio urbano e industrial, que frequentassem cursos médios das escolas técnicas ou que exercessem trabalho honesto.⁵⁹ A JUC era vocacionada para a população estudantil masculina que frequentasse cursos universitários ou cursos superiores.⁶⁰

A Liga das Mulheres da Ação Católica emitiu os seus estatutos no dia 19 de março de 1934, sendo que foi também a partir dessa data que passou a ser designada Liga da Ação Católica Feminina.⁶¹ As condições estipuladas para a admissão nos movimentos da LACF eram as mesmas, excetuando a idade, a partir dos 25 anos se solteiras ou então de idade inferior, se casadas⁶². Os organismos especializados eram tudo idênticos, recebendo as designações correspondentes, a saber: LACF; LECF, aberta às mulheres dotadas de curso do magistério primário;⁶³ LICF;⁶⁴ e a LOCF aberta a todas as mulheres que exercessem uma profissão ou que pertencessem às camadas populares, residentes em cidades ou vilas;⁶⁵ e a LUCF reservada a mulheres diplomadas e/ou que fossem professoras do ensino secundário.⁶⁶

A Liga dos Homens da Ação Católica assentava nas mesmas bases organizativas. As condições de admissão eram correlatas às da JCM, compreendendo a idade superior aos 30 anos ou que fossem casados. A segmentação socioprofissional seguia os parâmetros da liga correlata feminina, no quadro dos cinco organismos especializados, a saber: LAC, aberta aos homens que, «nos meios rurais, se dedicassem ordinariamente a trabalhos agrícolas»;⁶⁷ LEC, destinada aos «professores diplomados pelas Escolas do Magistério Primário e a todos os professores inscritos no ensino primário»;⁶⁸ LIC, reservada aos homens de classe superior ou média que não

⁵⁷ «Estatutos da Juventude Escolar Católica», *Boletim Oficial...*, nº 10, Artigo 2: 360.

⁵⁸ «Estatutos da Juventude Independente Católica», *Boletim Oficial...*, nº 15, Artigo 2: 87.

⁵⁹ «Estatutos da Juventude Profissional e Popular Católica», *Boletim Oficial...*, nº 10, Artigo 2: 368.

⁶⁰ «Estatutos da Juventude Universitária Católica», *Boletim Oficial...*, nº 10, Artigo 2: 352.

⁶¹ «Estatutos da Liga de Ação Católica Feminina», *Boletim Oficial...* nº 1:25

⁶² «Estatutos da Liga das Mulheres da Ação Católica», *Boletim Oficial...*, nº 1, Artigo 3: 26 e os Estatutos de cada organismo especializado da Liga das Mulheres da Ação Católica em «Actos Oficiais – Regulamento de Cotas», *Boletim Oficial...*, nº 33 e 34: 273.

⁶³ «Estatutos da Liga das Mulheres da Ação Católica», *Boletim Oficial...*, nº 1, Artigo 6 – 2º: 27.

⁶⁴ «Estatutos da Liga das Mulheres da Ação Católica», *Boletim Oficial...*, nº 1, Artigo 6 – 3º: 27.

⁶⁵ «Estatutos da Liga das Mulheres da Ação Católica», *Boletim Oficial...*, nº 1, Artigo 6 – 4º: 27.

⁶⁶ «Estatutos da Liga das Mulheres da Ação Católica», *Boletim Oficial...*, nº 1, Artigo 6 – 5º: 27.

⁶⁷ «Estatutos da Liga Agrária Católica», *Boletim Oficial...*, nº 20, Artigo 2: 265.

⁶⁸ «Estatutos da Liga Escolar Católica», *Boletim Oficial...*, nº 32, Artigo 2: 225.

exercessem atividade que determinasse a sua inscrição na LUC ou LEC;⁶⁹ e a LOC vocacionada para os «homens que nos meios urbanos e industriais, obt[ivessem] honestamente os seus recursos de vida»;⁷⁰ e a LUC, reservada aos homens diplomados.

Da descrição exposta sobressaem como critérios estruturadores o género e a idade, bem como as habilitações escolares, os modos de vida e o exercício profissional e a residência em meio urbano ou rural. A fragmentação e divisão classista observada ia de encontro à acentuada diferenciação social então existente, agravada pelos desníveis educacionais entre uma população que acusava uma elevada taxa de analfabetismo. Na mesma ordem de ideias, a separação de géneros pode ser lida como um reflexo da diferenciação dos papéis sociais que separavam a população feminina e masculina, em termos de expectativas e horizontes de vida. Os grupos, independentemente dos agrupamentos especializados a que pertenciam, contribuíam para promover e orientar práticas de vida segundo os princípios cristãos, articulando a esfera individual com a esfera grupal, representativa do grupo social de pertença. Ao mesmo tempo, pretendiam derramar e fortalecer os valores cristãos entre os respetivos meios sociais. Daí, muito provavelmente a separação dos casados. A educação e a aprendizagem tinham por base o indivíduo, independente do género. A unidade dos organismos e dos agrupamentos especializados constituía assim uma espécie de imagem da sociedade – ou da *nação* católica, reproduzindo a expressão estatutária da ACP. Os diferentes agrupamentos católicos correspondiam assim a espaços de defesa da ordem social estabelecida, baseados na hierarquia social e nos seus valores dominantes, ainda que assentes nos princípios do catolicismo social, filiados na *Rerum Novarum*, (1891).

As afinidades teóricas que a ACP apresentava com os princípios do corporativismo eram bem patentes, almejando ambos contribuir para paz e a harmonia sociais, contra o cenário do conflito de classes, preconizados pelas correntes políticas alternativas (socialismo e comunismo). Compreende-se assim a interação positiva alimentada, em termos doutrinários, entre o catolicismo social e o corporativismo salazarista. À partida, a «propagação dos ideais e valores corporativos junto dos fiéis (...) contribuía para a socialização das massas católicas em moldes que facilitaram a construção do edifício corporativo».⁷¹ E nesta linha, a Ação Católica acolhia com bons olhos o projeto de corporativização da sociedade portuguesa, nos alvares do Estado Novo, ao sublinhar

⁶⁹ «Estatutos da Liga Independente Católica», *Boletim Oficial...*, n.º 32, Artigo 2: 210.

⁷⁰ «Estatutos da Liga Operária Católica», *Boletim Oficial...*, n.º 16, Artigo 2: 125.

⁷¹ Duncan Simpson, *A Igreja Católica e o Estado Novo - A cruzada Corporativa* (Lisboa: Edições Almedina, 2014), Capítulo IV.

que «o corporativismo do «Estado Novo não [é] apenas “digno de encómios”, como também [é] uma resposta a “um pensamento profundamente cristão”». ⁷²

Assim, na perspetiva dos responsáveis pela ACP, os organismos operários e agrários católicos eram encarados como espaços favoráveis para o desenvolvimento da mentalidade corporativa, dimensão que, na perspetiva do governo, se afigurava tão importante cultivar, atendendo à quase ausência de conhecimentos sobre cultura e práticas corporativa entre a população portuguesa. ⁷³

Todavia, contrariamente às expectativas alimentadas pelo governo, foram várias as resistências tanto por parte dos trabalhadores como dos patrões à implementação no terreno dos organismos primários corporativos. ⁷⁴ Analogamente, os dirigentes da LOC, entre eles Abel Varzim, como referido atrás, cedo apontaram críticas a respeito do modelo corporativo salazarista, condenando o excesso de intervencionismo e controlo estatal, em detrimento do desenvolvimento de um corporativismo associativo que fosse ao encontro da elevação moral, social e educativa dos trabalhadores. As tensões desenvolvem-se ao longo dos anos 30 e 40, como mostrou Inácia Rezola e Sandra Duarte, ⁷⁵ tendo desaguado, pelo menos oficialmente, na quebra da defesa dos direitos de classe porque representativos de interesses particulares, matéria de responsabilidade dos sindicatos controlados pelo Estado. O ambiente e as dificuldades do contexto de guerra, em particular em 1943 e 1944, arrastaram consigo o agravamento das condições de vida e de miséria das populações trabalhadoras (como foram exemplo as greves registadas em Guimarães, à semelhança de outros pontos do País). Mas a atitude do Presidente do Concelho deixara bem claros os estreitos limites de intervenção pública da JOC, ao «nega[r]lhe o direito de intervenção fora do âmbito espiritual e assistencial (...) 1942-1944». ⁷⁶

O testemunho de Judite Ribeiro, militante da JOCF entre 1943-45, é a esse respeito revelador das perceções parcelares que a memória guarda desse relacionamento, ou eventualmente dos silêncios dominantes quando os episódios de contestação social não se passavam próximo do local de residência.

⁷² Simpson, *A Igreja Católica...*, Capítulo IV.

⁷³ Simpson, *A Igreja Católica...*, Capítulo IV.

⁷⁴ Ver, a título ilustrativo, as resistências registadas no distrito de Braga em Fátima Moura Ferreira e Natália Pereira, “*Propaganda e...*”, 13-38. Bem como a bibliografia aí apontada sobre esta problemática.

⁷⁵ Crf. Rezola, *O sindicalismo católico...*

⁷⁶ Rezola, «O Sindicalismo Católico no...»: 148.

«O Estado nunca meteu nariz na JOC, nunca meteu nariz na JOC. Que eu saiba, que eu visse. Imagine eram milhares e milhares em Lisboa, milhares e milhares no Porto, por todo o lado, porque era uma coisa muito da Igreja e o Estado era muito da Igreja porque Salazar era um homem de comunhão diária e de missa diária, e o Cardeal, o Cardeal Cerejeira, era o maior amigo e o confessor de Salazar. É [certo] que ele teve alguns atritos com o [bispo] do Porto, mas foi pouca coisa».⁷⁷

Mas para alguns membros do clero, que estavam inseridos em trabalho paroquial e comunitário e que partilhavam os princípios do catolicismo social, a relação do regime com a questão social era olhada com maior preocupação, como ilustra o excerto da entrevista realizada ao Padre Avelino Vieira Cardoso: uma vez que «Salazar não permitia sindicatos livres..., e portanto... as greves... Só faltava mais essa, iam presos, quem fosse apanhado em greve ia preso».⁷⁸ Em contrapartida, o testemunho de um militante e dirigente da JOC, nos inícios dos anos 70, evidencia uma análise mais profunda e atenta sobre a relação mais complexa e plural que a Igreja mantinha então com o regime, num discurso também ele mais livre: «[A Igreja aproveitava-se da situação de desconforto social vigente, fazendo com que a população sentisse «uma proximidade maior da Igreja aos problemas reais do mundo do trabalho que há hoje. Hoje, nós vivemos numa sociedade capitalista, muito mais afinada do que era naquela altura».⁷⁹

O espaço de tempo determinado para a investigação e para a escrita não me permitiram alargar o leque de entrevistas, como previsto. Certamente, seria possível aprofundar e sobretudo registar outros testemunhos que dessem conta das experiências, provavelmente múltiplas e diferenciadas, que jovens, mulheres e homens trabalhadores retiraram da sua militância na ACP.

⁷⁷ Entrevista a *Judite Ribeiro*, no dia 24-02-2017, em Sequeirô (Arciprestado de Vila Nova de Famalicão). Judite Ribeiro nasceu a 18-10-1933 em Sequeirô/Santo Tirso, é filha única de mãe solteira, foi escriturária e professora. Foi Jocista entre 1943/1945 na freguesia da Lama/Santo Tirso e é atualmente Locista na freguesia de Sequeirô.

⁷⁸ Entrevista ao *Padre Avelino Vieira Cardoso*, no dia 03-04-2017, em Ronfe (Arciprestado de Vila Nova de Famalicão). O Padre Avelino Vieira Cardoso nasceu em 1931, no seio de uma família de operários, sendo o mais novo de 4 irmãos. Iniciou a vida sacerdotal em 1957 como professor no colégio D. Diogo de Sousa, em Braga. Iniciou a sua atividade na Ação Católica, em 1961, a nível diocesano. Em meados dos anos 60, trabalhou cerca de 3 anos com emigrantes em França, militantes da Ação Católica; em 1967 fez uma peregrinação a Lourdes, França, onde conheceu pessoalmente o Sr. Cardijn.

⁷⁹ Entrevista ao *Diácono José Maria Carneiro da Costa*, no dia 29-03-2017, em Vila Nova de Famalicão. O Diácono José Maria nasceu a 03-04-1954 em Fradelos/Vila Nova de Famalicão, é o mais velho de 6 irmãos, entrou para a pré-JOC em 1966, em 1972 entra para a direção diocesana da JOC e em 1974 é nomeado presidente diocesano.

Nesta perspetiva, centremos agora a nossa atenção na dinâmica associativa, a partir da análise das instruções oficiais que eram transmitidas aos grupos de molde a irem ao encontro dos fins pretendidos.

2. LANÇAMENTO E IMPLANTAÇÃO DO MOVIMENTO

Os primeiros anos da organização corresponderam à etapa de lançamento das bases e das diretrizes do movimento de forma a que este ganhasse presença efetiva no território nacional. Daí que a par das orientações que presidiam à implantação do programa nacional, de acordo com os agrupamentos especializados, fossem ventilados os problemas maiores com que a ACP se debatia. Concretamente, a formação de dirigentes, tanto eclesiásticos como leigos, problema que era concomitante à criação dos agrupamentos diocesanos e paroquiais e que colocavam questões relacionadas com a propaganda e o recrutamento dos militantes.⁸⁰ Daí a aposta nas publicações, na implementação de questionários aos filiados, sem descurar as funções que eram cometidas aos órgãos diretivos centrais: «estudar, prescrever, coordenar e vigiar».⁸¹

Inicialmente, advogava-se o pequeno número: lançar a semente a nível paroquial, organizar as direções diocesanas e as direções nacionais. Ao mesmo tempo, era exortada a preocupação e o «especialíssimo cuidado com as **classes humildes, com os trabalhadores da indústria e da terra**».⁸² Mas o movimento alimentava maiores aspirações, como o sugere o artigo da LCF, publicado no *Boletim* de 1940 em que é declarado: «[a] Acção Católica é um movimento de massa, que pretende influenciar em todos os sectores da actividade humana. Não realizará a sua missão plenamente senão naquela hora em que conseguir **o ambiente cristão na família, no mundo operário, nos meios sociais**».⁸³ Certamente, os obstáculos à irradiação do movimento evidenciavam estrangimentos maiores entre as camadas mais desfavorecidas, ao contrário do observado na capacidade de atração das camadas juvenis, em especial dos estudantes, como veremos. A educação e o tempo constituíam armas poderosas. Daí que ciclicamente, as páginas do *Boletim* explicitassem os fins do movimento, pois era necessário atender ao ingresso das novas gerações de militantes.⁸⁴

⁸⁰ «Programa das organizações», *Boletim Oficial...*, maio de 1934, n° 1, ano I, 49-54.

⁸¹ «Programa da Junta Central», *Boletim Oficial...*, maio de 1934, n° 1, ano I, 49-54.

⁸² «Formação e Recrutamento», *Boletim Oficial...*, março de 1936, n° 23, ano II, 368-370, destacados nossos.

⁸³ «Liga da Acção Católica Feminina – Núcleo de militantes», *Boletim Oficial...*, dezembro de 1940, ano VII, 163, destacados nossos.

⁸⁴ «Ideias fundamentais da Organização da Acção Católica», *Boletim Oficial...*, junho de 1950, n° 193, ano XVII, 32.

Daí a tónica colocada, desde os primórdios do movimento, à criação de símbolos de pertença e de envolvimento militante, que passaram também pela inscrição no calendário da instituição do Dia da Ação Católica ou Dia da Festa do Cristo Rei (de acordo com os Estatutos), e que marcava a preparação do novo ano social católico.

O dia da Ação Católica era descrito como um dia dedicado especialmente à oração, à propaganda e à reflexão, sendo ainda aproveitado para as operações de divulgação do programa anual.⁸⁵ Era festejado com pompa e solenidade, um pouco por todo o lado, como o ilustra a passagem relativa às festividades realizadas em Braga, em 1935: «revestiram extraordinário brilho e entusiasmo as comemorações da festa de Cristo Rei nesta diocese. Às 8 horas da manhã houve **missa dialogada** na Sé para os organismos da Acção Católica, que foi muito concorrida. Às 10 horas realizou-se um solene Pontifical, em que prestaram juramento solene os novos dirigentes diocesanos da A. Católica. À tarde, pelas 16 horas, efectuou-se uma sessão solene de propaganda no Salão Recreativo, que decorreu no meio de maior entusiasmo e alegria».⁸⁶

Encontro, festa e religião prolongavam-se nas cerimónias de juramento dos membros da direcção diocesana que se davam assim a ver⁸⁷ aos novos militantes e a cimentar sociabilidades. A ocasião prestava-se ainda a ostentar publicamente os símbolos exteriores do movimento, as bandeiras e os emblemas dos militantes, atraindo e congregando os católicos e projetando o movimento no espaço público. Os principais títulos da imprensa informativa e política, tanto diária como semanal, reservavam espaço para noticiar e propagandear o movimento, como é descrito no Boletim do ano de 1935 que menciona um conjunto de jornais – *Novidades - Diário do Minho - A Defesa - A Guarda-Voz de Lamego - Folha do Domingo - A voz de Domingo - Noticias da Covilhã - A Ordem - Jornal da Beira - O Almonda* -⁸⁸ expressão do eco nacional das festividades.

A leitura dos jornais dos organismos da ACP era muito comum entre associados. Servia como meio de obter informação de interesse segundo o espírito da ACP. Igualmente era fomentada a compra dos jornais pelos membros do grupo.

Alguns dos organismos especializados do mundo rural dispunham de publicações regulares, como acontecia com a *A Boa Semente* (LACF, folha mensal 1933-1962), *Fé e Trabalho* (JACF) e *A Semente* (pré-JACF). Analogamente, a JAC dispunha do *Arado* (1939 a 1963). No entanto, de acordo com artigos recorrentes no *Boletim* estas publicações apresentavam várias

⁸⁵ «Os Chefes da A.C.P.», *Boletim Oficial...*, dezembro de 1934, n° 8, ano I, 161-163.

⁸⁶ «A cruzada da reconquista cristã em marcha», *Boletim Oficial...*, novembro de 1935, n° 19, ano 2, 238-240.

⁸⁷ «Responsabilidades dum juramento», *Boletim Oficial...*, novembro de 1952, n° 222, ano XVIII, 186.

⁸⁸ «Artigos», *Boletim Oficial...*, novembro de 1935, n° 19, ano II, 224-237.

deficiências. Concretamente era apontada falta de diversidade temática, fraqueza do noticiário, pouco realismo com que os assuntos eram tratados, reduzido estímulo com as leitoras (e leitores em geral).⁸⁹ Na mesma ordem de ideias o jornal da JAC, o *Arado* (1939 a 1963), pouco valorizado, apresentando ainda uma fraca apresentação gráfica o que não o favorecia em termos de atratividade. Em contraponto, o *Boletim* elogia a qualidade da imprensa operária católica, considerando que esta apresentava uma identidade vincada, sendo muito bem produzida. Revestia-se ainda bastante dinâmica, atendendo aos vários títulos que a compunham: *Voz do Trabalho* (LOC - mensal), *Juventude Operária* (JOC – mensal), *Lar e Trabalho* (LOCF - bimestral [1932] - 1950 e mensal 1951-1973), *Vida e Alegria* (JOCF) e o *Prá Frente* (pré-JOCF). Registe-se pela seu elevado significado o comentário a respeito do *Lar e Trabalho*: na perspetiva do *Boletim* este «lucrará com uma maior atenção aos problemas profissionais.⁹⁰ Embora a verdadeira vocação da mulher seja no lar»⁹¹ - o que ao seu modo é revelador das dificuldades em precisar os limites entre o trabalho e a família no caso da mulher.

a. SÍMBOLOS DE PERTENÇA

O emblema, muito referido e tratado com respeito e dedicação, constituía uma representação simbólica «do grande Movimento que, lentamente, mas com segurança, vai conquistando as almas para Cristo, dando-lhes o sentido pleno da vida cristã. Ao usá-lo, cada associada faz profissão de fé», sendo por isso aconselhado que os militantes o exibam sempre.⁹² Pretendia sugerir e representar a «unidade da Acção Católica», a estimular o sentimento de pertença e de «harmonia a um só corpo, robustamente estruturado, sob impulso da fé e da caridade». Daí que fosse exortado o seu uso senão permanentemente, pelo menos em ocasiões públicas especiais como eram os eventos festivos e as peregrinações. Em paralelo censuravam-se aqueles que não o exibiam, tidos por pobres de espírito e envergonhados em relação aos seus ideais de vida.⁹³

Graficamente, era de cor verde, cor que representava a nova floração do evangelho na sociedade. Era ainda marcado pela simbologia de combate sugerida pelo escudo e pela cruz

⁸⁹ «Visão crítica da Imprensa da Acção Católica Portuguesa», *Boletim Oficial...*, 53.

⁹⁰ «Visão crítica da Imprensa da Acção Católica Portuguesa», *Boletim Oficial...*, 53-54.

⁹¹ «Visão crítica da Imprensa da Acção Católica Portuguesa», *Boletim Oficial...*, 53-54.

⁹² «O nosso emblema», *Boletim Oficial...*, janeiro de 1946, ano XII, 129-130.

⁹³ «Emblema Único», *Boletim Oficial...*, dezembro e janeiro de 1954 e 1955, n.º 247 e 248, ano XXI, 184. O decreto de aprovação do emblema foi publicado a 6 de janeiro de 1955 pelo Cardeal Patriarca de Lisboa.

elevada de prata (testemunho de redenção).⁹⁴ O preço fixado era de 5\$00 e o mais pequeno, destinado às crianças, 2\$50.⁹⁵



Ilustração 1: Representação do emblema de acordo com o Boletim da Ação Católica⁹⁶

Tal como o emblema, a bandeira era também símbolo da unidade do movimento e devoção à causa.⁹⁷ O decreto de aprovação, publicado a 13 de junho de 1955, informava que a bandeira respeitava a uniformidade da simbologia gráfica fixada pelo emblema,⁹⁸ acrescentando-se apenas o nome dos organismos especializados.

Por sua vez, a letra do hino da ACP era imbuída dos mesmos sentimentos de combate e de conquista tendentes a imprimir «uma mística religiosa militante».⁹⁹ Os ideais guerreiros, inspirados muito provavelmente no imaginário medieval e no culto do passado histórico - à semelhança do nacionalismo salazarista e dos nacionalismos europeus de entre guerras - , exprimiam-se através de palavras e expressões, «assente[s] concretamente em dois tópicos»: «o “nobre ideal” da “Cruz de Cristo”, “luz” e “flama” que incendeia as “almas bravas de soldados” daqueles que constituem os “batalhões de Cristo-Rei”, pois “Deus chama”; e “a Pátria, voz do mar em dor”, que nos tempos incertos “rezando”, clama uma especial “victória” de Portugal, com a fé de quem acredita que “contra o ódio, contra a guerra, só vence a voz do amor”».¹⁰⁰

A par do hino, os cânticos religiosos, cantados em cerimónias, no âmbito de encontros, seminários e retiros, constituíam experiências de aprofundamento religioso e místico, contribuindo para envolver e consolidar a relação religiosa a título individual e entre os militantes. A citação que reproduzimos a partir de Paulo Fontes é a este respeito exemplar:

⁹⁴ «Emblema Único», *Boletim Oficial...*, dezembro e janeiro de 1954 e 1955, n.º 247 e 248, ano XXI, 185.

⁹⁵ «Actos Oficiais - Emblema Único da Acção Católica», *Boletim Oficial...*, fevereiro de 1954 e 1955, n.º 249, ano XXI, 222-223.

⁹⁶ «Emblema Único», *Boletim Oficial...*, dezembro e janeiro de 1954 e 1955, n.º 247 e 248, ano XXI, 185.

⁹⁷ «A bandeira da Acção Católica», *Boletim Oficial...*, maio de 1955, n.º 252, ano XXII, 1-3.

⁹⁸ «Actos Oficiais - A bandeira única da Acção Católica», *Boletim Oficial...*, julho e agosto de 1955, n.º 254 e 255, ano XXII, 68.

⁹⁹ Fontes, «A institucionalização...», 186.

¹⁰⁰ Fontes, «A institucionalização...», 187.

«Captar os cheiros, de incenso ou de erva molhada, sentir o ruído de bandeiras e estandartes desfraldados ao vento ou ouvir o som de vozes coadas pelos microfones da época – fosse nas sessões solenes no interior das salas de congresso, nos desfiles e concentrações nas praças, nas celebrações litúrgicas realizadas no interior dos templos, nas peregrinações ou nas missas campais ao ar livre.»¹⁰¹

Nesta ordem de ideias, compreende-se a valorização que a ACP atribuía ao Bilhete de Identidade - designação interessante que nos remete para a analogia com o cartão oficial do Estado. Constituíam um símbolo da identidade pessoal e de pertença ao movimento. Era renovado anualmente entre os militantes, nas suas diferentes categorias (aspirantes, efetivos, ativos e dirigentes). Continha, além do nome, o registo do pagamento das cotas (selos) elemento de reforço ao movimento e uma das fontes de financiamento do movimento.¹⁰² Constituíam um «sinal dos laços que unem o membro da AC à hierarquia, princípio de dignidade e responsabilidade, fonte de direitos e obrigações». O BI era tido como expressão material de direitos, responsabilidades, garantia de graças espirituais, obrigações e deveres.¹⁰³

b. A IMPORTÂNCIA DA COTA MENSAL

A cota, insistente e permanente lembrada, conservou-se uma constante nos Boletins, no curso do período em análise. É considerada parte essencial da vida da ACP. Dai a preocupação dos dirigentes em «gravar no fundo da alma a verdadeira mística da cota» e a sua obrigatoriedade, visto como um sinal de responsabilização e de envolvimento pessoal e coletivo ao movimento, meio de o financiar.¹⁰⁴

A cota correspondia assim a uma contribuição mensal imposta a todos sem exceções. Os regulamentos dos organismos especializados fixavam os valores da cota mensal e da cota reduzida. As tabelas 1 e 2 reportam-se ao regulamento da cota da Liga Feminina, datado de 22 de outubro de 1937.

¹⁰¹ Fontes, «A institucionalização...», 186.

¹⁰² «Regulamento dos Bilhetes de Identidade», *Boletim Oficial...*, agosto e setembro de 1937, ano IV, 43-46.

¹⁰³ «Valor e mística do Bilhete de Identidade», *Boletim Oficial...*, maio de 1953, n.º 228, ano XX, 25.

¹⁰⁴ «A importância da Cota na organização da Acção Católica», *Boletim Oficial...*, novembro de 1935, n.º 19, ano II, 197-200.

	LACF	LECF	LICF	LOCF	LUCF
Cota Mínima	\$50	1\$00	2\$00	\$50	2\$00
Cota Reduzida	\$30	\$50	1\$00	\$30	1\$00

Tabela 1: Representação da cota para cada organismo da liga feminina¹⁰⁵

	JACF	JECF	JICF	JOCF	JUCF
Cota Mínima	\$50	1\$00	1\$00	\$50	1\$00
Cota Reduzida	\$30	\$50	\$50	\$30	\$50

Tabela 2: Representação da cota para cada organismo da juventude feminina¹⁰⁶

Os valores da cota mínima correspondem a \$50 para a LOCF e LACF, 1\$00 para a LECF e 2\$00 para a LICF e LUCF. A cota reduzida passa a ser de \$30 para a LOCF e LACF, \$50 para a LECF e 1\$00 para a LICF e LUCF,¹⁰⁷ o que evidencia que a cota reduzida corresponde a cerca de metade do valor da cota mínima. A análise comparativa entre os organismos femininos permite assinalar que a única diferença de valores das cotas se reporta à passagem da JICF para a LICF e da JUCF para a LUCF, que diferem em 1\$00.¹⁰⁸ A passagem das associadas dos organismos da juventude para os organismos da Liga traduzia-se apenas num aumento da cota mínima para as Independentes e Universitárias. Previa-se e estimulava-se a entrega de um montante superior da cota, entre as associadas mais abonadas ou entre aquelas que podiam fazer um “sacrifício monetário”¹⁰⁹, encarado como ato de caridade e de valor evangélico.¹¹⁰

3. DINÂMICA ASSOCIATIVA E QUOTIDIANA DOS GRUPOS CATÓLICOS FEMININOS, ENTRE OS ANOS 30 E OS INÍCIOS DOS ANOS 70

Na presente secção do texto, pretendemos analisar as orientações formuladas pela direção do movimento no sentido de dinamizar os grupos e como em paralelo atuava a imprensa oficial do movimento. Os boletins e jornais destinados em particular aos militantes e que se destinavam às suas famílias. Ao mesmo tempo, procuramos entrar no universo dos grupos,

¹⁰⁵ «Das cotas, sua cobrança e distribuição», *Boletim Oficial...*, janeiro e fevereiro de 1937, n° 33 e 34, ano III, 273-280.

¹⁰⁶ «Cota Mínima Mensal», *Boletim Oficial...*, dezembro de 1935, n° 20, ano II, 274-280.

¹⁰⁷ «Das cotas, sua cobrança e distribuição», *Boletim Oficial...*, janeiro e fevereiro de 1937, n° 33 e 34, ano III, 273-280.

¹⁰⁸ «Cota Mínima Mensal», *Boletim Oficial...*, dezembro de 1935, n° 20, ano II, 274-280.

¹⁰⁹ «Cota», *Boletim Oficial...*, março de 1949, n° 178, ano XVI, 233-234.

¹¹⁰ «A importância da Cota», *Boletim Oficial...*, outubro de 1949, n° 185, ano XVII, 114.

traçando o esquema da reunião e alguns dos mecanismos que permitiam aos órgãos diretivos da ACP acompanhar, controlar e adequar a dinâmica dos grupos. Atendemos, muito em particular, ao modo como a problemática feminina é abordada, no período em estudo, de uma forma panorâmica, problematizando o mundo rural e citadino na perspectiva da mulher trabalhadora, sempre que possível.

a. REUNIÕES DE GRUPO OU DE SECÇÃO

As reuniões de grupo constituíam o espaço privilegiado de aprendizagem e desenvolvimento da prática de vida cristã de acordo com as finalidades do movimento. Revestiam três modalidades: “reuniões de militantes” que eram, por norma semanais, e obrigatórias pelo menos uma vez por mês; “reuniões de piedade” reservadas a todos os membros da secção e que deveriam ser ordinariamente mensais; e por último “as reuniões gerais” que eram destinadas «a todos os associados e aos elementos que, sem pertencerem à Acção Católica Portuguesa, com ela simpatiza[sse]em, se[ndo] ordinariamente mensais, e, em regra, consta[ndo] de uma parte instrutiva e de outra recreativa».¹¹¹

As reuniões eram o espaço de eleição para as análises suscitadas pelo tema da reflexão, meio de ir ao encontro das finalidades do movimento. Implicavam a partilha e a exposição dos problemas por cada membro, à luz da fé e dos ensinamentos da Igreja, sob a coordenação da presidente do grupo, além da presença do assistente.

Algumas das necessidades da ACP, retratavam-se pela falta de dirigentes e de assistentes, em que «não é novidade para ninguém que o seu número é ainda reduzido. Por esse Portugal fora, não há mais secções, porque na Acção Católica se sente aquela crise dolorosa de sacerdotes».¹¹²

Ora, a função do clero dentro da ACP e dos seus organismos é referida através de uma citação do Papa Pio XI, quando se dirigiu ao Episcopado Argentino em 1931, onde diz que «os sacerdotes devem assistir os leigos, afim de que a acção dêstes se não desvie do recto caminho que deve seguir e respeite sempre, com fidelidade devida, as normas e directrizes da Hierarquia Eclesiástica. Além disso os sacerdotes devem formar as consciências dos associados, segundo os princípios cristãos», desta forma e de modo a que o clero cumpra a sua função a ACP planeou

¹¹¹ «Reuniões e atividades das secções», *Boletim Oficial...*, março de 1949, nº 178, ano XVI, 231, ver ainda «Vida Associativa», *Boletim Oficial...*, maio de 1940, ano VII, 1.

¹¹² «Necessidades da Acção Católica», *Boletim Oficial...*, outubro de 1942, ano IX, 74-75.

para estes cursos de formação e de propaganda, de modo a formar e informar da atividade destes no seio dos organismos da ACP.¹¹³

O assistente deverá ter como funções manter e defender a fé, a moral e disciplina da igreja, formar, assistir e animar os associados e deverá estar presente em todas as atividades coletivas, sendo que «o assistente deve ser estruturalmente padre, de sobrenatural vida interior».¹¹⁴

Daí a atenção atribuída à formação de chefes/dirigentes de forma a que seguissem os ideais ACP procurando disseminá-los entre os membros do grupo. Mas as carências eram muito. Assim, apesar dos limites de idade impostos nos estatutos de cada organização para os cargos de direção e de liderança, acontecia, por vezes, que «com 17 anos já eram militantes, sobretudo aqueles que se destacavam na chamada JOC júnior. No meio dos adolescentes acontecia quase como no meio do de futebol. Há um puto com 17 anos que aparece na seleção a jogar, ali também era um bocado assim. Aqueles que se distinguiam mais, os mais velhos iam busca-los mais cedo ao grupo da JOC júnior. Foi o que me aconteceu, com 17 anos já tinha passado aos militantes. E depois com 18 anos apanharam-me logo para a direção diocesana, na altura [1972] tinha eu 18 anos. Fui então para Braga, para a direção diocesana da JOC».¹¹⁵ Quanto ao presidente dos grupos, também vemos que este cargo é atribuído sempre a quem se distinga, sendo que «O presidente é um leigo, é uma pessoa devota, mais adulta»,¹¹⁶ alguém com poder para influenciar os seus semelhantes.

No entanto o que representava para a direção ter boas qualidades de chefia? Como era caracterizado o seu perfil modelo? Na década de 30, a ACP considerava e listava as qualidades do bom chefe, distinguindo as qualidades de excelência moral - piedade, pureza, simplicidade, bondade, santa audácia, vontade, tenacidade, respeito pela autoridade, responsabilidade, iniciativa e sacrifício - das reputadas qualidades *naturais* - inteligência pronta, aptidão, largueza de espírito, capacidade de conceder e construir melhor, critério, prático, vontade, coragem, otimismo, confiança, entusiasmo, bondade, ordem e atividade.¹¹⁷ Em suma, qualidades que o permitiram desempenhar o papel que lhe estava reservado no movimento e na animação dos grupos: prever, organizar, mandar, coordenar e verificar.¹¹⁸ Por seu turno, a versão feminina da dirigente era vista

¹¹³ «O Clero e a Acção Católica», *Boletim Oficial...*, julho de 1934, nº 3, ano I, 1.

¹¹⁴ «Modelo de Assistente», *Boletim Oficial...*, março de 1953, nº 226, ano XIX, 289-290.

¹¹⁵ Entrevista ao Diácono José Maria Carneiro da Costa, no dia 29-03-2017, em Vila Nova de Famalicão.

¹¹⁶ Entrevista ao Padre Avelino Vieira Cardoso, no dia 03-04-2017, em Ronfe (Arciprestado de Vila Nova de Famalicão).

¹¹⁷ «Dirigentes», *Boletim Oficial...*, maio de 1960, nº 311, ano XXVII, 27.

¹¹⁸ «Os Chefes da A.C.P.», *Boletim Oficial...*, dezembro de 1934, nº 8, ano I, 276.

como aquela que possuía qualidades de interprete, orientadora e animadora,¹¹⁹ acentuando-se, mais tarde, já na década de 60, atitudes mais diretivas, como o sugerem as palavras que selecionámos: dirigir, saber, conhecer as funções, conhecer os problemas, fazer, impor-se, ter fé, esperar, rezar, sofrer, servir e amar.¹²⁰

Analisemos algumas das dinâmicas associativas, privilegiando, sempre que possível os organismos em estudo (LACF e LOCF).

b. ESQUEMA DA REUNIÃO

Atenda-se ao esquema de reunião, tendo por base um exemplo relativo a 1939.

A reunião assentava em dois momentos capitais. O primeiro era constituído pela oração locista/lacista e leitura do evangelho do domingo seguinte, adaptando-se a mensagem ao respetivo meio social em questão. Seguia-se a leitura da ata da reunião anterior, tarefa distribuída entre todas as associadas. Encetava-se então a reflexão em torno de um ponto doutrinário, trabalhado em casa, a partir do tema distribuído nesse ano pela direção do movimento intitulado *a vida cristã entre o casal*. O segundo momento correspondia ao espaço da avaliação da reunião referente à presença e participação das associadas bem como ao desempenho das obrigações relativas à mesma.¹²¹

c. FAMÍLIA, LAR, TRABALHO, MULHER, ENTRE OS ANOS 30 E OS PRIMEIROS ANOS DE 70

Os temas propostos para a reflexão de grupo pela Junta Central podiam revestir periodicidades diversas: mensais, bimensais e trimestrais. Existiam ainda as campanhas que se subordinavam a temas de reflexão anual ou dirigidas ao período de férias.

A tabela 3 apresenta uma lista representativa das temáticas propostas nas modalidades acima referidas, entre 1939 a 1972, selecionadas de acordo com os organismos em estudo (LACF e LOCF). A sua análise permite constatar, por um lado, a diversidade dos temas propostos incidentes em seis grandes categorias, a saber: religião e moral; família, educação; trabalho e outros. Por outro lado, é reveladora da crescente atenção que é atribuída explicitamente à

¹¹⁹ «A dirigente é a chave do nosso movimento», *Boletim Oficial...*, outubro de 1939, ano VI, 97-99.

¹²⁰ «Dirigentes», *Boletim Oficial...*, maio de 1960, n° 311, ano XXVII, 27.

¹²¹ «Esquema de uma reunião LOCF», *Boletim Oficial...*, março de 1939, ano V, 238-239.

problemática do trabalho, sobretudo a partir de meados dos anos 60, em consonância com as preocupações crescentes que a matéria revestia na sociedade portuguesa.

Já no fim da década de 60 são lançados temas como: social e sendo que o destaque vai para a importância dada ao tema Revolução e Violência.

Veja-se a título de ilustração o modo como é tratado o tema “Revolução e Violência” pelo Boletim, no âmbito da temática de reflexão lançada anual o ano em 1969, entre outros elencados nessa época (droga, reforma do ensino, família e habitação, família aberta, família responsável, responsabilidade). O artigo contempla também entrevistas realizadas a militantes. Entre as questões colocadas selecionamos aquelas que nos pareceram ilustrativas do questionário reflexivo proposto. Atenda-se, em particular, à ausência de referências sobre o contexto histórico vigente (lutas estudantis, guerra colonial, bipolarização da ordem mundial) bem como à demarcação da dimensão política da problemática social.

«Perante toda a problemática da revolução e da violência que é atualmente proposta à reflexão do homem qual a sua posição? Como define a violência? Qual a sua posição perante a violência? Qual pensa deva ser a atitude de cristão perante a revolução contra regimes opressivos? Que pensa do apoio que muitos cristãos dão a regimes de violência? Que pensa a classe Operária da violência e da insurreição revolucionárias? Considera-as indispensáveis e legítimas para lutar contra a repressão?».¹²²

As conclusões expandidas seguem o modelo atrás citado. A revolução era entendida como uma mudança radical na ordem estabelecida, uma libertação e uma alteração rápida¹²³. Por seu turno, a violência era vista como uma contestação à opressão ou ainda aplicada à violência institucional com ou sem recurso à força física.¹²⁴ Das três respostas registadas pelo Boletim salienta-se a posição da professora primária que apela à paz e à harmonia entre os jovens e os adultos; a dona de casa refere que o tema não é de hoje e questiona-se se será o mais cristão; o licenciado em matemática diz ter repugnância em falar no tema dado ser apologista da não-violência.

¹²² «Revolução e Violência», *Boletim Oficial...*, fevereiro e março de 1969, n.º 393, 1-17.

¹²³ «Revolução», *Boletim Oficial...*, fevereiro e março de 1969, n.º 393, 20-21.

¹²⁴ «Violência», *Boletim Oficial...*, fevereiro e março de 1969, n.º 393, 18-19.

É ainda de relevar como a problemática da mulher e do trabalho ganha um maior protagonismo, tradução do reconhecimento público da condição dominante imposta à mulher trabalhadora, ditada pelas condições de miséria que afetavam as camadas trabalhadoras (tanto rurais como urbanas). Esta tendência, igualmente, é refletida pelos artigos temáticos produzidos no âmbito das publicações oficiais do movimento. Assim, em contraponto às representações dominantes sobre o papel da mulher na família e a defesa do regresso da mulher trabalhadora a casa, nos anos 30 e 50, o movimento passa a acolher imagens alternativas sobre a relação da mulher com o trabalho, dando-se ênfase à importância do trabalho feminino na esfera pública, não só ditado por motivos económicos, mas igualmente como fator da realização integral feminina.

1939	Campanha da família (campanha anual)
1940	O lar operário; Amor ao lar; Só o Cristianismo pode ter sido revelado por Deus; O Cristianismo, sua origem e afirmações dominantes de Deus
1941	Respeito na casa de Cristo (campanha anual)
1942	Moral cristã (campanha anual); A moralidade na vida do campo, reagir contra a tendência do uso da palavra rude e grosseira (campanha de verão, ano 1942)
1946	Campanha da educação (campanha anual)
1949	A peregrinação ao Santuário da Virgem do Pilar-Saragoça (tema anual)
1950	Bondade, Amizade, Fidelidade
1955	Desocupação feminina; A caridade em férias (campanha de verão)
1959	A mulher e a profissão (tema de reflexão proposto pelo boletim)
1964	Mulher cristã e apostola; A mulher missionária; A família; Educação
1965	A família e o trabalho ; Família e habitação; Família aberta; Família responsável
1966	LOCF: A mulher na sociedade a renovar
1966 -1967	Educação e Responsabilidade Social (campanha bianual)
1969	Revolução e Violência (tema de reflexão proposto pelo boletim com intervenção de alguns militantes em entrevista); O problema do direito à informação
1972	Liberdade Religiosa

Tabela 3: Lista representativa das temáticas propostas (1939 a 1972)¹²⁵

Mas numa visão de conjunto, importa sublinhar como em paralelo aos sinais de abertura à mudança social, persistem visões mais tradicionais, nomeadamente no contexto dos artigos

¹²⁵ Temáticas observadas ao longo dos vários números do *Boletim Oficial*.

temáticos sobre a crise da família ou os problemas da educação, publicados regularmente nas publicações da imprensa oficial do movimento.¹²⁶

Com efeito, durante as décadas iniciais da ACP (anos 30 e 40), o pensamento social da Igreja sobre a problemática feminina repousava nas representações tradicionais e conservadoras, também elas veiculadas pelos organismos de enquadramento da população do Estado Novo. A identidade dos temas e das imagens sobre o feminino são evidentes e partilham da tendência observada à escala europeia.¹²⁷ A importância e a centralidade da temática feminina reconhecida pelos governos europeus e pelos partidos políticos, independentemente da sua família ideológica, assim como pela Igreja Católica e Igrejas protestantes, traduzem a apropriação do feminino, despido das reivindicações feministas que caracterizaram a emergência do movimento plural feminista, nos finais do século XIX e primeiros anos do século XX. Os Estados, governos, partidos e organizações diversas, independentemente da família ideológica de pertença, dão-se conta da importância do papel das mulheres na família e na sociedade e procuram revertê-lo em favor da consolidação interna dos regimes. Daí, o discurso sistemático e recorrente sobre as qualidades da mulher e a importância de a educar de forma a que ela seja um instrumento ao serviço da ideologia do regime. No caso particular em estudo, a Igreja enaltece a mulher, elevando-a a um estatuto superior, porque lhe atribui qualidades de excelência inspiradas nas imagens elevadas da Virgem e de Nossa Senhora. Paciência, perseverança, generosidade, despojamento pessoal em prol dos outros, fazem dela um ser quase transcendente, como veremos na citação que reproduzimos no texto, um pouco mais à frente. Em termos concretos, esse discurso pretendia devolver a mulher, sobretudo a mulher trabalhadora, exclusivamente ao lar e à família. Arranca-la, por conseguinte, do mundo do trabalho, olhado como impuro e fonte de degradação moral e social.

«[A] vida moderna arranca a mulher ao lar e vem para a fábrica e para os escritórios, com perigo para a sua função primordial – mãe e educadora dos filhos.

¹²⁶ Disso é exemplo o excerto reproduzido, referente a 1960: «esqueceram-se as mais elementares exigências da dignidade humana e a influência do bom ou mau exemplo, e com uma coragem que apavora lança-se o filho de 12 anos para a aventura, confia-se a filha adolescente a quem não merece confiança, procura-se o casamento de conveniência monetária, lança-se mão do divórcio, aceita-se como inevitável a limitação dos nascimentos – quando não a esterilização completa –, propaga-se em satânico apostolado o amor livre», «Apostolado Familiar no Meio Rural Português», *Boletim de Informação...*, março, abril e maio de 1960, n.º 7, ano II, 16.

¹²⁷ Ver Philippe Ariès e Georges Duby (coord.), *História da Vida Privada* - Vol. V Da Primeira Guerra Mundial aos Nossos Dias, Porto: Edições Afrontamento, 1991; José Mattoso (coord.) *História da Vida Privada em Portugal* - Volume III, A Época Contemporânea, Lisboa, Temas e Debates, 2011.

Observa-se por toda a parte o abandono do lar e a desordem doméstica, a ignorância das mais úteis e urgentes para o arranjo do lar... a limpeza, é cada vez mais lastimosa. A Campanha da Família (1939) deve concorrer para que a mulher operária volte de novo o seu coração e a sua alma para o lar, já que as circunstâncias económicas a obrigam a ir buscar fora do lar o pão quotidiano». ¹²⁸

Como se refletia a orientação perseguida pela ACP sobre o papel da mulher no quadro das reuniões? Entre os dispositivos utilizados pela direção do movimento no sentido de controlar, avaliar e reformular a dinâmica das reuniões de grupo destacavam-se os *inquéritos*. Estes eram preenchidos pelas próprias associadas - e muito provavelmente discutidos pelos seus membros (sobretudo em meios sociais mais desfavorecidos, nomeadamente ao nível das competências educativas) – e tinham uma periodicidade regular, em norma mensal, em função do lançamento dos temas de reflexão. ¹²⁹ Existiam ainda os inquéritos lançados com o objetivo de conhecer a vida das associadas e desta forma intervir e atuar mais eficazmente. Veja-se o exemplo do inquérito dirigido especificamente às locistas, lançado em 1940:

«1 – Tem a locista conhecimentos de costura para poder tratar da roupa do marido e dos filhos? 2 – Sabe fazer a roupa dos filhos e concertar a do marido? 3 – Tem a roupa sempre muito arranjada, limpa e cosida? 4 – Tem a locista paciência para se dedicar a este trabalho, oferecendo-o a Deus e tornando-o assim sobrenatural? 1 – Tem a locista conhecimentos de enfermagem? 2 – Sabe prestar os primeiros socorros aos seus doentes? 3 – Sabe como se põe um penso num pequeno ferimento, como se põe uma ligadura, como se tira a febre, como se põe umas papas? 4 – Tem caridade para com os seus doentes? Trata com carinho as pessoas doentes?». ¹³⁰

Vale a pena atender à simplicidade da linguagem e, em simultâneo, à minúcia descritiva das questões colocadas que visavam garantir informação precisa sobre o modo de como intervir na educação familiar das mulheres operárias, no que toca à lida doméstica bem como aos cuidados básicos de saúde. Observe-se, ainda, o ideal feminino que transcorre das questões

¹²⁸ «Campanha da família no meio operário», *Boletim Oficial...*, janeiro de 1939, ano V, 194-196.

¹²⁹ «Inquérito», *Boletim Oficial...*, maio de 1953, n.º 228, ano XX, 13.

¹³⁰ «LOCF Inquéritos», *Boletim Oficial...*, junho e julho de 1940, ano VII, 64.

colocadas que repousam não só no ideal de perfeição como também na aspiração de bondade, e paciência quase sobrenaturais. A demarcação dos públicos e dos segmentos católicos apresentava-se precisa. Veja-se, a este título, o inquérito dirigido aos organismos em geral, a respeito de um tema de avaliação religiosa, referente ao ano de 1940:

«1 – Porque não podem ter sido reveladas por Deus as religiões do passado que de todo morreram? 2 – Quais são as religiões actualmente existentes fora do Cristianismo? 3 – Duma maneira geral porque não podem ter sido reveladas essas religiões? 4 – Porque diz que só o Cristianismo pode ter sido revelado por Deus?». ¹³¹

Trata-se de um inquérito cujo preenchimento implicava estudo e reflexão com o fim de contribuir para a elevação religiosa e doutrinal dos associados. Interrogamo-nos sobre as possibilidades de estes serem respondidos por jovens e mulheres trabalhadoras. Seja como for, vale a pena lembrar uma das expressões correntes na documentação oficial do movimento: adaptar as orientações gerais aos organismos de acordo com as especificidades dos meios (sociais). Ou seja, por diferentes caminhos pretendia-se derramar a mensagem dos evangelhos e contribuir para a paz e harmonia sociais, sem pôr em causa o respeito pela ordem salazarista.

O testemunho do Padre Avelino Cardoso, assistente de vários grupos de organismos católicos de trabalhadores, no curso dos anos 60, é particularmente expressivo do potencial de mudança que a militância na ACP podia encerrar, na sua perspetiva e experiência de vida. Sobretudo dos sinais de mudança que a experiência militante dos associados podia fazer gerar, nos anos 60:

«Como é que a ACP intervêm e faz sentir a sua presença? Intervêm e faz-se sentir na fábrica, na oficina, na escola... onde se vive, no meio, na família também, e em tudo mais. Portanto, é o mundo o principal campo de ação dos membros da ACP». Daí que a capacidade de questionar fosse perspetivada por alguns católicos como uma ameaça, sobretudo quando a ação se realizava fora do espaço fechado e/ou de culto. «[E]ntre muitas pessoas que se davam muito à religião, ouvirem dizer que o papel principal [da ACP] devia ser realizado fora da igreja (edifício), mas antes no mundo começavam a ter medo, medo de se

¹³¹ «Esquemas para o estudo do tema comum», *Boletim Oficial...*, maio de 1940, ano VII, 4.

meterem nesses barulhos todos, é por isso que a Ação Católica **trabalha mesmo no limite**». ¹³²

Das linhas expostas depreendem-se sinais das diferenças, provavelmente em grau diverso, entre os valores e orientações dominantes que ressaltavam das páginas da imprensa católica generalista e as vivências possibilitadas pela experiência dos grupos atravessados por diferenças sociais marcantes.

Retomando as visões sobre o papel da mulher entre a literatura da ACP, constatamos que essa perspectiva dominante persistia na década de 50. ¹³³ Conciliar família e trabalho apresentava-se ainda como uma impossibilidade. Desta forma, aceitava-se o trabalho daquelas que por força das necessidades da vida eram a isso forçadas, apontando-se áreas privilegiadas de trabalho que constituíam como prolongamentos da sua natureza: ensino de crianças, assistência e enfermagem em hospitais e instituições congêneres, trabalhos domésticos em instituições de caridade. A insistência e persistência do discurso atuavam como dispositivos poderosos de inculcação. ¹³⁴ Daí a recorrência do tema da necessidade de educar o feminino se apresentasse crucial, de forma a disseminar os *valores autênticos*, base da interiorização do papel que lhe estava destinado.

Em 1957, é publicado nas páginas do *Boletim* da ACP, um «Código de honra para as raparigas católicas» ¹³⁵ que fixava normas precisas de comportamento social, em particular o modo de a rapariga se apresentar na esfera pública. Seleccionamos alguns dos princípios mais significativos vertidos em linguagem simples e concreta, definidores do papel esperado.

«A rapariga católica não deve falar com estranhos; deve usar vestidos simples sem decotes; não entrar na Igreja sem véu; não admitir conversas inconvenientes, nem que se ridicularize a Igreja; ser franca, sincera e usar retidão, evitar difamar o outro; pôr de parte o baile menos honesto; não admitir excesso de confiança com rapazes; não usar fato de banho fora de água e não tomar banhos de sol em sítios que não sejam isolados; não usar short, decotes e vestidos curtos, não aceitar passear de automóvel com um rapaz, não ler nem ver filmes

¹³² Entrevista ao Padre Avelino Vieira Cardoso, no dia 03-04-2017, em Ronfe (Arciprestado de Vila Nova de Famalicão).

¹³³ «Perspetivas do apostolado Operário», *Boletim Oficial...*, dezembro de 1952, n° 223, ano XIX, 214.

¹³⁴ «Problemas dos pequenos meios - A desocupação feminina», *Boletim Oficial...*, fevereiro de 1954 e 1955, n° 249, ano XXI, 232-234.

¹³⁵ «Código de honra para as raparigas católicas», *Boletim Oficial...*, novembro e dezembro de 1957, n° 281 e 182, ano XXIII, 132.

sem previamente atender à classificação dos mesmos pelas autoridades; não admitir o costume de fumar; não participar em concursos de beleza». ¹³⁶

A rapariga católica sem mais palavras correspondia assim à jovem oriunda da classe média, dotada de recursos económicos, sociais e culturais familiares que se diferenciava de outras congéneres pertencente ao mesmo universo social. Muito provavelmente era esperado que influísse como modelo entre outras jovens, pertencentes às camadas trabalhadoras, disseminando valores passíveis de serem considerados como os adequados. Com efeito, a pesquisa documental que efetuamos não nos permitiu apreender modos de interação entre jovens e mulheres pertencentes a meios sociais distintos. Dos artigos analisados depreende-se a forte demarcação entre mundos sociais, à semelhança da nação salazarista e da nação católica. A unidade repousava na hierarquia e na distinção social, meio de concorrer para a manutenção da ordem estabelecida.

Mas gradualmente abria-se espaço a novos horizontes sobre a mulher.¹³⁷ O mundo rural registava sinais de mudança impulsionados pela emigração, pela fuga das populações rurais para meios citadinos, pelas expectativas abertas pela educação.

O concílio do Vaticano II, iniciado a 25 de dezembro de 1961 pelo Papa João XXII e finalizado a 8 dezembro de 1965, sob o papado de Paulo VI, apresenta entre as suas conclusões uma mensagem do dirigida especialmente às mulheres:

«A Igreja orgulha-se, como sabeis, de ter dignificado e libertado a mulher, de ter feito brilhar durante os séculos, na diversidade de caracteres, a sua igualdade fundamental com o homem..., **mas a hora vem, a hora chegou, em que a vocação da mulher se realiza em plenitude, a hora em que a mulher adquire na cidade uma influência, um alcance, um poder jamais conseguidos até aqui...** vós, mulheres, tendes sempre em partilha a guarda do lar, o amor das fontes, o sentido dos berços. Vós estais presentes ao mistério da vida que começa. Vós consolais na partida da morte. A nossa técnica corre o risco de se tornar desumana. **Reconciliai os homens com a vida. E sobretudo velai, nós vos suplicamos, sobre o futuro da nossa espécie. Tendes que**

¹³⁶ «Código de honra para as raparigas católicas», *Boletim Oficial...*, novembro e dezembro de 1957, nº 281 e 182, ano XXIII, 132.

¹³⁷ «A mulher e a profissão», *Boletim Oficial...*, fevereiro de 1959, nº 296, ano XXV, 252-255.

deter a mão do homem que, num momento de loucura, tentasse destruir a civilização humana... esposas, mães de família, primeiras educadoras do género humano no segredo dos lares, transmiti a vossos filhos e filhas as tradições de vossos pais... vós especialmente, virgens consagradas, num mundo em que o egoísmo e a busca do prazer querem ser lei, sede as guardiãs da pureza». ¹³⁸

Conciliar a sua natureza primordial (e também tradicional) com as exigências da vida moderna era agora equacionado. Solicitava-se por isso a solidariedade entre os membros da família sem descurar as consequências fatais das mudanças em curso: quebra da fecundidade nos lares onde a mãe trabalhava fora, sobrecarga do trabalho feminino, repartido entre as funções domésticas e educativas e o longo horário de trabalho. ¹³⁹

As mudanças sociais faziam-se também sentir nem novas dinâmicas dos grupos, como o sugere o testemunho de José Maria Carneiro da Costa:

«[Q]uando conduzimos uma reunião, temos presente na nossa cabeça que a primeira parte da reunião é um ver. E o que é que o animador pergunta às pessoas do grupo? Quais são para ti os problemas que mais te marcam, que mais te marcaram esta semana», a segunda parte prendesse com o «julgar a vida [e os problemas da vida] à luz da fé em Jesus Cristo. Então vamos procurar na Sagrada Escritura passagens que iluminem essa mesma vida e também na Doutrina Social da Igreja, das Encíclicas». No terceiro momento está o agir, isto é, a forma como os problemas devem ser encarados e resolvidos, mas sempre seguindo o padrão religioso da fé cristã. ¹⁴⁰

A este propósito, refira-se que a implementação deste método teve início na JOC (e depois na LOC), a partir dos finais da década de 50 e princípios da década seguinte. Esta inovação

¹³⁸ A Santa Sé, «*Mensagem do Papa Paulo VI na conclusão do Concílio Vaticano II às Mulheres*», Paulo VI, Discursos, 1965, https://w2.vatican.va/content/paul-vi/pt/speeches/1965/documents/hf_p-vi_spe_19651208_epilogo-concilio-donne.html, acedido em Janeiro de 2018.

¹³⁹ «Consequências na vida familiar do trabalho da mãe fora do lar», *Boletim Oficial...*, abril de 1965, n.º 370, ano XXXI, 254.

¹⁴⁰ Entrevista ao Diácono José Maria Carneiro da Costa, no dia 29-03-2017, em Vila Nova de Famalicão.

alterou substancialmente a orientação até então preponderante das reuniões de grupo, como é sublinhado pelo testemunho do Padre A. Jardim Goncalves que citamos a partir de José Barreto:¹⁴¹

«Preconizava-se um aprofundamento do método jocista sintetizado no lema *ver, julgar e agir*, que consistia em partir dos casos da vida real para aí descobrir os “sinais dos tempos” e não, de modo oposto, dos textos bíblicos para a vida. Paralelamente, entusiastas desta nova linha com especiais preocupações sociais consideravam necessário um maior empenhamento dos militantes católicos junto da realidade operária e nas suas estruturas, nomeadamente nos sindicatos. Abandonava-se também o arquétipo do militante que cumpria exemplarmente com as suas obrigações no trabalho e trazia “a ficha ligada a Cristo, passando a graça aos seus colegas»¹⁴²

¹⁴¹ Excerto reproduzido a partir de entrevista de José Manuel Taborda Barreto, em «A Formação das Centrais Sindicais e do Sindicalismo Contemporâneo em Portugal (1968-1990)», (Dissertação apresentada à prova de acesso à categoria de Investigador Auxiliar, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1991) http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/10260/1/ICS_JBarreto_Formacao_Dissertacao_1991.pdf, 52.

¹⁴² Excerto reproduzido a partir de entrevista de Taborda Barreto, em «A Formação das Centrais...»: 52.

CAPÍTULO III - CARACTERIZAÇÃO DO UNIVERSO CATÓLICO FEMININO EM CONTEXTO RURAL: A LACF E A LOCF NA ARQUIDIOCESE DE BRAGA

1. A POPULAÇÃO FEMININA DA ACP NA ARQUIDIOCESE DE BRAGA E NO PAÍS

O universo das fichas de inscrição das associadas em estudo (ver secção 2 do presente capítulo) reporta-se à documentação existente nas instalações atuais da Sede da LOC. Com efeito, segundo as normas estipuladas pela ACP a respeito dos procedimentos de inscrição dos associados, as fichas deveriam ser elaboradas em duplicado, sendo uma entregue na Junta Diocesana e outra entregue na Junta Central, correspondendo o nosso universo em estudo ao órgão diretivo diocesano. Vale a pena assinalar, que logo no início da pesquisa, no contexto de uma análise exploratória do universo em estudo, fomos levadas a formular a hipótese de estarmos perante um fundo fragmentário que previsivelmente não reunia a totalidade dos grupos criados na Arquidiocese de Braga, assim como não contemplava o conjunto da população feminina afeta aos respetivos organismos.

A localização de estatísticas sobre a população afeta à ACP apresentou-se assim absolutamente necessária ainda que não se tenha revelado completamente satisfatória. Apenas no *Boletim de Informação Pastoral* (bimestral), série explorada sistematicamente, encontramos uma estatística nacional sobre a população da ACP distribuída por organismos referentes ao ano de 1959 (data que correspondia ao XXV aniversário da ACP no País).¹⁴³

A exploração de outra documentação cruzada com a bibliografia da especialidade permitiu-nos reunir alguns números elucidativos do ritmo de crescimento da população, entre os anos de 1940 e 1959.

Assim, na primeira data apontada a ACP contabilizava cerca de 2.105 secções-base e apresentava um total de 41.270 associados.¹⁴⁴ No ano seguinte, 1941, o movimento registava 2.297 secções-base, facto que se traduzia na criação de 192 grupos, e uma população global composta por 54.354 associados, o que refletia um crescimento de 3084 filiados, em termos absolutos.¹⁴⁵ O cálculo da média global dos associados por grupo nos dois anos assinalados permite constatar o aumento significativo, dado que em 1940 se situava em 20 filiados e no ano seguinte em 24 em 1941. Um cenário estatístico ligeiramente diferente foi apresentado pela Liga Católica Feminina, que nos inícios da década de 50, contava com «20.943 associadas, repartidas

¹⁴³ «Expansão da A.C. Portuguesa nas diversas dioceses e sectores sociais», *Boletim de Informação...* dezembro de 1959, número 5, ano I: 16-20.

¹⁴⁴ *Anuário Católico de Portugal*, 1941 – 4^o ano de Publicação, 367.

¹⁴⁵ *Anuário...*, 1941 – 4^o ano de Publicação, 367.

por 715 secções dos diversos organismos especializados»,¹⁴⁶ o que denota uma média de 19 filiadas por secção.

Em relação ao Arcebispado de Braga, a consulta do Boletim Oficial permitiu compilar alguns dados dispersos que sugerem uma maior tendência de crescimento da LACF comparativamente à LOCF, entre 1948 e 1952. Assim, em 1948 são criados 6 novos grupos da LACF, nas freguesias de Barqueiros, S. Tomé de Cousso, Lemelhe, S. Paio, Santa Eulália e Godinhaços.¹⁴⁷ Quatro anos mais tarde, em 1952, são registados 4 novos grupos, nas freguesias de Sta. Eulália de Balazar, Fornelos, Remelhe e Sopo-Cerveiras.¹⁴⁸ Por seu turno, a LOCF evidencia um aumento anual de um grupo, nos anos de 1949, 1951 e 1952, num total de três, respetivamente nas freguesias de S. João da Ponte,¹⁴⁹ Pedome¹⁵⁰ e S. Simão da Junqueira (Vila do Conde).¹⁵¹

Numa perspetiva global, Paulo Fontes concluiu que a ACP registou um crescimento contínuo entre 1940 e 1956, de acordo com os dados compilados a partir do *Anuário Católico de Portugal* (anos de 1931, 1933, 1947, 1953 e 1957) e anteriormente divulgados por Inácia Rezola.¹⁵² Os dados disponíveis mostram que entre 1940 e 1956 o número de associados duplicou, ultrapassando a centena de milhar. Os dados referentes ao ano de 1959 evidenciam uma ligeira quebra dos efetivos, que agora se situa em 94885 associados, tendência que se tenderá a conservar.¹⁵³

A estatística relativa a 1959 foi objeto de um estudo de elevada qualidade,¹⁵⁴ que nos permite traçar um quadro muito expressivo sobre a presença da ACP no país e, em particular, no Arcebispado de Braga. Atentemos em algumas das informações mais substantivas:

- A distribuição da ACP, de acordo com o número de associados e o número de secções por áreas administrativas religiosas, parecia acompanhar as tendências de distribuição da população no país. Assim, a maior presença da ACP tinha lugar nas dioceses de Leiria, Braga (excetuando o Norte desta circunscrição religiosa) e Viseu. Os valores relativos a estas áreas

¹⁴⁶ «Liga Católica Feminina», *Boletim Oficial...*, janeiro de 1952, n° 212, ano XVIII, (Lisboa: Tipografia Rádio Renascença), 243.

¹⁴⁷ «LACF», *Boletim Oficial ...*, agosto e setembro de 1948, n° 171 e 172, ano XV, (Lisboa: Tipografia Rádio Renascença), 99.

¹⁴⁸ «Responsabilidades dum juramento», *Boletim Oficial...*, novembro de 1952, n° 222, ano XVIII, (Lisboa: Tipografia Rádio Renascença), 195.

¹⁴⁹ «LOCF», *Boletim Oficial...*, agosto e setembro de 1949, n° 183 e 184, ano XVII, (Lisboa: Tipografia Rádio Renascença), 91.

¹⁵⁰ «Braga», *Boletim Oficial...*, dezembro de 1951, n° 211, ano XVIII, (Lisboa: Tipografia Rádio Renascença), 179.

¹⁵¹ «Responsabilidades dum juramento», *Boletim Oficial...*, novembro de 1952, n° 222, ano XVIII, (Lisboa: Tipografia Rádio Renascença), 197.

¹⁵² Maria Inácia Rezola. «Breve panorama da situação da igreja e da religião católica em Portugal (1930-1960)». em *Nova história de Portugal. Vol. 12: O Estado Novo (1930-1960)*, coord. Fernando Rosas (Lisboa: Presença, 1992), 238.

¹⁵³ Fontes, «A Acção Católica...»: 92.

¹⁵⁴ «Expansão da A.C. Portuguesa nas diversas dioceses e sectores sociais», *Boletim de Informação...*, dezembro de 1959, número 5, ano I: 17.

indiciavam, contudo, ritmos de crescimento diferenciados. A diocese de Leiria tinha assistido a um aumento muito expressivo nos últimos anos da década de 50, enquanto as duas restantes sugeriam estar em «retrocesso numérico».¹⁵⁵ Em contraponto assinala-se que as dioceses que registavam uma menor presença eram as de Beja, Setúbal e de Portalegre;

- A distribuição total por géneros evidenciava o peso superior da população feminina (então situado em 94.885) relativamente à masculina (22.483), o que correspondia em termos de população total do país aos seguintes valores percentuais: 2,3% contra 0,6%. Arredondando os números, a distribuição por géneros traduzia-se na seguinte proporção: 4 mulheres para 1 homem, sem diferenciar os géneros por níveis etários;

- A distribuição da população pelos organismos especializados no território nacional mostrava o peso maior dos organismos femininos e de juventude, também feminino. A única exceção reportava-se à JUC que evidenciava uma diferença ligeiramente superior à JUCF, 83 filados, entre um organismo que acusava uma presença manifestamente minoritária (1034 associados para 951 associadas). Entre a população adulta feminina os agrupamentos que acusavam uma incidência eram em 1º lugar a LACF (13385/546 grupos); em 2º lugar a LOCF (6578/230 grupos) e em 3º lugar a LICF (4746/140 grupos). A incidência entre os agrupamentos da juventude católica feminina apresentava-se similar, evidenciando-se o maior protagonismo da JACF (24772/1026), seguido com considerável distância pela JOCF (9691/368) e em 3º lugar a LECF (9196/159).¹⁵⁶

	Total de Braga	Total do País
Associados	16768 (18%)	94885
Femininos	13335	72402
Masculinos	3430	22483
Grupos	825 (20%)	4096
Femininos	537	2671
Masculinos	288	1425

Tabela 4: Número total de associados e de grupos para a Arquidiocese de Braga e para o total do País¹⁵⁷

¹⁵⁵ «Expansão da A.C. Portuguesa nas diversas dioceses e sectores sociais», *Boletim de Informação...*, dezembro de 1959, número 5, ano I: 17.

¹⁵⁶ «Número de associados e de secções», *Boletim de Informação...*, dezembro de 1959, número 5, ano I: 20.

¹⁵⁷ Tabela realizada a partir do quadro I, «Número de associados e de secções», *Boletim de Informação...*, dezembro de 1959, número 5, ano I: 20.

Organismos especializados adultos da ACP de Braga - 1959										
	LACF	LAC	LECF	LEC	LICF	LIC	LOCF	LOC	LUCF	LUC
Associados	2109	624	171	54	235	56	1499	308	33	30
Grupos	108	73	8	6	10	4	48	26	1	1
Organismos especializados adultos da ACP no Total do país - 1959										
Associados	13385	3929	1582	524	4746	968	6578	2594	422	1204
Grupos	546	327	93	23	140	58	230	171	7	27
Organismos especializados juvenis da ACP de Braga - 1959										
	JACF	JAC	JECF	JEC	JICF	JIC	JOCF	JOC	JUCF	JUC
Associados	5942	1828	885	305	115	8	2346	217	0	0
Grupos	250	134	18	11	7	1	87	32	0	0
Organismos especializados juvenis da ACP no Total do país - 1959										
Associados	24772	6830	9196	2261	1079	185	9691	2954	951	1034
Grupos	1026	481	159	91	81	18	368	221	21	18

Tabela 5: Total da População Associada por género e divisões etárias no Arcebispado de Braga e no Total do País (com a exclusão dos associados referentes às cidades de Lisboa e Porto)¹⁵⁸

A análise das tabelas 4 e 5 permite situar a realidade da ACP no arcebispado de Braga no conjunto nacional (excluindo as cidades de Lisboa e do Porto). Como assinalámos atrás, a ACP no arcebispado de Braga ocupava um lugar cimeiro, considerando a população total das respetivas dioceses. Em termos absolutos, o arcebispado conservava um lugar preponderante apenas ultrapassado pelos bispados de Lisboa e do Porto (sem contemplar a população das respetivas cidades, conservando o critério que temos vindo a seguir). O peso da ACP no arcebispado representa 18% do total de população (ver Tabela 4), mantendo-se a preponderância do género feminino (mulheres com um total de 13335 e homens um total de 3430).

Numa perspetiva global, constata-se que a região em estudo partilha das tendências observadas no quadro nacional. Centrando-nos apenas nos agrupamentos femininos no arcebispado de Braga verifica-se uma estreita correlação entre os agrupamentos dominantes de trabalhadoras, por grupos etários. Vale a pena explicitá-la - esclarecendo desde já que as classificações “rurais” e “operárias” não se excluem, uma vez que as comunidades rurais são entendidas «como não exclusivamente agrícolas», podendo englobar à partida trabalhadoras não afetas exclusivamente aos trabalhos agrícolas.¹⁵⁹

Assim, entre os agrupamentos maioritários das jovens católicas constata-se que a maior incidência se observa sobre as jovens agrárias (JACF: 5942/250), seguida com alguma distância

¹⁵⁸ Tabela realizada a partir do quadro I, «número de associados» do Boletim de Informação Pastoral, dezembro de 1959, número 5, ano I: 20.

¹⁵⁹ «Expansão da A.C. Portuguesa nas diversas dioceses e sectores sociais», *Boletim de Informação...*, dezembro de 1959, número 5, ano I: 19.

pelas jovens operárias, que representam menos de 50% relativamente às anteriores (JOCF: 2346/87) e em 3º lugar encontram-se as estudantes católicas que não atingem 10% das primeiras (JECF: 885/18).¹⁶⁰ A mesma ordem é seguida pelos agrupamentos que contemplam mulheres trabalhadoras – LACF (2109/108); LOCF (1499/48) e LECF (171/8) – constando-se, porém, uma menor distância entre os valores das associadas rurais comparativamente às associadas operárias, na ordem dos 17%. A LECF, Liga Escolar Católica Feminina, apresenta-se claramente minoritária. Os valores expostos sugerem-nos algumas reflexões que passamos a expor. Existiria alguma continuidade entre os segmentos das mulheres trabalhadoras e o das jovens trabalhadoras ou estudantes, isto é, a experiência da mãe repercutir-se-ia no ingresso das filhas na ACP? A entrada das jovens na vida adulta (trabalho e família) refletir-se-ia numa quebra de militância? E o peso das mulheres mais idosas e/ou reformadas seria sentido com particular relevo ou não? Estas são algumas das questões que teremos presentes aquando da análise do nosso universo em estudo que esperamos dar resposta (ainda que necessariamente incompleta). A título conclusivo vale a pena sublinhar e reter a presença sobretudo da mulher e jovem trabalhadora nas dinâmicas da ACP o que é passível de ser interpretado como um sinal da maior proximidade que estas evidenciavam à Igreja, manifestação do peso maior que a religião conservava no país rural.

2. CARACTERIZAÇÃO GLOBAL DO UNIVERSO DA LACF E DA LOCF DA ARQUIDIOCESE DE BRAGA (1935-1974)

A análise dos dados referentes ao nosso universo em estudo, ver Gráfico 1, quando confrontada com os dados relativos ao ano de 1959 (ver atrás, tabelas 4 e 5) permite-nos avançar com algumas conclusões, que passamos a apresentar, diferenciando os dois agrupamentos em estudo: LACF e LOCF.

¹⁶⁰ A distribuição por grupos não é passível de ser examinada detalhadamente uma vez que podia existir mais do que um grupo numa freguesia, como o sugere o critério usado no quadro: secção/grupo.

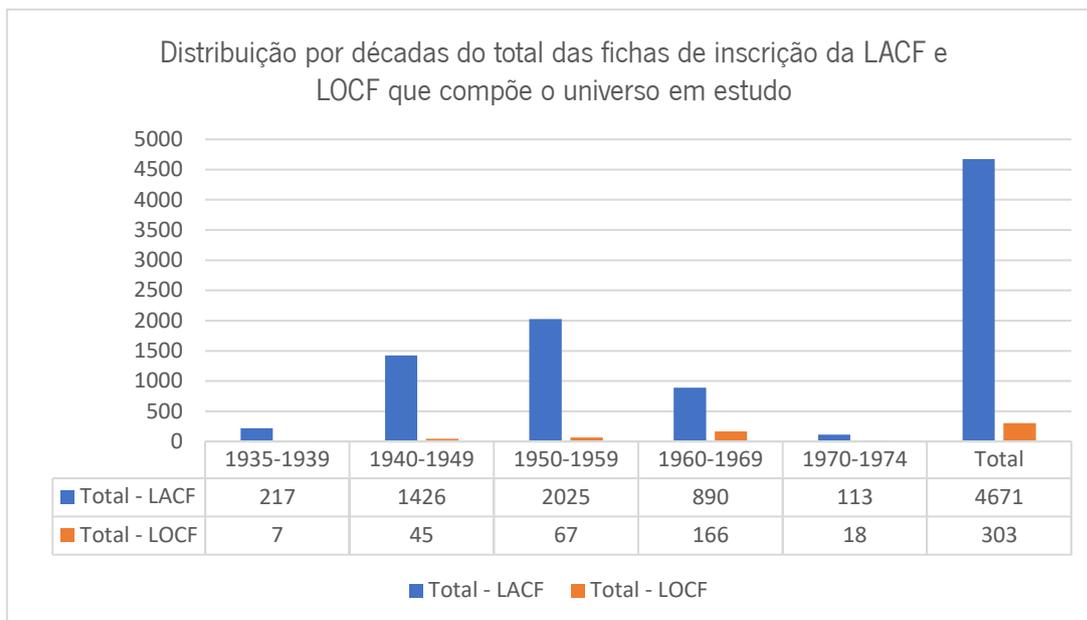


Gráfico 1: Distribuição por décadas do total das fichas de inscrição da LACF e LOCF que compõem o universo em estudo.¹⁶¹

- O universo em estudo relativo à LACF acompanha a tendência de crescimento detetada, globalmente, entre as décadas de 40 e 50, e sugere o recuo observado, identicamente, nas décadas seguintes;

- Os valores referentes ao universo em estudo relativo à LACF respeitante à década de 50 (1950-1959) evidenciam-se próximos, ainda que inferiores aos contabilizados para o Arcebispado de Braga em 1959, respetivamente 2025 e 2109. Poderão assim ser tomados como representativos da população da LACF nos anos 50, pese embora o subregisto detetado;

- Em contrapartida, o universo referente à LOCF apresenta-se manifestamente deficitário. A simples comparação dos dados referentes à década de 50 (1950-1959) com os relativos ao ano de 1959 constitui um testemunho eloquente, atendendo à distância entre o número de associadas que recenseamos (67) contra o número contabilizado pela estatística oficial do movimento (1499).¹⁶²

¹⁶¹ Dados recolhidos do arquivo da sede da LOCF e LACF de Braga.

¹⁶² Vale a pena assinalar algumas das informações que registamos no âmbito da exploração sistemática das fichas de inscrição que nos levaram, desde logo, admitir o subregisto do universo em estudo. Em concreto, constata-se uma inexistência significativa de fichas como o sugerem os longos intervalos que medeiam entre os números de identificação dos cartões. Na mesma ordem ideias, deparamo-nos com um número reduzido de fichas relativas a algumas freguesias (apenas 1 ou duas fichas, é o caso do grupo da LACF, da freguesia de Ferreiros-Amares que apresenta apenas uma ficha, do grupo da LOCF, da freguesia de Stº Adrião (Vila Nova de Famalicão) que dispõe analogamente apenas de uma única ficha). Sublinhe-se que as realidades descritas se apresentam sobretudo notórias entre o segmento da LOCF, em estudo.

Do exposto, fomos levadas a questionar as possibilidades abertas à investigação. A contabilização do total das fichas dos dois organismos (LACF e LOCF) mostrou a desproporção entre os dois segmentos do universo em estudo. A representatividade do universo da LACF confrontava-se com uma dimensão necessariamente de pendor ilustrativa sobre a LOCF. A opção de estudar os dois organismos, ainda que em termos analíticos diferenciados, acabou por prevalecer. Sobretudo pelas possibilidades de aprender espaços de intervenção social de mulheres em contextos diferenciados, mas que remetiam, no seu conjunto, para a esfera do trabalho.

A análise nominal das fichas de inscrição no segmento temporal em estudo permitiu ainda inferir sobre os procedimentos da resistência inicial ao ato burocrático do preenchimento, atendendo aos campos deixados em aberto, o que nos levou a concluir que maioritariamente, as fichas, eram preenchidas pelas responsáveis do grupo.

a. CONTEÚDOS DA FICHA DE INSCRIÇÃO

De acordo com os estatutos as fichas deveriam ser preenchidas no ato da inscrição pela própria associada. A estrutura da ficha de inscrição da LOCF e LACF (confrontar tabela 6) é reveladora do fim a que esta se destinava. Registrar, por um lado, o percurso das associadas no interior do organismo especializado da ACP, compreendendo ainda outras áreas de intervenção religiosa (14 campos). Conhecer, por outro lado, o perfil de cada associada em termos socioculturais e profissionais (5 campos). Daí que não se tenham registado alterações significativas em termos de conteúdo no arco temporal em estudo. Assinalámos, no entanto, na Tabela 6.

A tabela 6 regista ainda as ausências de campos detetados por décadas nos boletins de inscrição que se encontram sinalizados a branco e que passamos a enumerar: o campo da secção não figura no final da década de 30 bem como na década de 40; os campos referentes ao grupo, número e da informação relativa a ser ou não catequista não aparecem entre as décadas de 50 e o limite do estudo; o campo relativo à data da categoria da associada (efetiva, ativa, militante) não é mencionado na década de 30 e na parte final da década de 40; o campo referente à data de nascimento não consta dos boletins de inscrição da LOCF nos anos 30 e 40; o campo referente à assinatura da associada e da presidente de secção não consta nas fichas das décadas de 30 e de 40; a categoria profissão/ocupação é ausente nas fichas da LACF nas décadas de 30 e 40; a categoria estado civil deixa de aparecer nos boletins da LACF a partir da década de 50 (tabela 6).

Informação	Déc.30		Déc.40		Déc.50		Déc.60		Déc.70	
	LACF	LOCF								
Nº do BI										
Secção										
Diocese										
Endereço da Secção (Endereço, Localidade)										
Grupo										
Número										
Nome										
Morada										
Telefone										
Data inicial (Data de Inscrição e de aspirante/admitida)										
Data de efetiva e de ativa/militante										
Cargo que exerce										
Observações										
Cota										
Coletividades e Obras a que pertence (da ACP e outras)										
É catequista? Onde?										
Habilitações (Que habilitações tem? Sabe ler e escrever? Tem exames? Diploma?)										
Estado civil (É casada? Estado)										
Nascimento (Data de nascimento? Local de nascimento? Paróquia de batismo?)										

Profissão/Ocupação (Onde exerce a profissão?)										
Assinatura										
Assinatura da presidente de secção										

Tabela 6: Categorias das fichas da LACF e da LOCF.¹⁶³

Contrariando os estatutos e as instruções, a ausência de informação nas fichas permite constatar insuficiência notórias no seu preenchimento. Os gráficos 2 e 3 pretendem mapear as informações que eram mais valorizadas. Das fichas respeitantes à LACF (gráfico 2) constata-se que a preocupação maior respeita ao preenchimento da cota. Apenas no período da II Guerra Mundial se registam algumas oscilações expressivas. Em termos médios, porém, a ausência desse campo é inferior a 15%. Por sua vez, a categoria da associada é praticamente sempre preenchida sendo superior a 95%; A categoria idade denota uma notória tendência de crescimento a partir dos anos 30 anos (gráfico 2).

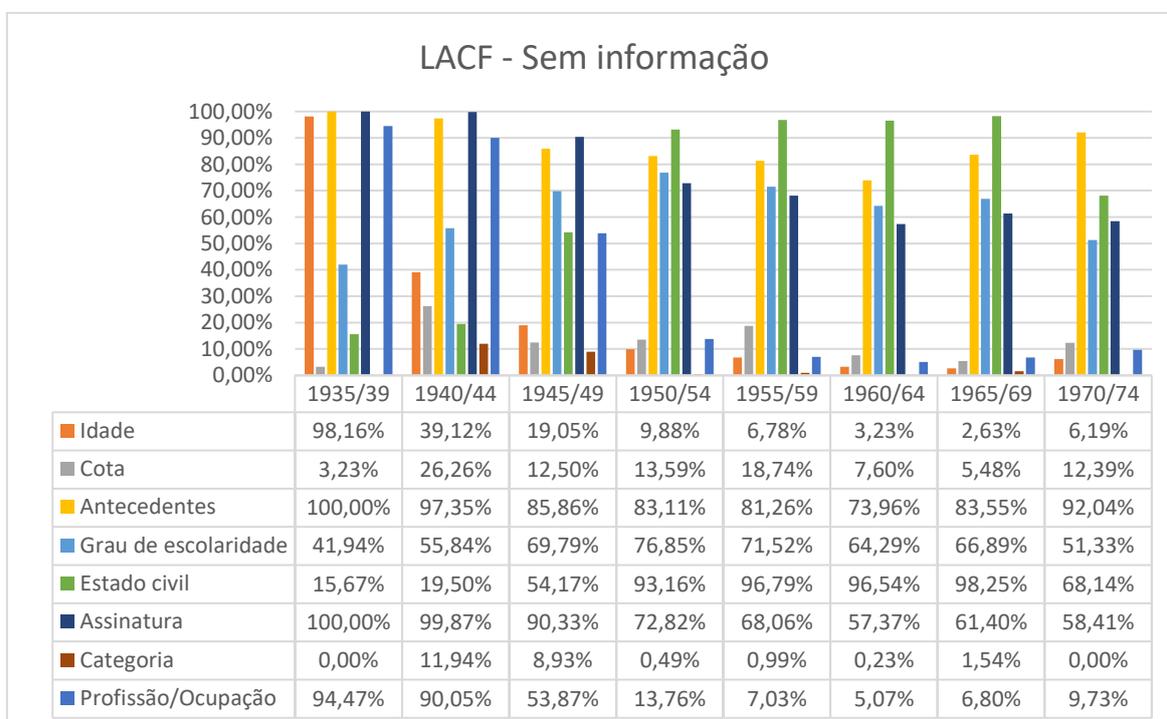


Gráfico 2: Distribuição das categorias não preenchidas (S/I) no segmento da LACF, por décadas¹⁶⁴

¹⁶³ Dados recolhidos a partir das fichas de associadas presentes no arquivo da sede da LOCF e LACF em Braga.

¹⁶⁴ Dados recolhidos das fichas de associadas, presentes no arquivo da sede da LOCF e LACF de Braga.

Realizamos o mesmo exercício de mapeamento dos campos das fichas não preenchidas relativamente ao segmento da LOCF (gráfico 3). A fraca representatividade do segmento leva-nos apenas a mencionar as categorias que são mais preenchidas, no período em estudo, a saber: estatuto de associada, cota e profissão/ocupação.

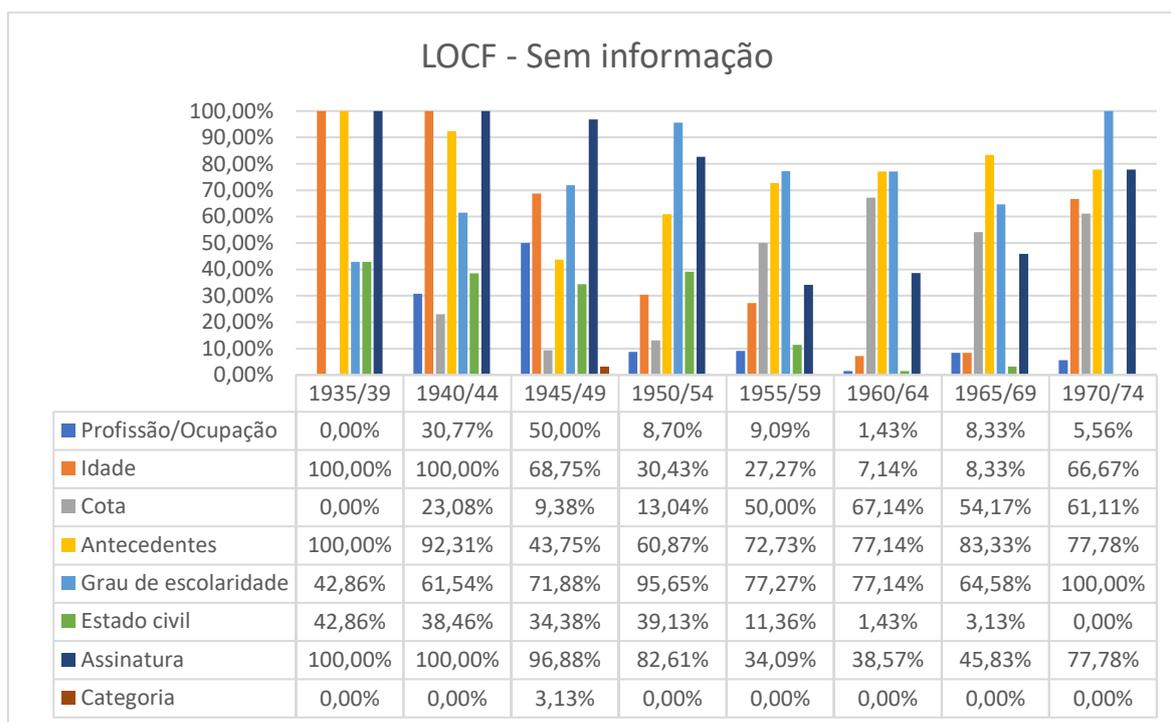


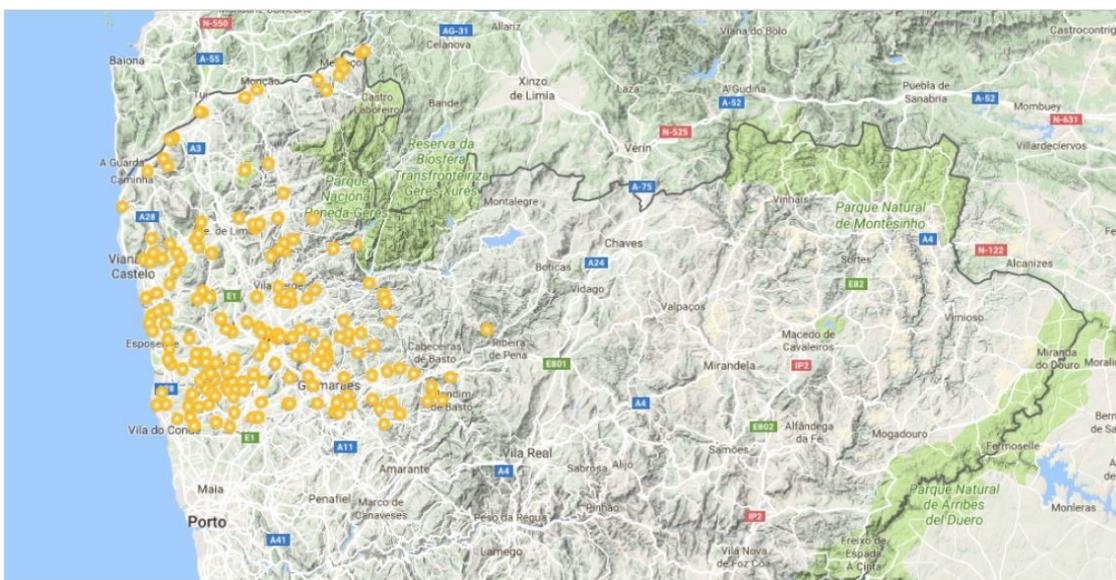
Gráfico 3: Distribuição das categorias não preenchidas (S/I) no segmento da LOCF, por décadas¹⁶⁵

b. A LACF E A LOCF NA ARQUIDIOCESE DE BRAGA, IMPLEMENTAÇÃO E DINÂMICAS

O universo em estudo permitiu contabilizar a criação de 194 secções da LACF, ao longo do período em estudo, a que corresponde um total de 196 grupos. A diferença entre os valores explica-se pelo facto de a secção poder englobar 1 ou mais grupos na mesma freguesia, o que se verificou em raros casos do universo em estudo. Muito provavelmente, trata-se de um valor subestimado, atendendo a que em 1959, segundo a estatística oficial, Braga contava com 108 secções da LACF. Se adicionarmos a este último número, o valor das secções masculinas da LAC (73), para o mesmo ano, obtemos um total de 181 secções.

¹⁶⁵ Dados recolhidos das fichas de associadas, presentes no arquivo da sede da LOCF e LACF de Braga.

O universo encontrado denota um significado expressivo da implantação da LACF entre as comunidades rurais da Arquidiocese de Braga. A implantação espacial desse universo (ver Mapa 1: Representação espacial das secções da LACF criadas nas freguesias da Arquidiocese de Braga, no quadro do universo em estudo) evidencia uma maior concentração entre os concelhos do litoral, revelando-se ainda expressiva a dinâmica socioeconómica da respetiva região.



Mapa 1: Representação espacial das secções da LACF criadas nas freguesias da Arquidiocese de Braga, no quadro do universo em estudo¹⁶⁶



Mapa 2: Sobreposição da Arquidiocese de Braga demarcada pelo Anuário Católico de Portugal de 1941 e o mapa construído a partir da análise das fichas das associadas.

Agrupando os concelhos por número de secções obtemos a seguinte distribuição: em 1º lugar destacam-se os concelhos de Barcelos (28) e Guimarães (23) que totalizam 51 secções. Um

¹⁶⁶ Mapa efetuado a partir do Google Maps contendo os pontos referentes à localização geográfica de cada grupo, obtida através das fichas de inscrição do arquivo da sede LACF, Braga.

2º grupo é composto por 7 concelhos com 15 a 10 secções, a saber Vila Nova de Famalicão (15); Viana do Castelo (13); Braga (12); Póvoa de Varzim e Vila do Conde (12); Ponte de Lima: (10) e Esposende (10), contabilizando um total de 72 secções. Um 3º grupo agrega 7 concelhos onde foram criadas 9 a 5 secções, num total de 50 secções, a saber: Vila Verde (9); Amares, Fafe e Melgaço (todos com 8 secções); Celorico de Bastos (7) e Vila Nova de Cerveira e Póvoa de Lanhoso, ambos com 5 secções. Um 4º grupo é constituído por 10 concelhos, que agregam 4 a 1 secções, num total de 18 secções.¹⁶⁷ Um último grupo integra 3 secções que não conseguimos identificar.

Em relação ao segmento da LOCF em estudo, o total de secções contabilizado é manifestamente residual (25).¹⁶⁸ Repartem-se entre os concelhos de Guimarães (12); Vila Nova de Famalicão (7); Braga (3); Póvoa de Varzim e Vila do Conde (2) e Fafe (1). A distribuição é, no entanto, curiosa pois incide sobre os concelhos de maior tradição artesanal e fabril da região.

c. A LOCALIZAÇÃO DA SEDE DOS GRUPOS PAROQUIAIS

Poucas eram as associadas da LACF em que o local de residência não coincidia com a localização do grupo a que pertenciam. O que vai de encontro ao ideal de grupo preconizado pela ACP. Com efeito, o grupo constituía a célula-base do organismo. Daí que os grupos fossem entendidos como núcleos de militantes que representavam para a «secção, o que a alma é para o corpo: - centro de vida, centro animador, donde parte o influxo que vai a todos os membros do corpo».¹⁶⁹ Era ainda pretendido, como vimos atrás, que os grupos fossem homogéneos, isto é, que reunissem militantes com características e afinidades entre si, concretamente em termos etários, condições de vida, nível educacional e social. Procurava-se assim assegurar que a dinâmica intra-grupo fosse a mais adequada e portanto mais eficaz,¹⁷⁰ de forma a proporcionar a estabilidade e a durabilidade dos grupos. É essa a imagem sugerida pelos Gráficos 4 e 5 que denota a estreita relação entre as duas variáveis. Os grupos tendiam a ser maioritariamente comunitários e o seu espaço de intervenção a aldeia.

¹⁶⁷ Assinala-se a distribuição: Arcos de Valdevez, 1; Cabeceira de Bastos 2; Caminha 1; Monção: 2; Paredes de Coura: 2; Ponte da Barca: 2; Terras de Bouro: 2; Valença: 1; Vieira do Minho: 4; Vila Praia de Âncora: 1.

¹⁶⁸ A título de curiosidade assinala-se que em 1959 a LOCF conta em Braga com 48 secções e a LOC com 26 secções.

¹⁶⁹ «Liga da Acção Católica Feminina – Núcleo de militantes», *Boletim Oficial...*, dezembro de 1940, ano VII, (Lisboa: Tipografia União Gráfica), 163.

¹⁷⁰ «Liga da Acção Católica Feminina – Comunicado da Direcção Nacional - Organização», *Boletim Oficial...*, fevereiro de 1941, ano VII, (Lisboa: Tipografia União Gráfica), 111.

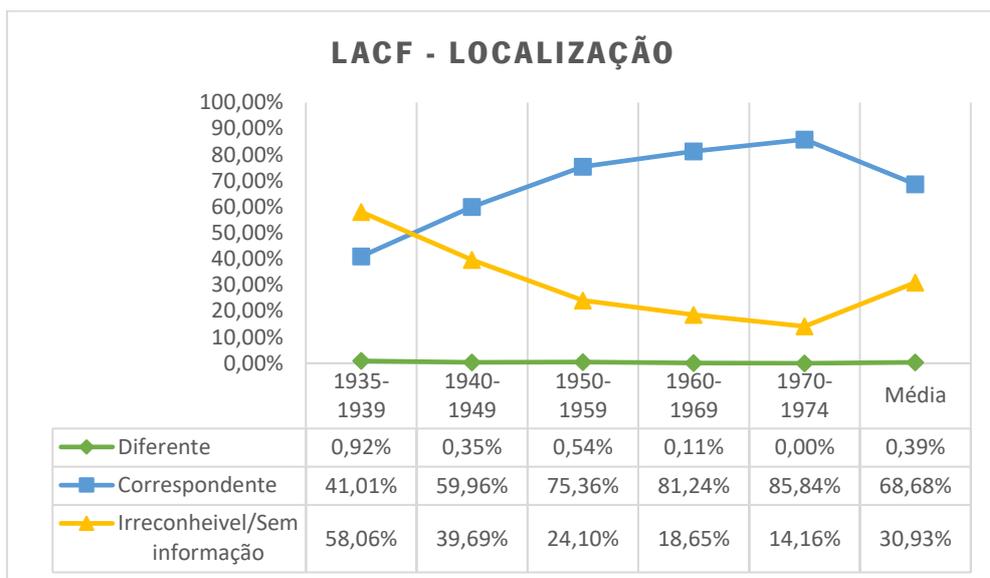


Gráfico 4: Relação entre residência das associadas da LACF e a localização dos grupos, por décadas.¹⁷¹

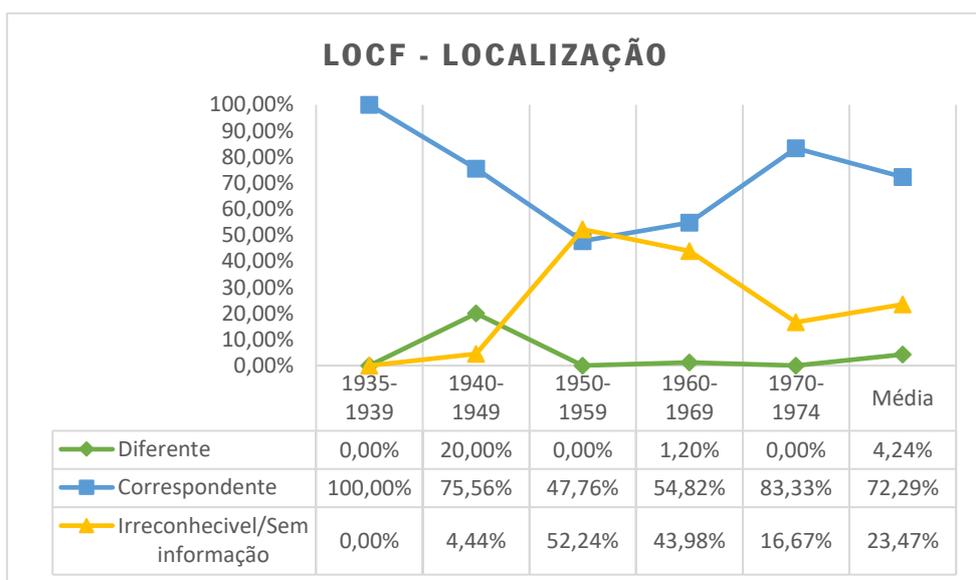


Gráfico 5: Relação entre residência das associadas da LOCF e a localização dos grupos, por décadas.¹⁷²

Relativamente ao local de realização das reuniões este podia ser variável de freguesia para freguesia. Mas, muito provavelmente, os encontros tinham lugar em espaços da igreja local, como o sugere o testemunho que reproduzimos, sobre a JOC:

¹⁷¹ Dados recolhidos das fichas de associadas, presentes no arquivo da sede da LOCF e LACF de Braga.

¹⁷² Dados recolhidos das fichas de associadas, presentes no arquivo da sede da LOCF e LACF de Braga.

«Em Sequeirô, na altura [finais dos anos 60], não havia outro sítio a não ser a sacristia. Reuníamos na sacristia antiga, ou então, no final do terço, na Igreja. Mais tarde, quando se fez a capela, era na casa do senhor Abade, no salão do senhor Abade, lá em cima. Mas tanto trabalhávamos em casa das pessoas, como trabalhávamos nos salões paroquiais. A JOC era um movimento muito forte junto dos jovens trabalhadores... Os responsáveis tinham ainda muitas reuniões em Braga, na Rua da Taxa. Era uma casa antiga, mas muito grande, e dormíamos lá, fazíamos lá retiros (como agora quando vamos ao seminário ou coisa parecida). Havia ainda os encontros nacionais da JOC cujo local ia variando. Lembro-me do Famalicão, Póvoa, Viana do Castelo, Sande, sei lá...».¹⁷³

3. CARACTERIZAÇÃO DO PERFIL SOCIOPROFISSIONAL DAS ASSOCIADAS DA LACF E DA LOCF

Entremos na caracterização do perfil das associadas das das mulheres católicas trabalhadoras, mantendo o critério da exposição que se tem traduzido no maior relevo atribuído às militantes da LACF, pelas razões apontadas.

a. UNIVERSO ETÁRIO

À partida o ingresso na LACF como na LOCF tinha como idade mínima os 25 anos, excetuando as casadas que podiam integrar os organismos sem qualquer reserva etária.¹⁷⁴ Recorde-se ainda a importância do fator *talento* da associada que poderia estimular uma entrada mais precoce, como foi assinalado, no âmbito dos testemunhos.

Os dados recolhidos, que contemplam, como referimos atrás, em termos crescentes a informação sobre a idade, mostram uma ampla distribuição compreendida entre os grupos etários dos 15-19 anos até igual ou superior aos 65 anos de idade (ver Gráfico 6). Os grupos de associadas da LACF compunham-se de jovens mulheres, mulheres adultas e mulheres idosas. A impossibilidade de analisar esta variável por grupo não nos permite aprofundar a análise, nesta vertente.

¹⁷³ Entrevista ao Diácono José Maria Carneiro da Costa, no dia 29-03-2017, em Vila Nova de Famalicão.

¹⁷⁴ «Estatutos da Liga das Mulheres da Ação Católica», *Boletim Oficial...*, n.º 1, Artigo 3: 26.

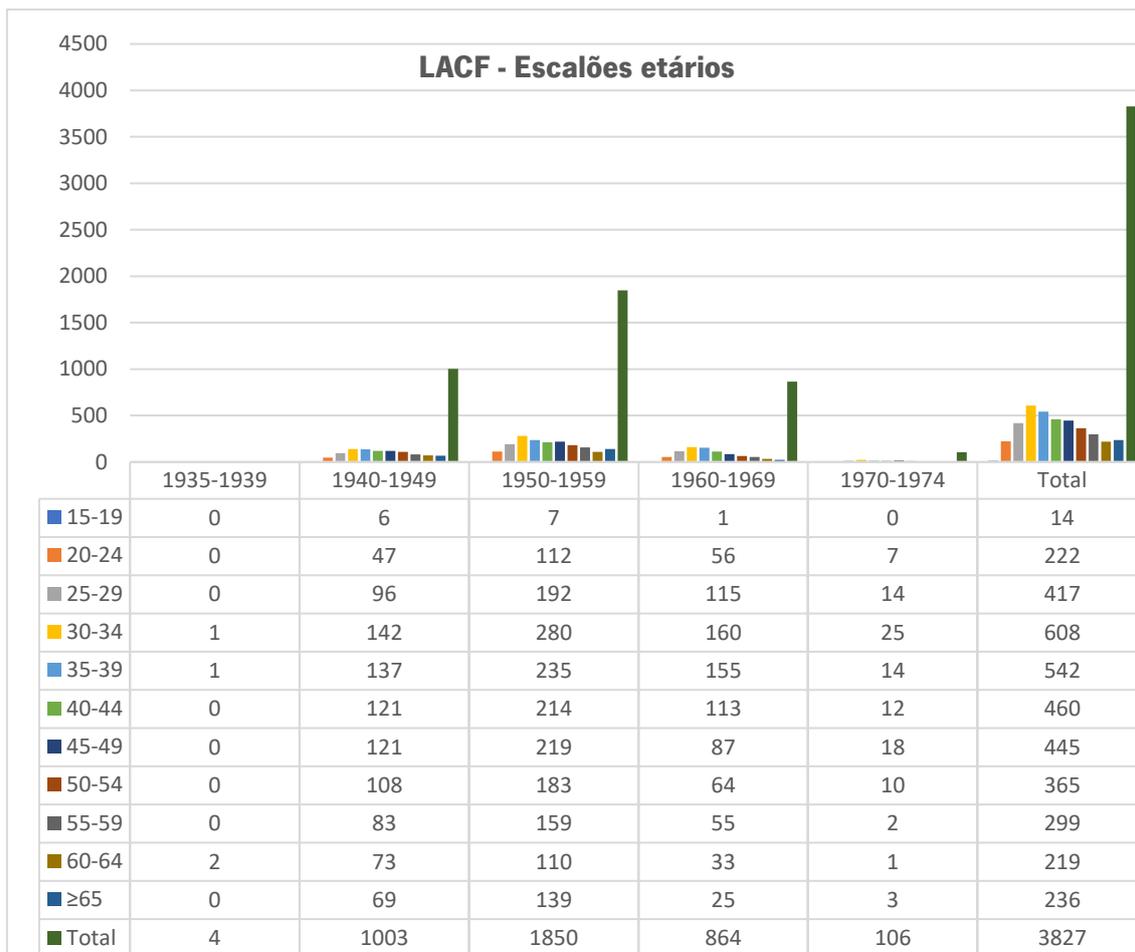


Gráfico 6: Distribuição das associadas da LACF por grupos etários e décadas.¹⁷⁵

Em todo o caso, é possível constatar o peso predominante das mulheres adultas, globalmente na série em estudo, que compreendem os escalões etários de 30-34 a 45-49, incluindo ainda o escalão mais jovem entre 25-29 anos. As ligeiras oscilações observadas no curso dos anos não alteram substantivamente o quadro. O grupo das idosas acusa uma menor presença, mas não deixa de ser expressiva. A presença menor das jovens adultas é ditada pelos critérios acima apontados.

Uma análoga tendência parece ser sugerida pela distribuição das associadas da LOCF por escalões etários, no período em estudo (ver Gráfico 7).

¹⁷⁵ Dados recolhidos das fichas de associadas, presentes no arquivo da sede da LOCF e LACF de Braga.

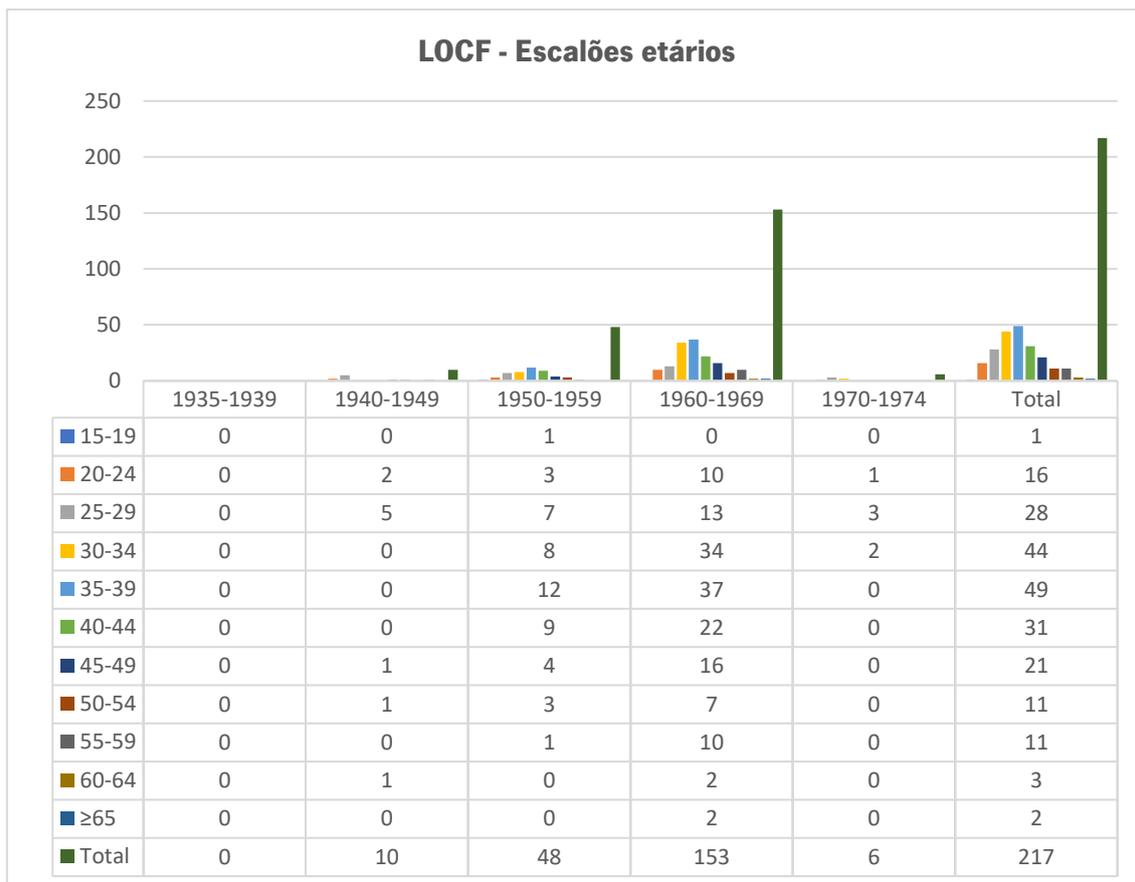


Gráfico 7: Distribuição das associadas da LOCF por grupos etários e décadas.¹⁷⁶

b. ESTADO CIVIL

A informação mais lacunar sobre o estado civil obriga-nos a ser cautelosas. Os grupos da LACF integravam maioritariamente mulheres casadas, ainda que a presença das mulheres solteiras fosse expressiva, seguida, com alguma distância pelas viúvas (ver Gráfico 8). Apenas na etapa de arranque do organismo (1935-1939) se observa uma presença maior das mulheres solteiras. O segmento das associadas da LOCF sugere analogamente a predominância das casadas (ver Gráfico 9).

¹⁷⁶ Dados recolhidos das fichas de associadas, presentes no arquivo da sede da LOCF e LACF de Braga.

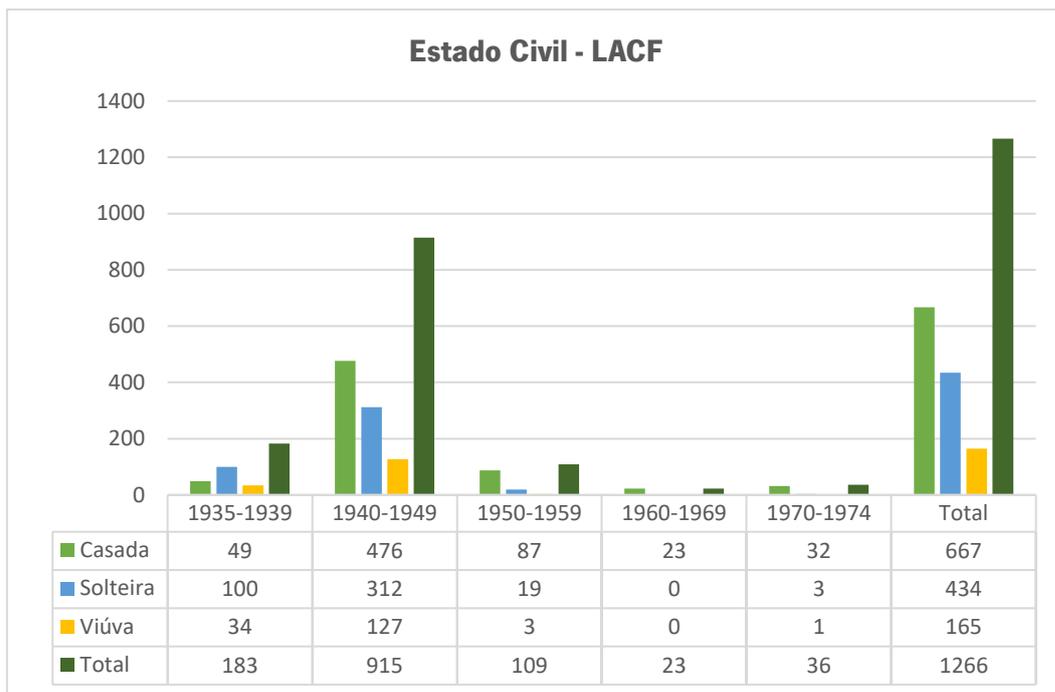


Gráfico 8: Estado civil das associadas da LACF por décadas.¹⁷⁷

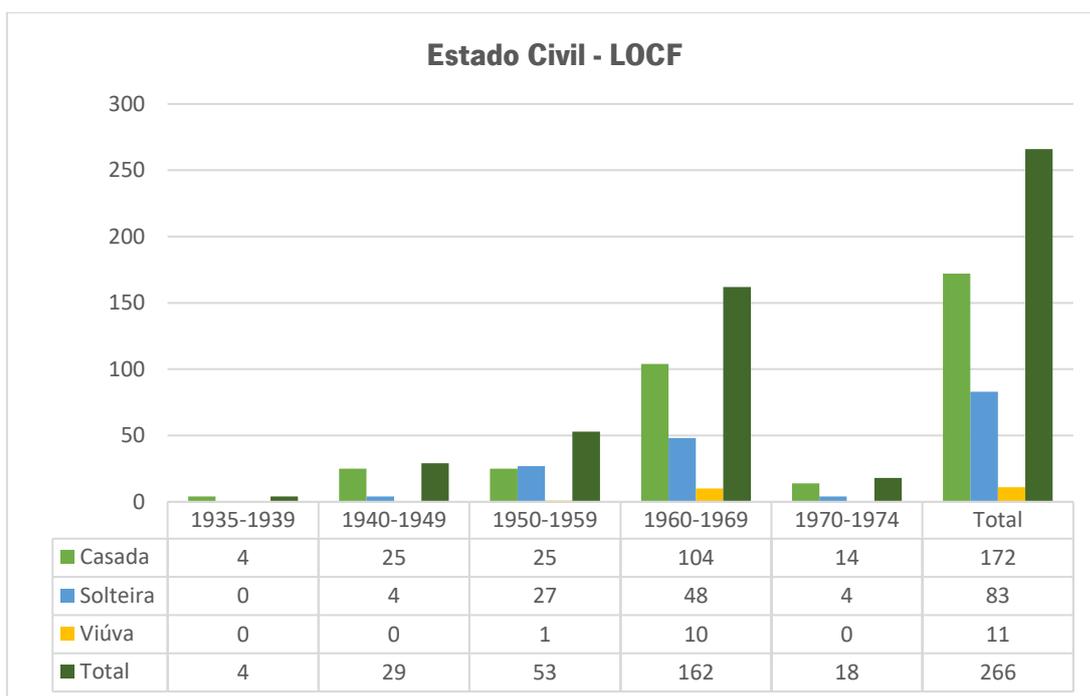


Gráfico 9: Estado civil das associadas da LOCF por décadas.¹⁷⁸

¹⁷⁷ Dados recolhidos das fichas de associadas, presentes no arquivo da sede da LOCF e LACF de Braga.

¹⁷⁸ Dados recolhidos das fichas de associadas, presentes no arquivo da sede da LOCF e LACF de Braga.

A separação dos grupos por género não parecia ser absoluta. Os contactos de associados afetos aos mesmos organismos eram frequentes, em particular no espaço exterior à reunião, contribuindo muito provavelmente para o reforço dos laços ao movimento. Assim o sugere o excerto do testemunho de uma Jocista: «Nós juntávamo-nos todos, também não era outro movimento..., mas faz de conta que eram os casados e solteiros, a outra parte eram quase todos casados [os da LAC e LACF]»,¹⁷⁹

c. HABILITAÇÕES ESCOLARES E ASSINATURA

De acordo com o recenseamento da população referente a 1950, sabe-se que cerca de metade da população era minimamente alfabetizada, pois sabia ler (ver tabela 7). A distribuição por géneros evidenciava-se particularmente gravosa entre as mulheres, como o sugerem os números da tabela 7. O distrito de Braga evidenciava um cenário idêntico ainda que aparentemente menos penalizador da população feminina. A população católica apresenta-se claramente dominante.

	Sabem ler	Católicos
Continente - 1950		
Total	4.041.725 / 7.921.913	7.583.791
Masculino	2.202.389	3.620.748
Feminino	1.839.336	2.715.661 (?)
< 8 anos	—	1.247.382
Braga - 1950		
Total	244.537 / 546.302	540.731
Masculino	140.941	257.657
Feminino	103.596	170.316 (?)
< 8 anos	—	112.758

Tabela 7: População que sabe ler e população católica no País e em Braga segundo o género¹⁸⁰

A distribuição das habilitações escolares das associadas da LACF mostra-se bastante expressiva. Entre aquelas que assinalavam o nível escolar, constata-se o predomínio muito

¹⁷⁹ Entrevista a Judite Ribeiro, realizada no dia 24-02-2017, em Sequeirô (Arciprestado de Vila Nova de Famalicão).

¹⁸⁰ INE (Instituto Nacional de Estatística), «IX Recenseamento Geral da População no Continente e Ilhas Adjacentes – População residente e presente, famílias, casais, mulheres casadas, convívências, estrangeiros, cegos, surdos-mudos e órfãos», Tipografia Portuguesa Lda, (Lisboa, Portugal, TOMO I, vol. 1º, 1962), https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_pesquisa&frm_acciao=PESQUISAR&frm_show_page_num=1&frm_modos_pesquisa=PESQUISA_AVANÇADA&frm_texto=&frm_modos_texto=MODO_TEXTO_ALL&frm_data_ini=01-01-1950&frm_data_fim=01-01-1971&frm_tema=QUALQUER_TEMA&frm_imgPesquisar.x=0&frm_imgPesquisar.y=0

significativo das que detinham a instrução primária e/ou que possuíam os rudimentos mínimos de leitura e de escrita (ver Gráfico 10). Em contrapartida a frequência do ensino liceal e/ou industrial bem como do ensino médio apresenta-se manifestamente residual. Dir-se-ia que maioritariamente as associadas da LACF pertenciam a escalões da pequena burguesia e aos estratos populares superiores, imagem que se afigura reforçada pela distribuição socioprofissional, dado o peso das mulheres ligadas ao setor dos serviços e reformadas entre o período em estudo. Os dados sobre as associadas da LOCF (ver gráfico 11) apresentam-se demasiado lacunares, ainda que sugiram tendências relativamente afins. Registe-se, por último, que o analfabetismo das mulheres não é mencionado. Contudo, apesar dos números, vale a pena atender ao discurso oficial do movimento e à ênfase atribuída à formação cultural em meio rural.

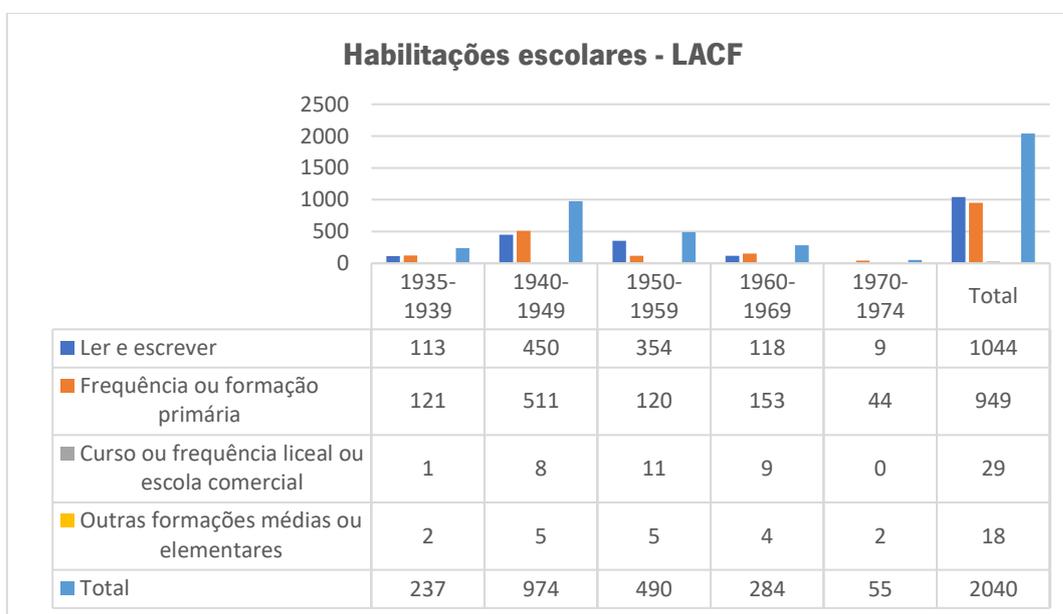


Gráfico 10: Habilitações Escolares das associadas da LACF, por décadas.¹⁸¹

¹⁸¹ Dados recolhidos das fichas de associadas, presentes no arquivo da sede da LOCF e LACF de Braga.

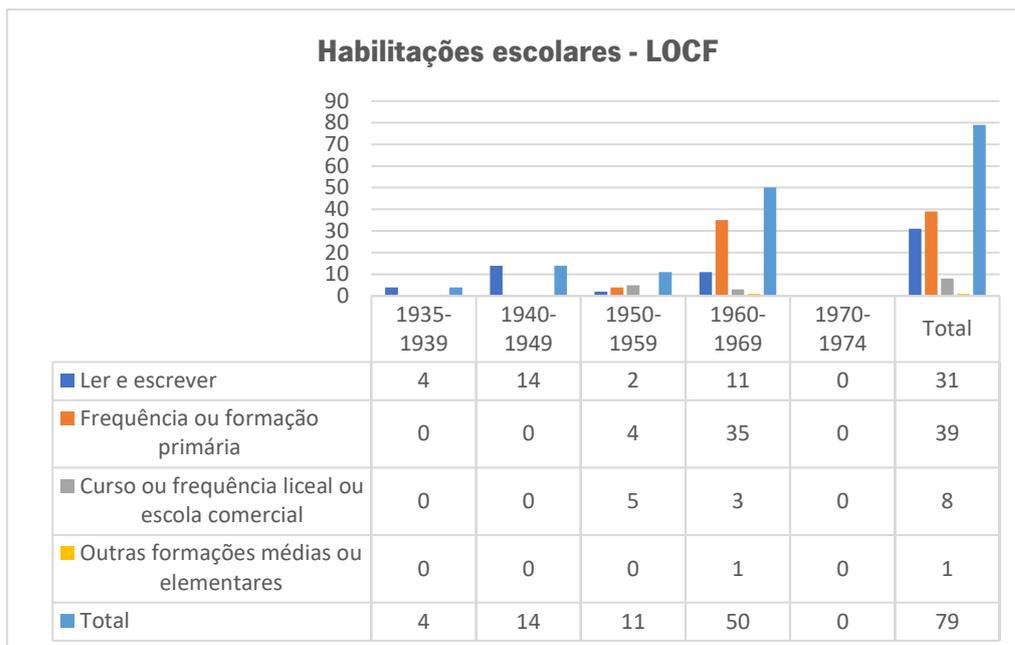


Gráfico 11: *Habilitações Escolares das associadas da LOCF, por décadas.*¹⁸²

As reuniões regulares do grupo constituíam um espaço privilegiado para o desenvolvimento de competências formativas. Assim, quando perguntámos aos entrevistados qual era o tipo de material que se levava para as reuniões, uma das constantes foi a referência ao caderno. Este servia para tirar apontamentos, estimular a reflexão e a memória, para além do desenvolvimento das competências de escrita e de leitura.

«as pessoas, elas próprias, levavam, o seu caderno, era um dos aconselhamentos, ainda hoje é assim... todas as pessoas devem ter o seu caderno de apontamentos, até porque estamos a desenvolver dois aspetos: primeiro a memória, fazer memória dos acontecimentos; segundo as pessoas escreviam muito mal na altura, davam muitos erros, o facto de escreverem contribuía para que melhorassem a sua escrita e comesçassem a corrigir, ela própria, os erros. Os coordenadores dos grupos levavam também os seus cadernos, o esquema da reunião, preparado em casa... levavam o esquema montado e para não se esquecerem consultavam os apontamentos para ver como é que iam conduzindo a reunião».¹⁸³

¹⁸² Dados recolhidos das fichas de associadas, presentes no arquivo da sede da LOCF e LACF de Braga.

¹⁸³ Entrevista ao Diácono José Maria Carneiro da Costa, no dia 29-03-2017, em Vila Nova de Famalicão.

Quanto ao parâmetro “assina o seu nome” adotamos os seguintes critérios para efeitos de contabilização:

1º registar se o espaço reservado à assinatura se encontra ou não preenchido;

2º em caso afirmativo, se a caligrafia é igual ou diferente da assinatura do coordenador/responsável.

Apenas neste caso, a assinatura era contabilizada como sendo da própria. Excluíram-se assim os restantes casos, bem como aqueles em que explicitamente era usada a expressão “a rogo”. Em termos globais, nas décadas em análise, verifica-se um aumento gradual das associadas que assinavam o seu nome, tanto na LACF como na LOCF (Ver Gráfico 12).

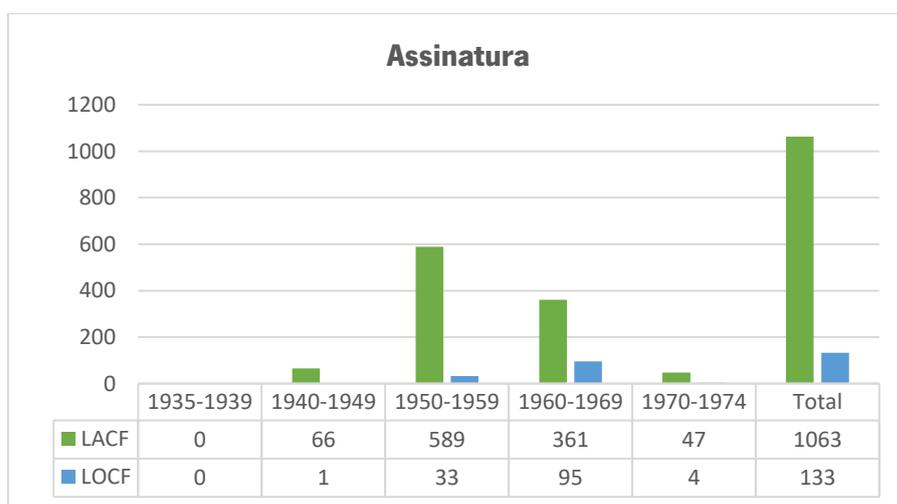


Gráfico 12: Distribuição da assinatura entre as associadas, por décadas.¹⁸⁴

d. PROFISSÃO/OCUPAÇÃO

Quanto à profissão por setores de atividade das associadas da LACF e da LOCF era previsível encontrar diferenças mais substantivas, de acordo com os estatutos. As militantes da LOCF tinham como vínculo de pertença o residiram em comunidades predominantemente rurais, independentemente do setor de atividade. O gráfico 13 evidencia de facto uma grande diversidade, entre as associadas da LACF.

¹⁸⁴ Dados recolhidos das fichas de associadas, presentes no arquivo da sede da LOCF e LACF de Braga.

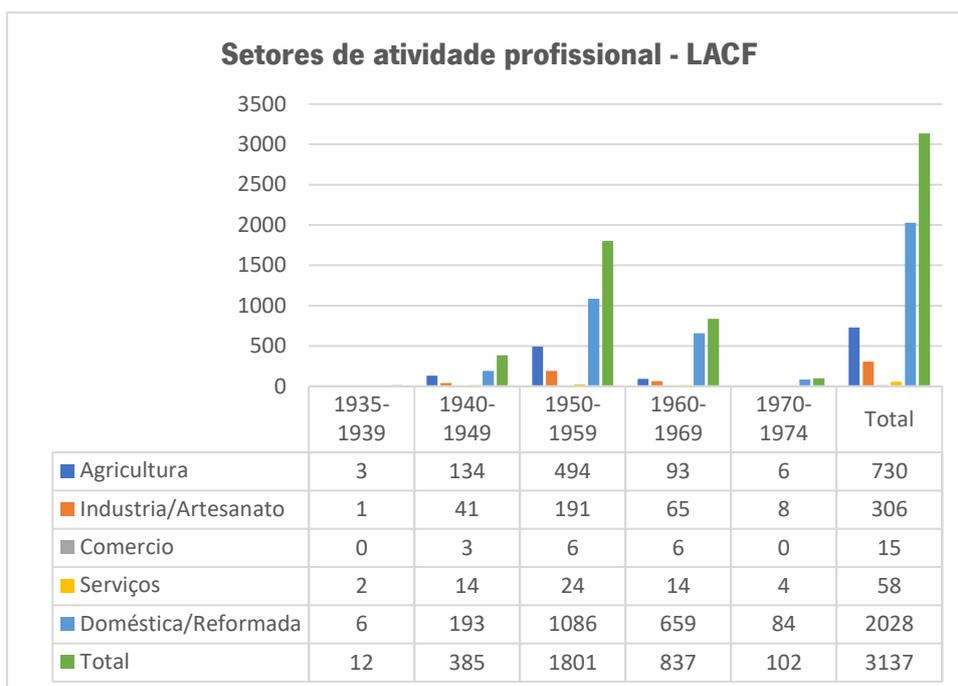


Gráfico 13: Distribuição por setores de atividade profissional das Associadas LACF, por décadas.¹⁸⁵

As domésticas e reformadas constituem o grupo mais expressivo, logo seguido, ainda que com alguma distância, pelas que trabalham no setor dos serviços (administrativa, ajudante de farmácia, criada, professora oficial, pianista, entre outras). O grupo daquelas que são arroladas no setor agrícola (agricultora, jardineira, moleira, jornaleira, entre outras) é manifestamente inferior, excetuando a década de 50, que regista ainda uma presença significativa. Em contraponto, o setor industrial (bordadeira, costureira, fabricante, tecedeira, entre outras) e comercial (comerciante, feirante e padeira) é manifestamente lateral. A década de 60 e os primeiros anos da década de 70 denotam sinais de quebra acentuada do movimento, a que não terá sido estranho a influência de fenómenos como o êxodo rural, a emigração para a Europa e os próprios indicadores de crescimento económico que afetavam os concelhos mais dinâmicos.

O valor da presença das reformadas é realçado pelo testemunho de José Maria Carneiro da Costa, ao afirmar que:

«A pessoa humana é um todo, e se são reformados são reformados de alguma coisa, se são reformados, são reformados porque trabalharam e descontaram naquela altura para a previdência... portanto o facto de terem entrado na reforma não deixaram de ter a condição de operários, porque os

¹⁸⁵ Dados recolhidos das fichas de associadas, presentes no arquivo da sede da LOCF e LACF de Braga.

operários são constituídos pelas crianças, os seus filhos, os netos, pelos homens e pelas famílias e, depois, pelos reformados, portanto é um todo da vida... como reformados ainda conseguem fazer o trabalho de cativar pessoas mais novas para o movimento».¹⁸⁶

O excerto é muito significativo da valorização da condição da idosa reformada que se estende no conjunto que é representada pela família alargada. A idade não deve influir no afastamento do movimento, como o papel da idosa reformada o evidencia, ao fazer-se sentir junto aos filhos e aos netos e também junto da comunidade alargada. São palavras que se podiam ainda prolongar às domésticas que se dedicam em exclusivo ao trabalho da casa e da família e igualmente da comunidade.

A distribuição das associadas da LOCF por setores de atividade (ver Gráfico 14) faz denotar o peso das trabalhadoras fabris e das operárias que constituem a imagem identitária do agrupamento (bordadeira, costureira, modista, tecedeira e operária).

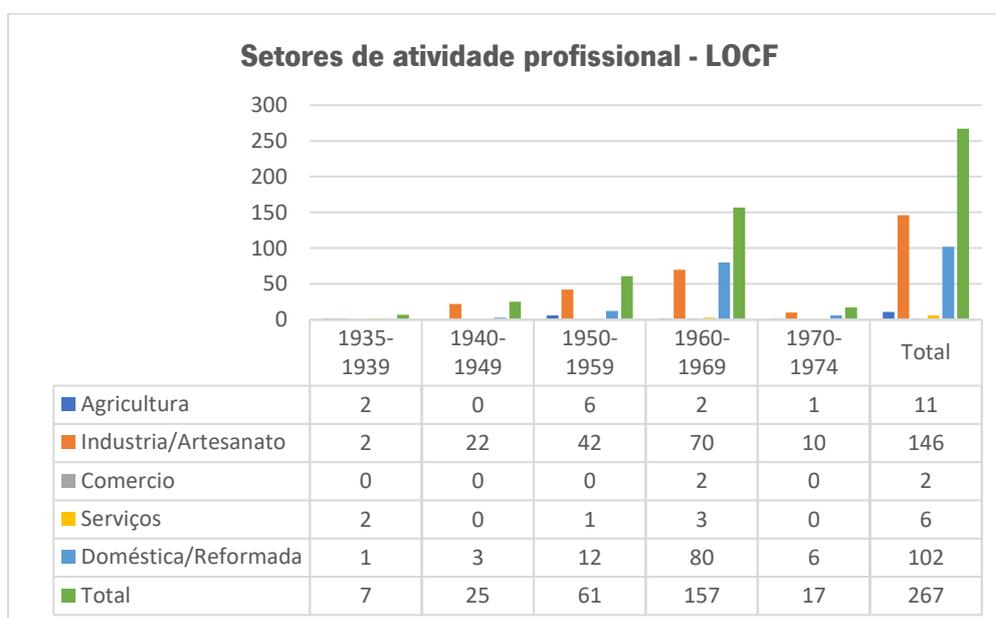


Gráfico 14: Distribuição por setores de atividade profissional das Associadas LOCF, por períodos décadas.¹⁸⁷

¹⁸⁶ Entrevista ao Diácono José Maria Carneiro da Costa, no dia 29-03-2017, em Vila Nova de Famalicão.

¹⁸⁷ Dados recolhidos das fichas de associadas, presentes no arquivo da sede da LOCF e LACF de Braga.

4. GRAU DE VINCULAÇÃO À ACP E A OUTROS ESPAÇOS DE VIVÊNCIA CATÓLICA

a. ESTATUTO DAS ASSOCIADAS E PERCURSOS NOS ORGANISMOS ESPECIALIZADOS

De acordo com os estatutos da LACF e da LOCF, a partir do momento em que era feita a inscrição no movimento, a associada passava a ter o título de aspirante, que se prolongava a até três meses. Finda essa primeira etapa e dando provas passava a efetiva. Eventualmente, poderia ascender à categoria de ativa, classificação dependente da direção diocesana e que constituía o núcleo mais distintivo, à escala da freguesia. Apenas as ativas podem aspirar a ocuparem cargos diretivos, por eleição.¹⁸⁸

As informações obtidas do levantamento das fichas de inscrição permitiram atingir alguns resultados expressivos. As operações de registo tiveram por base alguns parâmetros que passamos a apontar. Entre eles foram considerados inicialmente os seguintes: a data de inscrição/admissão, a data de elevação a efetiva, a data de nomeação de militante ou de ativa. Ver também o quadro do Gráfico 15 que menciona o termo “militante” e não o termo “ativa”. As observações colocadas no canto superior direito da ficha revelaram-se muito importantes. O uso das letras E e A indicava o estatuto da associada: E - Efetiva; A - Admitida. Excetuando os anos iniciais do movimento, até aos finais dos anos 30, o número das efetivas apresenta-se sempre superior ao das admitidas, o que indicia que a presença se revestia estável. O registo crescente da categoria de efetiva pode dever-se ainda à valorização do vínculo ao movimento por parte da associada. E refletia ainda o reconhecimento das comunidades à pertença ao movimento.

¹⁸⁸ «Bases da Ação Católica Portuguesa», *Boletim Oficial...*, nº 1, Artigo 26: 30.

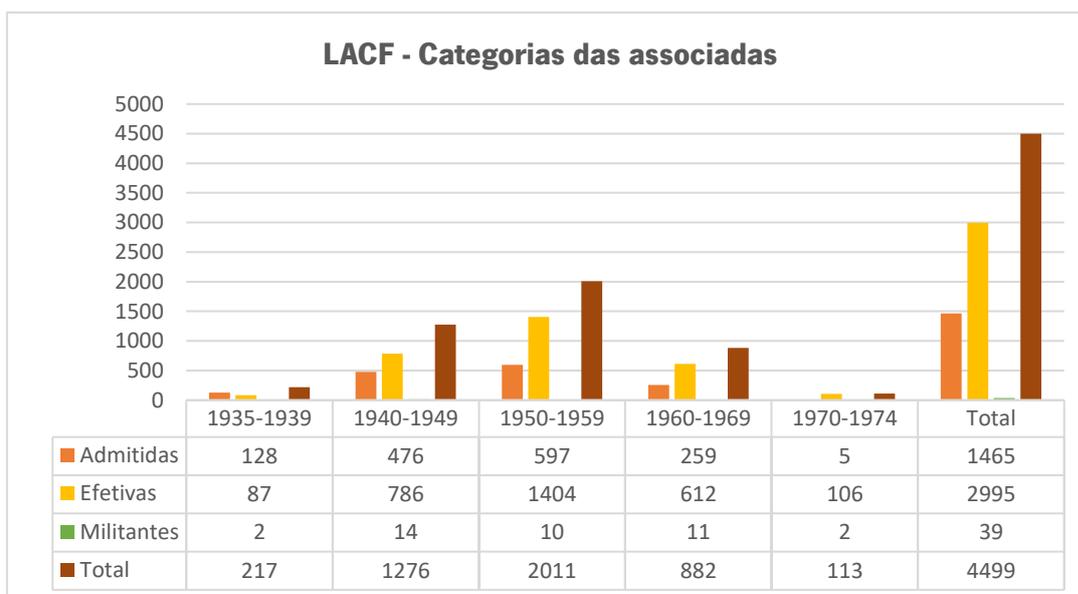


Gráfico 15: Distribuição das categorias das associadas da LACF, por décadas.¹⁸⁹

O segmento das associadas da LOCF (ver Gráfico 16) sugere o protagonismo das efetivas, no período e estudo.

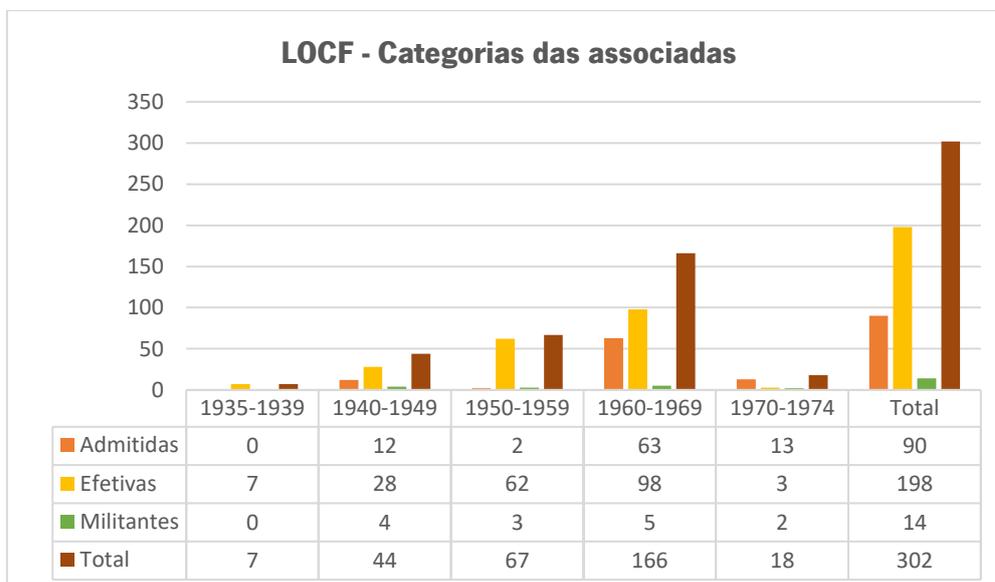


Gráfico 16: Distribuição das categorias das associadas da LOCF, por décadas.¹⁹⁰

Passemos à análise do vínculo ao movimento da ACP das associadas dos agrupamentos em estudo, antes de ingressarem na LACF e no LOCF. O percurso modelo consistia na passagem

¹⁸⁹ Dados recolhidos das fichas de associadas, presentes no arquivo da sede da LOCF e LACF de Braga.

¹⁹⁰ Dados recolhidos das fichas de associadas, presentes no arquivo da sede da LOCF e LACF de Braga.

entre os vários agrupamentos. Exemplificando com a LOCF, a entrada ocorria na pré-JOC (Benjaminas), seguia-se a JOCF e, por último, o ingresso na LOCF, ditado em razão de ter sido atingido o limite de idade ou por casamento. O mesmo percurso era aplicado à JACF: pré-JAC e JACF e demais organismos da ACP.

Entre o universo das associadas da LACF em estudo, o quadro mais frequente consistia no ingresso após a conclusão da etapa anterior (JACF). Assim o ilustra, o Gráfico 17, no curso das décadas de 40 e 60, independentemente do motivo, uma vez que na maioria dos casos não era apontado.

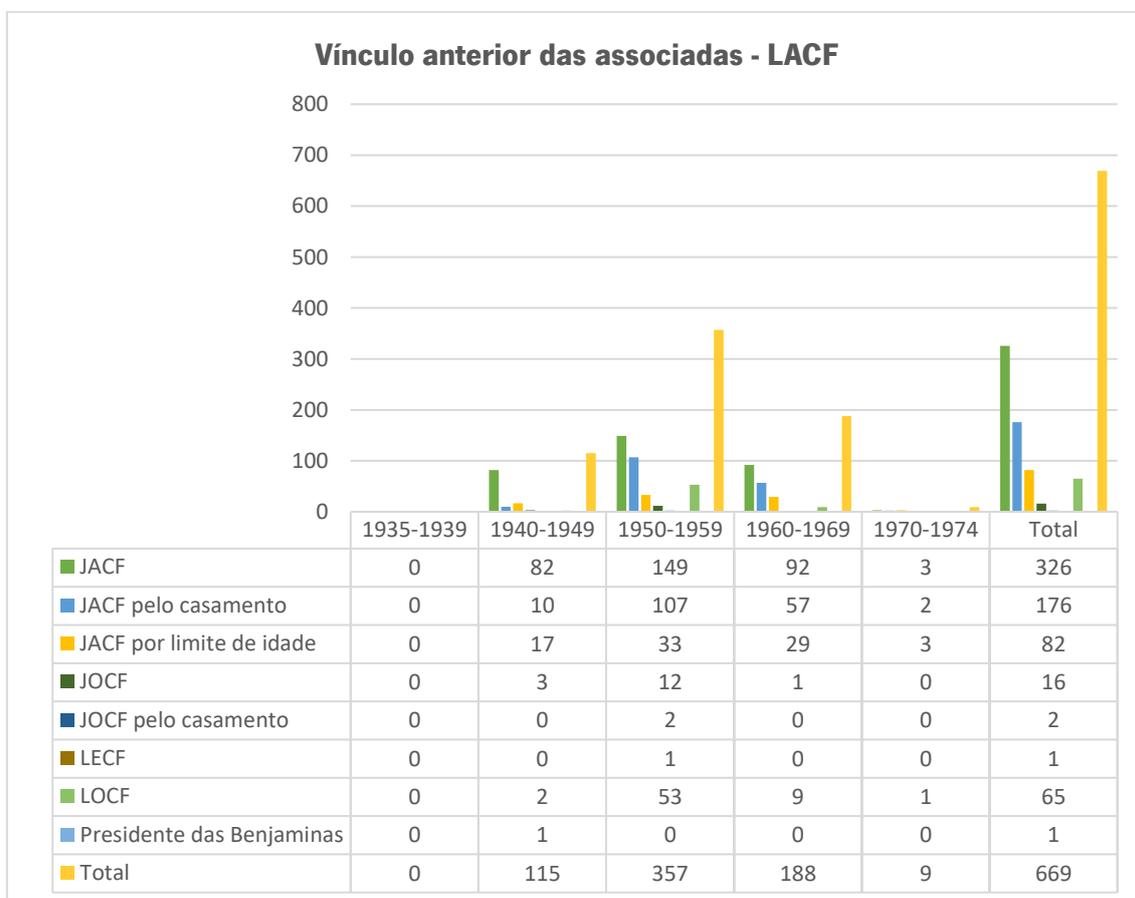


Gráfico 17: Vínculo anterior das associadas da LACF, por décadas.¹⁹¹

Bastante menos frequente, ainda que presente, era o ingresso através da JOCF. A transferência entre grupos, da LOCF para a JACF, também tinha lugar. Bastante mais laterais, são as ocorrências da LECF e de cargos diretivos na Benjaminas.

¹⁹¹ Dados recolhidos das fichas de associadas, presentes no arquivo da sede da LOCF e LACF de Braga.

No segmento da LOCF a fraca representatividade do universo não permite, uma vez mais, tecer comentários substantivos. Mas verifica-se, analogamente, a pertença a grupos anteriores.

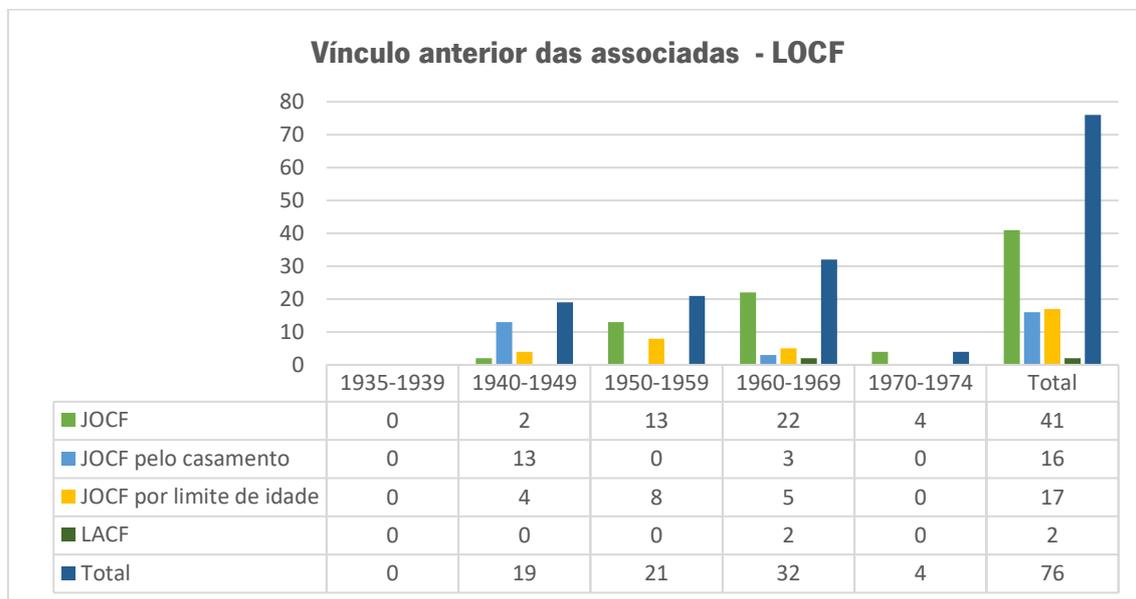


Gráfico 18: Vínculo anterior das associadas da LACF, por décadas.¹⁹²

b. A IMPORTÂNCIA SIMBÓLICA DO COMPROMISSO MATERIAL (COTA)

A cota era utilizada como fonte de receita da ACP com o objetivo de apoiar atividades, encontros, publicações. Era obrigatória e paga mensalmente pelos associados, independentemente da classe social, uma vez que era obrigatória.¹⁹³ Revestia ainda uma dimensão espiritual ao ser vista como um sinal de sacrífico, disciplina e de dedicação.

Os valores que constam da tabela 8 filiam-se diretamente nos Estatutos. Maioritariamente, as associadas pagavam o valor estipulado 1\$00 (2836). Um grupo significativo de associadas (665) entregou valores inferiores, a designada cota reduzida, autorizados pela respetiva diocese, entre 0\$10 e 0\$90, certamente motivada por condições económicas precárias. Um grupo menor contribuiu com uma cota mais alta, dobrando o valor da cota normal (423). Um segmento claramente minoritário ofereceu valores bastantes mais elevados, nomeadamente 10 X mais (8 associadas) e 24 x (2 associadas) o valor da cota normal.

¹⁹² Dados recolhidos das fichas de associadas, presentes no arquivo da sede da LOCF e LACF de Braga.

¹⁹³ «Bases da Acção Católica Portuguesa», *Boletim Oficial...*, n.º 1, Alinea I: 15.

Valores da Cota - LACF									
	1935/39	1940/44	1945/49	1950/54	1955/59	1960/64	1965/69	1970/74	Total
0\$10	0	6	0	0	0	0	0	0	6
0\$20	0	1	0	0	0	0	0	0	1
0\$30	52	70	4	0	0	0	0	0	126
0\$40	0	0	1	0	0	0	0	0	1
0\$50	102	242	32	0	0	0	0	0	376
0\$60	15	47	28	9	0	0	0	0	99
0\$80	0	10	21	8	14	0	2	0	55
0\$90	0	1	0	0	0	0	0	0	1
1\$00	31	156	494	1030	634	392	99	0	2836
1\$50	9	23	5	2	4	4	0	0	47
1\$60	1	0	0	0	0	0	8	0	9
2\$00	0		0	0	2	4	320	97	423
4\$00	0	0	0	0	0	0	1	0	1
5\$00	0	0	0	0	0	1	0	0	1
10\$00	0	0	3	0	5	0	0	0	8
20\$00	0	0	0	0	0	0	1	0	1
24\$00	0	0	0	0	0	0	0	2	2
Total	210	556	588	1049	659	401	431	99	3982

Tabela 8: Distribuição dos valores da cota das associadas da LACF, por décadas.¹⁹⁴

A distribuição dos valores de cota entre associadas da LOCF (Tabela 9) mostra semelhanças evidentes com a distribuição observada nas associadas da LACF. Observe-se que o valor mínimo recenseado é superior ao verificado entre a LACF. Na mesma ordem de ideias constata-se que prática de oferecer montantes superiores aos prescritos, era habitual, ainda que não evidenciasse diferenças tão acentuadas.

Valores da Cota - LOCF									
	1935/39	1940/44	1945/49	1950/54	1955/59	1960/64	1965/69	1970/74	Total
0\$30	2	5	0	0	0	0	0	0	7
0\$50	5	5	5	0	0	0	0	0	15
0\$60	0	0	1	0	0	0	0	0	1
0\$80	0	0	0	2	0	0	0	0	2
1\$00	0	0	22	9	0	0	0	0	31
1\$50	0	0	1	5	2	4	0	0	12
2\$00	0	0	0	0	20	13	3	0	36
2\$50	0	0	0	0	0	4	13	0	17

¹⁹⁴ Dados recolhidos das fichas de associadas, presentes no arquivo da sede da LOCF e LACF de Braga.

3\$00	0	0	0	0	0	0	0	1	1
3\$50	0	0	0	0	0	0	2	4	6
4\$00	0	0	0	4	0	0	13	0	17
4\$50	0	0	0	0	0	0	10	1	11
5\$00	0	0	0	0	0	1	2	0	3
5\$50	0	0	0	0	0	0	1	1	2
7\$00	0	0	0	0	0	1	0	0	1
Total	7	10	29	20	22	23	44	7	162

Tabela 9: Distribuição dos valores da cota das associadas da LOCF, por décadas.¹⁹⁵

A cota exprimia, em suma, a dimensão material de um compromisso maior de olhar a vida à luz dos preceitos cristãos e de os pôr em prática no quotidiano e na relação com o mundo e com os outros. Esse compromisso não se esgotava, porém, na dedicação exclusiva à ACP através das vivências religiosas, espirituais e lúdicas proporcionadas pelo movimento. Muitas das associadas encontravam-se vinculadas a espaços de intervenção social e caritativa como são exemplo a Obra de Proteção e Resgate das Raparigas, Mãe Cristã, Sopa dos Pobres. Outras privilegiavam a esfera da doutrina e da assistência espiritual no quadro do movimento Propagação da Fé ou Doutrina Cristã. Não raras vezes espelhavam ligações múltiplas a diferentes organismos, reflexo do empenhamento intenso e ativo da missão da Igreja no mundo. Mais igualmente reflexo do recrudescimento do sentimento e das práticas religiosas que visavam combater a descristianização crescente que as comunidades urbanas ofereciam e da miséria que alastrava e intensificava no mundo rural atravessado pelas angústias do tempo de guerra. A linguagem empregue nos Boletins, sobretudo até aos anos 50, é expressiva da dimensão de combate que é associada ao apostolado laico. Os militantes da ACP eram descritos como soldados de Cristo, da Igreja, mobilizados na paz, na ajuda ao próximo, no combate aos flagelos e miséria do mundo. O campo de ação social revestia-se imenso e suscetível de preencher o espaço da vida, facto que se repercutia no estímulo perseverante de atitudes de alheamento em relação à política.

c. ESPAÇOS DE EXPERIENCIA E DE APRENDIZAGEM RELIGIOSA NA VIDA: PERMANÊNCIAS E SAÍDAS

Recenseámos um vasto universo de organismos religiosos, símbolos de pertença e dedicação: 78 entre as associadas da LACF e 14 entre as militantes da LOCF. O *Apostolado da Oração*, o *Imaculado Coração de Maria* para a conversão dos pecados e as *Cruzadas de N. Sr.^a de Fátima* eram os que recolhiam as maiores preferências. Os ecos de Fátima e das Aparições da

¹⁹⁵ Dados recolhidos das fichas de associadas, presentes no arquivo da sede da LOCF e LACF de Braga.

Virgem fizeram-se particularmente sentir junto de uma comunidade especialmente envolvida com o mundo da crença e do apostolado. Porém, o tempo histórico, nas suas diferentes tonalidades, não deixou de se manifestar. A viragem para os anos 60 do século XX é acompanhada por uma quebra significativa nas menções de pertença aos organismos cristãos, reflexo das mudanças socioeconómicas e políticas que se faziam sentir na sociedade portuguesa e que agora afetavam mais intensamente o mundo rural.

A quebra e o recuo quantitativo da religião e da Igreja da esfera pública conviveram em paralelo com atitudes de entrega e de plena dedicação, crescentemente minoritárias, e talvez, por isso, ainda mais excecionais em termos de grandeza e de entrega. O testemunho de vida de José Maria Costa é a esse respeito elucidativo da atitude de abandono da atividade profissional estável pela dedicação plena ao trabalho diocesano, muitas vezes mal recebido pelas famílias

«...e contei à minha maneira, eles não perceberam nada, “Deves estar mas é maluco”, e eu disse “Oh pai, olhe que isto implica deixar o meu trabalho, e ir trabalhar para Braga”, “Nem penses” disse ele “Nem penses”, “Mas olhe que eu vou fazê-lo” e fiz mesmo. A minha mãe foi sempre muito mais benevolente, mas o meu pai não compreendia e na altura foi muito mau comigo. Tive que me despedir da empresa onde trabalhava e depois, em março, comecei a [trabalhar] a tempo inteiro. Mas foram muito difíceis aqueles primeiros meses ..., quase que nem podia ir a casa ... Entretanto, tive que resolver a questão do trabalho, porque eu queria os direitos todos da fábrica e não queria sair sem nada. Era, na altura guarda-livros, era assim que se chamava a profissão, hoje chama-se gestor, e eu disse ao meu patrão “Olhe eu vou trabalhar para a igreja diocesana”, “mas tens que trabalhar pelo menos dois meses”, e então foi assim... os meus pais precisavam do meu salário para viver... e vim para Braga».¹⁹⁶

A pertença ao movimento da ACP não era necessariamente estática e permanente. Era moldada pela experiência e o curso de vida.

Veja-se o exemplo fortemente significativo da relação que alguns dos organismos da ACP tiveram com a guerra colonial:

«...havia aqui um problema grande, o pessoal que chegava aos 18/19 anos tinha que ir para a tropa, e ao ir para a tropa implicava ir depois para o

¹⁹⁶ Entrevista ao Diácono José Maria Carneiro da Costa, no dia 29-03-2017, em Vila Nova de Famalicão.

ultramar, para a guerra do ultramar, nós a maioria, não eram todos, mas a grande maioria, estávamos contra a guerra colonial, porque sabíamos que estávamos a lutar contra irmãos, contra pessoas que já lá estavam, e que nós portugueses fomos ocupar o espaço deles. Mas isto não era muito bem entendido por todos, porque o regime fazia passar uma outra versão, chamava-lhes terroristas, e havia famílias que também lhes chamavam terroristas... Muitos dos nossos companheiros morreram lá, foram abatidos... Portanto, nos grupos fazíamos depois um trabalho muito interessante com os nossos colegas que iam para o ultramar. O governo de então para facilitar a correspondência criou os chamados aerogramas, que eram uma folha A4 que se destinava a ser dobrada. Depois punha-se por fora o endereço e aquilo colava e ia assim. Muitos mandavam respondiam e colocavam fotografias. E nunca me esqueço do que fazíamos com as fotografias. Eram colocadas, dentro da igreja, em dois placares com os [respetivos] nomes dos militares de Ribeirão. Alguns não eram da JOC, mas todos os jovens que tinham ido para a guerra, tinham as fotografias expostas. No fim das missas as pessoas iam ver onde é que estava o Manuel, onde é que estava o Joaquim... Nós conseguimos mais informação do que a própria família. Também sempre que regressava algum eram lançados foguetes... ele regressou e regressou são e salvo».197

As fichas de inscrição oferecem-nos cenários múltiplos sobre os motivos de saída. O leque é de facto vasto. Desde a desistência ao movimento (que regista 887 ocorrências), passando pelo falecimento (443 ocorrências) ou pela mudança de freguesia (46 casos). Razões de natureza pessoal são também apontadas como a falta de saúde que não permitia a observância dos preceitos do movimento. Ou ainda o não cumprimento das regras (pagamento da cota, participação nas reuniões; 21 menções) e o afastamento em relação às diretrizes do movimento. São ainda mencionadas razões de conduta moral que ditam a expulsão do grupo, por intervenção ou não do pároco (9 casos), pois, frequentemente, acumulava as funções de assistente espiritual. Ou ainda de personalidade marcadamente conflituosa de algumas associadas não adequada à prática de grupo. A emigração figura, por sua vez, de forma expressiva, em particular a partir dos

¹⁹⁷ Entrevista ao Diácono José Maria Carneiro da Costa, no dia 29-03-2017, em Vila Nova de Famalicão.

anos 60, sinal dos tempos. O ingresso na vida religiosa é também registado, em 10 casos. (Ver Tabela 10)

Motivos das saídas da LACF (1935 - 1974)									
	1935/39	1940/44	1945/49	1950/54	1955/59	1960/64	1965/69	1970/74	Total
Desistiu	0	4	104	203	293	283	0	0	887
Extinção do grupo	0	0	0	1	0	3	7	2	13
Falecimento	0	5	99	63	81	83	69	43	443
Falta de conduta	0	0	3	1	4	0	1	0	9
Falta de Pagamento	0	1	9	4	4	0	0	1	19
Falta de Saúde	0	0	0	2	3	0	0	0	5
Foi para religiosa	0	0	1	1	3	5	0	0	10
Mudou de Freguesia	0	0	13	17	8	5	1	2	46
Mudou de País	0	0	4	10	13	15	8	4	54
Não vai as reuniões	1	0	0	1	0	0	0	0	2
Por não lhe darem o Emblema	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Por não lhe darem o Jornal que tinha pago	0	0	0	0	0	1	0	0	1
Trocou de movimento	0	0	0	0	1	1	0	0	2
Foi para missionária	0	0	0	1	0	0	0	0	1
Total	1	10	233	304	411	396	86	52	1493

Tabela 10: Motivos das saídas - LACF - 1935 a 1974.¹⁹⁸

Importa, porém, sublinhar que mais importante que a quantificação dos motivos de abandono registados, é atender à sua dimensão qualitativa. Estes exprimem e projetam a vida individual, fazendo ressoar o tempo histórico. Em simultâneo sugerem a diversidade de experiências que se abriram a estas mulheres, militantes da ACP. Algumas delas que encontraram no movimento, a força para mudar a vida, ditada por decisão pessoal e sobretudo pelo desejo de

¹⁹⁸ Dados recolhidos das fichas de associadas, presentes no arquivo da sede da LOCF e LACF de Braga.

afirmação da autonomia individual, contrariando as figuras de autoridade e as expectativas de vidas por dominantes.

«e foi-se para Lisboa..., tirámos fotografias..., foi uma festa muito bonita... depois, no altar o senhor padre perguntou assim à Irmã Palmira: “E então como é que nasceu essa vocação religiosa?” e ela disse: “Foi através da JOC que eu descobri a minha vocação, através dos retiros e de outras experiências”. Muitas pessoas ainda hoje não descobrem a sua vocação porque não têm quem as ajude... normalmente, sai-se da escola e casa-se, pronto. Ora naquele tempo ou se era solteira, ou se casava ou se ia para religiosa. Já lá está há 50 anos. E foi através da JOC. E eu sei como foi. Tínhamos feito um encontro em Bente, com as Jocistas de Bente sobre a descoberta da vocação. Passados uns dias, vínhamos umas poucas da fábrica do Teles e íamos para a Escola Comercial, em Santo Tirso, à noite, e ela ficou para trás a falar comigo, e ela disse-me: “Oh Judite, o Padre não pode saber, mas eu quero ir para freira, vou para religiosa, mas que o padre Zé não saiba.” Chegou o mês de outubro e ela era responsável da pré JOC e eu tinha que dizer ao padre que ela não ia ficar e disse ao padre “Olhe que a Palmira não está com muita vontade de ficar” e ele “Porque? A Palmira não fica responsável?”, “Não, não fica”, disse eu, e ele disse “Ela não vai ficar?”, “A Palmira vai para freira?”, “Não sei senhor Padre, não sei”. [A Palmira] fazia muita meditação na igreja, mas o padre influenciava tudo a ir para feira. Por isso ela não queria que ele soubesse para ser ela a decidir sozinha. Tinha medo que ele comesse a dizer vai para aqui, vai para ali, e depois ela julgasse que ia por ele. Portanto só quando ela decidiu “Eu vou” é que depois falou ao padre. Ela tinha medo da influência dele e que pensasse depois assim: “eu vim porque ele me meteu na cabeça”, como foi com a Irmã Jacinta em que ele a influenciou a ir para lá...».¹⁹⁹

¹⁹⁹ Entrevista a Judite Ribeiro, no dia 24-02-2017, em Sequeirô (Arciprestado de Vila Nova de Famalicão).

CONCLUSÃO

A fechar gostaria de destacar três dimensões que se apresentaram particularmente significativas do percurso de investigação que realizei no âmbito do Mestrado em História. A possibilidade de escolher um tema de estudo que a par da sua pertinência historiográfica foi ditado por fortes motivações pessoais.

A experiência de investigação constitui um espaço de aprendizagem privilegiado tanto ao nível das metodologias de trabalho como de estudo e de problematização que me permitiram desenvolver competências múltiplas de pesquisa. O contacto com fontes diversas (escritas e orais) obrigou-me a dinamizar metodologias de análise documental crítica e igualmente a confrontar-me com o universo da análise quantitativa, o que constitui um autêntico desafio para alguém que tinha estado até agora familiarizado sobretudo com o universo da imagem e do grafismo.

A inserção na história do século XX português constitui porventura o desafio maior e que me obrigou a cruzar escalas de análise múltiplas. Estas desenharam-se através das interações entretecidas entre as diretrizes nacionais do movimento da Ação Católica Portuguesa, a esfera diocesana e a dimensão paroquial-local, no contexto das conjunturas diversas que atravessam a história do País, entre os anos 30 e os inícios da década de 70, do século XX. Avançar, em suma, na compreensão histórica das relações entre as estruturas políticas, sociais e económicas, matérias desenvolvidas no âmbito dos capítulos 1 e 2 deste trabalho. E em particular, das afinidades e diferenças entre o religioso e o político.

A ênfase atribuída ao estudo das dinâmicas de base das mulheres católicas e trabalhadoras, no âmbito dos organismos especializados da ACP, concretamente da LACF e da LOCF – Liga Operária Católica Feminina e Liga Agrícola Católica Feminina – possibilitaram a entrada na problemática dos estudos de género e nos espaços de intervenção da mulher na família, no trabalho e no campo social. Traduzem-se assim num contributo histórico sobre o estudo de comunidades rurais, durante o Estado Novo.

FONTES IMPRESSAS

Biblioteca Pública Municipal do Porto

Boletim Oficial da Ação Católica Portuguesa, Número 1 – 406 (1934 – 1972)

Biblioteca Pública de Braga

Boletim de Informação Pastoral, Número 1 – 66 (1959 – 1969)

Anuário Católico de Portugal (1941, 1947, 1968)

Sede da LOC/MTC em Braga

Fichas de associados da LACF (1935 – 1974)

Fichas de associados da LOCF (1935 – 1974)

BIBLIOGRAFIA LIDA E REFERENCIADA

- AA. VV. A Igreja no Mundo Operário. Contributos para a História da Liga Católica e da Liga Operária Católica Feminina (1936-1974). Coimbra, Gráfica de Coimbra, 2002.
- Almeida, Joao Miguel. *A oposição católica ao Estado Novo 1958 – 1974*. Edições Nelson de Matos, 2008.
- Almeida, João Miguel. “A Política por Catolicismo” e o Catolicismo Social de Joaquim Dinis da Fonseca in António Matos Ferreira e João Miguel Almeida (coord.), *Religião e Cidadania. Protagonistas, Motivações e Dinâmicas Sociais no Contexto Ibérico*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa, 2011, 255-269
- Almeida, João Miguel. «As correntes do movimento católico na época contemporânea». *Lusitania Sacra*, 2ª Serie, vol.21 (2009): 283-293.
- Anjos, Anselmo Esteves dos. «O Padre Abel Varzim e o Sacerdócio Ministerial no contexto da “Procissão dos passos – Uma vivência no Bairro Alto”». Dissertação de Mestrado, Porto, Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa, 2014.
- Ariés, Philippe e Georges Duby (coord.), *História da Vida Privada, Vol. V, Da Primeira Guerra Mundial aos Nossos Dias*. Porto: Edições Afrontamento, 1991.
- Barreto, José Manuel Taborda. «A formação das centrais sindicais e do sindicalismo contemporâneo em Portugal 1968-1990». Dissertação apresentada à prova de acesso à categoria de investigador auxiliar, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1991.

http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/10260/1/ICS_JBarreto_Formacao_Dissertacao_1991.pdf

- Barreto, José. «Comunistas, católicos e os sindicatos sob Salazar». *Análise Social*, XXIX (1994): 287-317.
- Barreto, José. «Fernando Pessoa, o Estado Novo e a Igreja Católica». Em *A Igreja e o Estado em Portugal - Da primeira República ao limiar do Século XXI*, Actas dos Encontros de Outono 21-22 de Novembro de 2003, Cadernos Museu Bernardino Machado n. 7, (Vila Nova de Famalicão: editora ausência, 2004): 157-170.
- Blanes, Ruy. «Biografias proféticas». Em *Quem faz a História – ensaios sobre o Portugal contemporâneo*, org. José Neves. Lisboa: Tinta da china.
- Borges, Porfírio Henrique Campos. *Liga Operária Católica L.O.C. Porto, Apontamentos para a sua história, 50º aniversário 1937-1987*. Porto: Edições Operário-Cristãs, Janeiro 1988.
- Candeias, António. «Movimento operário português e educação (1900-1926)» em *Análise Psicológica*, II (1), 39-60. Lisboa: edições 70, 1981.
- Cardina, Miguel. «Subjetividade e fontes orais na escrita da história». Em *Quem faz a História – ensaios sobre o Portugal contemporâneo*, org. José Neves. Lisboa: Tinta da china.
- Catroga, Fernando. «O laicismo e a questão religiosa em Portugal (1865-1911)», *Análise Social*, vol. XXIV (100), 1988 (1º), 211-273.
- Catroga, Fernando. *O Republicanismo em Portugal. Da formação ao 5 de Outubro de 1910*. Casa das Letras, 2010 (nova edição).
- Costa, Américo Fernando da Silva. *Associativismo, mutualismo e movimento operário em Guimarães nas primeiras décadas do século XX*, arquivo da sociedade Martins Sarmiento.
- Cruz, Manuel Braga da. *Estado Novo e a igreja católica*. Lisboa: Bizâncio, 1998.
- Cruz, Manuel Braga da. *O movimento dos círculos católicos de operários: primeira expressão em Portugal do sindicalismo católico*. Lisboa: Inst. Democracia e Liberdade, abril/setembro 1987, 39-5.
- Cruz, Manuel Braga da. “Os católicos e a política nos finais do século XIX”, *Análise Social*, vol. XVI (61-62), 1980 – 1º - 2º, 259-270.
- Domezi, Maria Cecília. *Mulheres do Concílio Vaticano II*. São Paulo: Paulus, 2016. Coleção Marco Conciliar.
- Duarte, Sandra, «A imprensa católica durante o Estado Novo: o caso da Voz do Trabalho (1953-1974)», In: *Estudos do Século XX*, n.º 7 (2007), 255-269.

- Duarte, Sandra. «A Liga Operária Católica: em defesa da concepção corporativa da doutrina social da Igreja (1949-1974)». *Lusitania Sacra*, 2ª série, 19–20, (2007-2008):198-199.
- Estevão, Nuno. «O Catolicismo Português e a Guerra Colonial: Legitimação e contestação». Em *A Igreja e o Estado em Portugal - Da primeira República ao limiar do Século XXI*, Actas dos Encontros de Outono 21-22 de Novembro de 2003, Cadernos Museu Bernardino Machado n. 7, (Vila Nova de Famalicão: editora ausência, 2004): 171-184.
- Ferreira, António M. *Um católico militante diante da crise nacional: Manuel Isaías Abúndio da Silva (1874-1914)*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa, 2007.
- Ferreira, António M. «Repercussões do Ultimatum no meio católico: notas acerca do nacionalismo católico», *Lusitania Sacra*, 1 (1994): 31 – 45.
- Ferreira, Fátima Moura. «A Igreja Bracarense na I República. Do Projecto à Implementação do Programa Laicizador: o anúncio da Questão religiosa», in José Viriato Capela; Henrique Barreto Nunes (coords.). *Braga, Roteiros Republicanos*. Comissão Nacional Para As Comemorações do Centenário da República (2010): 72-87.
- Ferreira, Fátima Moura. O casamento civil e o divórcio 1865-1910. Debates e representações. Universidade do Minho. Tese de Mestrado, 1993.
<https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/23535/1/tese%20mestrado.pdf>
- Ferreira, Fátima Moura e Natália Pereira. «Propaganda e corporativização no terreno: Braga anos 30 e 40», in Fátima Moura Ferreira, Francisco Azevedo Mendes e Natália Pereira. *A Conquista Social do Território. Arquitetura e Corporativismo no Estado Novo Português*. Coimbra: Edições Tenacitas (2016): 13-38.
- Formosinho, Sebastião J. «O papel da fé na formação do conhecimento científico. A humanização da ciência no pensamento do Cardeal Cerejeira». Em *A Igreja e o Estado em Portugal - Da primeira República ao limiar do Século XXI*, Actas dos Encontros de Outono 21-22 de Novembro de 2003, Cadernos Museu Bernardino Machado n. 7, (Vila Nova de Famalicão: editora ausência, 2004): 235-260.
- Fonseca, Carlos da. *História do movimento operário e das ideias socialistas em Portugal*, volume III, O operariado e a Igreja militante. Lisboa: Publicações Europa-América [s.d.].
- Fontes, Paulo. «A Acção Católica Portuguesa (1933-1974) e a presença da Igreja na Sociedade». *Lusitania Sacra*, 2ª Serie, vol.6 (1994): 61-100
- Fontes, Paulo. «A institucionalização da Acção Católica Portuguesa e a festa de cristo-rei». *Lusitania Sacra*, 2ª Serie, vol.19-20 (2007-2008): 171-193

- Fontes, Paulo. *Elites Católicas em Portugal: o papel da Acção Católica (1940-1961)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.
- Ghiglione, Rodolphe e Benjamin Matalon. *O Inquérito – Teoria e Prática*. Oeiras: Celta, 1993.
- Gonçalves, Eduardo C. Cordeiro. «Mutualismo ou tentativa de sindicalismo católico? A propósito do movimento dos círculos católicos de operários (1898-1910)». *Revista da Faculdade de Letras, HISTÓRIA*, Porto, III Série, vol. 8 (2007): 261-272.
- Gonçalves, Eduardo C. Cordeiro. *O Círculo Católico de Operários do Porto e o catolicismo social em Portugal (1898-1910)*. Porto: C.C.O.P., 1998.
- Gonçalves, Pe. Agostinho Jardim, Pe. José Barbosa Granja, Pe. Horácio Noronha, et al. *A Igreja no Mundo Operário: Contributos para a História da Liga Operária Católica e da Liga Operária Católica Feminina 1936-1974*. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 2002.
- Lucena, Manuel. *A evolução do sistema corporativo português*. Lisboa: Perspectivas e Realidades, 1976.
- Marques, Hélder Miguel. «O movimento sindical durante o Estado Novo: estado actual da investigação». *Revista da Faculdade de Letras, História*, Porto, III Serie, vol.8 (2007): 299-316.
- Marques, Tiago Pires. “O Apostolado da Oração e a Socialização Religiosa das Camadas Populares”, in António Matos Ferreira e João Miguel Almeida (coord.), *Religião e Cidadania. Protagonistas, Motivações e Dinâmicas sociais no Contexto Ibérico*. Lisboa: Centro de Estudos de Historia Religiosa, 2011, 455-467.
- Mattoso, José (coord.). *História da Vida Privada em Portugal, Volume III, A Época Contemporânea*. Lisboa, Temas e Debates, 2011.
- Maurício, Carlos. «Da ilusão biográfica” às novas biografias». Em *Quem faz a História – ensaios sobre o Portugal contemporâneo*, org. José Neves. Lisboa: Tinta da china.
- Mineiro, João. «Experiências Coletivas, Solidariedades e Identidades: o caso do movimento operário da Covilhã». *Revista online do Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior*. 139-151.
- Moura, Maria Lúcia de Brito. *A Guerra Religiosa na Primeira República*. Crenças e mitos num tempo de utopias, Lisboa: Editorial Notícias, 2004 (reimpressão)
- Neto, Vítor. «A questão religiosa na Primeira República portuguesa» in Alda Mourão, Angela de Castro Gomes (coord.), *A Experiência da Primeira República no Brasil e em Portugal*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2014, 37-157

- Neto, Vítor. «O Estado e a Igreja na 1ª República». Em *A Igreja e o Estado em Portugal - Da primeira República ao limiar do Século XXI*, Actas dos Encontros de Outono 21-22 de Novembro de 2003, Cadernos Museu Bernardino Machado n. 7, (Vila Nova de Famalicão: editora ausência, 2004): 15-28.
- Neto, Vítor. *Estado, a Igreja e a Sociedade em Portugal (1832-1911)*. Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1998.
- Neto, Vítor. *O estado, a igreja e a sociedade em Portugal: 1832-1911*. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1998.
- Patriarca, Fátima. *A questão social no Salazarismo: 1930-1947*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1995.
- Pereira, Gustavo Zuquette. «Movimento Operário Católico: a inversão da escala como possibilidade de análise». Em *Conhecimento histórico e diálogo social*, XXVII Simpósio Nacional de História (2013).
- Pinho, Arnaldo de. «D. António Ferreira Gomes e o Cardeal Manuel Gonçalves Cerejeira, dois caminhos para o catolicismo português no século XX». Em *A Igreja e o Estado em Portugal - Da primeira República ao limiar do Século XXI*, Actas dos Encontros de Outono 21-22 de Novembro de 2003, Cadernos Museu Bernardino Machado n. 7, (Vila Nova de Famalicão: editora ausência, 2004): 223-234.
- Pinto, Sérgio Ribeiro. “A Igreja numa das suas metamorfoses” Questões em torno do Percurso de Manuel Ribeiro (1878-1941), in António Matos Ferreira e João Miguel Almeida (coord.), *Religião e Cidadania. Protagonistas, Motivações e Dinâmicas Sociais no Contexto Ibérico*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa, 2011, 237-254
- Rezola, Maria Inácia. «Breve panorama da situação da igreja e da religião católica em Portugal (1930-1960)». Em *Nova história de Portugal. Vol. 12: O Estado Novo (1930-1960)*, coord. Fernando Rosas, 222-255. Lisboa: Presença, 1992.
- Revez, Jorge. *Os «Vencidos do Catolicismo» - Militância e atitudes críticas (1958-1974)*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa (CEHR), Faculdade de Teologia, Universidade Católica Portuguesa, 2009.
- Rezola, Maria Inácia. «Católicos, operários e sindicatos». *Lusitania Sacra*, 2ª Serie, vol.6 (1994): 101-127.
- Rezola, Maria Inácia, *O sindicalismo católico no Estado Novo: 1931-1948*. Lisboa: Editorial Estampa, 1999.

- Rezola, Maria Inácia. «O Sindicalismo Católico no Estado Novo». Em *A Igreja e o Estado em Portugal - Da primeira República ao limiar do Século XXI*, Actas dos Encontros de Outono 21-22 de Novembro de 2003, Cadernos Museu Bernardino Machado n. 7, (Vila Nova de Famalicão: editora ausência, 2004): 131-156.
- Riegelhaupt, Joyce Firstenberg. «Os camponeses e a política no Portugal de Salazar – o Estado Corporativo e o “apoliticismo” nas aldeias». *Análise Social*, vol XV (59), 3º (1979): 505-523.
- Rocha, Acílio da Silva Estanqueiro. «Religião, Ética e Política». Em *A Igreja e o Estado em Portugal - Da primeira República ao limiar do Século XXI*, Actas dos Encontros de Outono 21-22 de Novembro de 2003, Cadernos Museu Bernardino Machado n. 7, (Vila Nova de Famalicão: editora ausência, 2004): 277-286.
- Rosas, Fernando. «O salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo». *Análise Social*, XXXV, nº 157 (2001): 1031-1054.
- Rosas, Fernando. *Salazar e o Poder - A arte de saber durar*. Lisboa: Edições Tinta-da-china, 2012.
- Silva, Augusto da. «Continuidade e inovação na doutrina social da Igreja». *Análise Social*, vol XXVIII (123-124), 4º-5º (1993): 775-786.
- Simpson, Duncan. «A Igreja Católica e o Estado Novo de Salazar». *Revista de História*, Juiz de Fora, vol.18, nº1 (2012): 89-110.
- Simpson, Duncan. *A Igreja Católica e o Estado Novo*. Lisboa: Edições Almedina, 2014.
- Torgal, Luís Reis. «Igreja e Estado no Regime de Salazar entre a "Separação", a "Concordata" e a Polémica». Em *A Igreja e o Estado em Portugal - Da primeira República ao limiar do Século XXI*, Actas dos Encontros de Outono 21-22 de Novembro de 2003, Cadernos Museu Bernardino Machado n. 7, (Vila Nova de Famalicão: editora ausência, 2004): 67-94.
- Volovitch, Marie-Chistine. «As organizações católicas perante o movimento operário em Portugal (1900-12)». *Análise Social*, XVIII (72-73-74), (1982) – 3º-4º-5º: 1197-1210.

WEBGRAFIA

- «A comuna». Quarta-feira, 14 de maio de 1919, número 5, página 1.
http://purl.pt/24153/4/1833208_PDF/1833208_PDF_24-C-R0150/1833208_0000_1-4_t24-C-R0150.pdf, s/d.
- Apostolado da Oração*. «Apostolado da Oração», <http://www.apostoladodaoracao.pt/apostolado-da-oracao/>, s/d.

Apostolado da Oração. «História», <http://www.apostoladodaoracao.pt/quem-somos-2/historia/>, s/d.

A Santa Sé. «Mensagem do Papa Paulo VI na conclusão do Concílio Vaticano II às Mulheres», Paulo VI, Discursos, 1965, https://w2.vatican.va/content/paulo-vi/pt/speeches/1965/documents/hf_p-vi_spe_19651208_epilogo-concilio-donne.html, s/d.

«*Carta do Bispo do Porto a Salazar, 13 de Julho de 1958*» em *Pró-memória D. António Ferreira Gomes*, Fundação SPES <http://www.fspes.pt/PaginadaNet/CartaaSalazar.pdf>

«*Constituição de 1911*». Ver em: <http://www.parlamento.pt/Parlamento/Documents/CRP-1911.pdf>, s/d.

INE (Instituto Nacional de Estatística). «X Recenseamento Geral da População no Continente e Ilhas Adjacentes – Prédios e fogos, população – Dados retrospectivos (Distritos, Concelhos e Freguesias)» (Portugal, TOMO I, vol. 1º, 1950), https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_pesquisa&frm_acciao=PESQUISAR&frm_show_page_num=1&frm_modos_pesquisa=PESQUISA_AVANCADA&frm_texto=&frm_modos_texto=MODO_TEXTO_ALL&frm_data_ini=01-01-1950&frm_data_fim=01-01-1971&frm_tema=QUALQUER_TEMA&frm_imgPesquisar.x=0&frm_imgPesquisar.y=0, s/d.

INE (Instituto Nacional de Estatística). «IX Recenseamento Geral da População no Continente e Ilhas Adjacentes – População residente e presente, famílias, casais, mulheres casadas, convivências, estrangeiros, cegos, surdos-mudos e órfãos», Tipografia Portuguesa Lda, (Lisboa, Portugal, TOMO I, vol. 1º, 1962), https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_pesquisa&frm_acciao=PESQUISAR&frm_show_page_num=1&frm_modos_pesquisa=PESQUISA_AVANCADA&frm_texto=&frm_modos_texto=MODO_TEXTO_ALL&frm_data_ini=01-01-1950&frm_data_fim=01-01-1971&frm_tema=QUALQUER_TEMA&frm_imgPesquisar.x=0&frm_imgPesquisar.y=0, s/d.

ENTREVISTAS

Entrevista a Judite Ribeiro, no dia 24-02-2017, em Sequeirô (Arciprestado de Vila Nova de Famalicão). A Judite Ribeiro nasceu a 18-10-1933 em Sequeirô/Santo Tirso, é filha única de mãe solteira, foi Jocista entre 1943/1945 na freguesia da Lama/Santo Tirso e é atualmente Locista na freguesia de Sequeirô.

Entrevista ao Diácono José Maria Carneiro da Costa, no dia 29-03-2017, em Vila Nova de Famalicão. O Diácono José Maria nasceu a 03-04-1954 em Fradelos/Vila Nova de Famalicão, é o mais velho de 6 irmãos, entrou para a pré-JOC em 1966, em 1972 entra para a direção diocesana da JOC e em 1974 é nomeado presidente diocesano.

Entrevista ao Padre Avelino Vieira Cardoso, no dia 03-04-2017, em Ronfe (Arciprestado de Vila Nova de Famalicão). O Padre Avelino Vieira Cardoso nasceu em 1931, no seio de uma família de operários, sendo o mais novo de 4 irmãos. Iniciou a vida sacerdotal em 1957 como professor na D. Diogo de Sousa em Braga, em 1961 começou a trabalhar na Ação Católica a nível diocesano, na década de 60 trabalhou cerca de 3 anos com emigrantes em França na Ação Católica e em 1967 fez uma peregrinação a Lourdes/França onde conheceu pessoalmente o Sr. Cardijn.

APÊNDICE 01 –DECLARAÇÃO PARA A REPRODUÇÃO DAS ENTREVISTAS



Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais
Departamento de História

Declaração

A presente entrevista tem por fim a recolha de testemunhos no âmbito do projeto de dissertação do Mestrado em História, da Universidade do Minho, da mestranda Carina Raquel Gomes Ferreira, PG30737 intitulado, “Os movimentos sociais católicos em Braga nos anos 50 a 70: a Liga Operária Católica”, orientado pela Professora Doutora Fátima Moura Ferreira. Neste sentido visa exclusivamente fins e objetivos de estudo, pautados pelas normas de produção do conhecimento académico.

A investigadora compromete-se a entregar uma versão transcrita da entrevista ao entrevistado e a eliminar as partes que o entrevistado assim o entender.

Universidade do Minho, 22 de fevereiro de 2017

Fátima Moura Ferreira

Professora Doutora Fátima Moura Ferreira

Departamento de História da Universidade do Minho

Carina Raquel Gomes Ferreira

Carina Raquel Gomes Ferreira

APÊNDICE 02 – GUIÃO PARA AS ENTREVISTAS

Pré-introdução – O início da entrevista é marcado por questões que tem como função proporcionar empatia, confiança e à-vontade.

1. Então como está hoje?
2. O seu dia está a correr bem?
3. Já visitou as suas rosas hoje? Qual é a sua preferida? Como nasceu essa paixão pelas rosas? Já tinha rosas em casa quando era criança?
4. ... (de acordo com o momento)

Introdução – Questões relacionadas com o “eu”, que pretendem revelar um pouco da sua história pessoal.

1. Viveu sempre em Requião?
2. Como foi ser filho único? (O que faziam os pais? Estudaram?)
3. Foi muito novo para o seminário. Como foi a decisão de ir para lá? (De quem foi a decisão e porque)
2 e 3 – Revelação da origem social
4. Gostou de andar no seminário? Qual era a sua matéria preferida? (Indicação dos seus gostos e dessa forma alguma evidência da sua vocação)
5. O que queria ser quando era criança? Chegou a seguir essa profissão?
6. Que profissões teve?
7. Sei que foi diácono. Já estava a preparar-se para ser padre nessa altura?
8. Alguém o incentivou a seguir o caminho de padre? (Se sim - quem? Se não – como chegou a essa decisão)
9. Onde começou a trabalhar? Veio logo para Requião?
10. ... (questões em aberto)

Desenvolvimento – Aos poucos e conforme o decorrer da conversa vamos introduzir o nosso tema “LOC – Liga Operária Católica” – Esquema Hierárquico: figura1.

1. Como cristão, já tinha conhecimento dos movimentos católicos? (Que idade tinha?)
2. Quais os movimentos que conhece?
3. Que idade tinha quando teve o seu primeiro contacto com os movimentos? Qual foi esse movimento?
4. Como foi a decisão de dirigir um movimento? Alguém lhe pediu ou foi por sua vontade?
5. Tinha superiores? Quem?
6. Lembra-se de onde era o primeiro grupo que dirigiu? Era composto por quantas pessoas? Todas trabalhavam? (Em que ano foi?)
7. Era fácil chamar membros para o grupo? As pessoas vinham de livre vontade? Chegavam ao grupo através de quem? (do padre, de amigos...)
8. Onde eram realizadas as reuniões?
9. Atualmente já assisti a algumas reuniões da LOC, sei que falam de casos concretos de situações que acontecem no trabalho e sempre com o lema “Ver – Julgar – Agir”. No tempo em que era dirigente como funcionavam as reuniões? Existia algum guião que tinha que ser cumprido?
10. Alguma vez puseram em prática o “Agir”? Em que atividades participou?
11. Lembra-se de qual foi o grupo mais ativo que teve?
12. Houve algum tema que o deixou mais sensibilizado?
13. Já falamos um pouco das pessoas que simpatizavam com o movimento. Mas e o contrário? Certamente havia quem não gostasse dos movimentos. Alguma vez alguém o condenou a si ou ao seu grupo? Quem?

Conclusão – Passamos agora para as questões finais e mais específicas.

1. Na década de 50/60, lembra-se qual era a situação da LOC? (sabemos que começou a perder a sua força)
2. Quais as figuras que acha que foram as mais importantes para o movimento na altura? Porque, o que fizeram?
3. Como considera que foi a relação da LOC com o Estado? E com a própria igreja, uma vez que existiam membros do clero que eram contra os movimentos?

4. E as notícias sobre os movimentos? Como chegavam até si?
5. Quando decidiu sair do movimento? Foi pela dificuldade em formar grupos?
6. Durante o período de revolução e de mudança, as pessoas deixaram de frequentar a igreja ou antes pelo contrário?
7. Como encara os operários? E os patrões?
8. Quais as suas preocupações?

Despedida – Um Obrigado pelo tempo que disponibilizou e um até breve, pois o contacto não se perderá.

APÊNDICE 03 – ENTREVISTAS

Judite Ribeiro

24.02.2017 – Sequeirô (Arciprestado de Vila Nova de Famalicão)

Data de nascimento: 18.10.1933



Conversa de circunstância

Quando é que teve conhecimento da existência da LOC?

Ui, desde os 12 anos. Dos 12, comecei na JOC. Era uma professora que vinha para Sequeirô, ai antes dos 12, talvez para ai com 10. Eu ia para a escola para Landim e vinha uma professora de Ruivães que se chamava Dona Irminia e vinha para Sequeirô, vinha de Biciclete e um dia disse-me assim “Olhe tu não queres um jornalzinho que é da JOC que é das Benjaminas” que é das pequeninhas, digo eu assim “Vou pedir a minha mãe”, não tinha dinheiro para pagar, a minha mãe tinha que autorizar, a minha mãe autorizou e eu comecei logo a ficar influenciada pela JOC, eu ainda andava na escola portanto o máximo que podia ser era os 10 anos, que eu fiz a quarta classe em Julho e fazia 11 em outubro, portanto se não foi com 9, com 10 foi. E depois passou-se algum tempo e eu, em Sequeirô não havia JOC, e eu integrei-me na JOC da Lama, na JOC da Lama. Quando era o padre Jacinto, quando veio o padre Monteiro para Sequeirô então formamos em Sequeirô.

Quando é que a LOC veio para Sequeirô?

A LOC, Sequeirô nunca teve LOC. Teve sempre JOC. JOC eram as pequenas as chamadas Benjaminas, e depois as adolescentes e as... e então depois do 25 de Abril isto parou um bocado, parece que acabou..., muito parado por aqui e por acola. Isto nem a LOC conhecia, quando andava na JOC havia a LOC na Lama em Sequeirô nunca houve, porque era assim à medida que casavam ou que chegavam aos 30 anos passavam para a LOC, até aí, ora em Sequeirô começou tarde não

chegou a ter LOC, entretanto passou o 25 de Abril, esteve um bocado parado, dizia-se que era tudo comunistas, etc etc, e aquilo teve um bocado parado. E agora ultimamente, eu sabia que havia noutra sitio, no Porto e noutros lados, depois eu também estive um bocado afastada destas coisas todas porque a doença do meu marido fazia com que eu não me importasse, não..., hoje já estou em vários movimentos, mas na altura cortei-me, foi muitos anos ali, era para ele. E agora aqui à coisa de dois anos estava na Riba Pão com a minha prima e não sei quê ela falou, falou da LOC da Carreira, e digo eu assim “Há LOC na Carreira?”, diz ela “Há, nós somos da LOC” e eu disse “Ai, olha é uma das coisas que eu gostei sempre”, porque, ao outro dia estava aqui a Irminia, com ela, vieram logo a trás de mim, mas eu é que disse que gostava, e aí fiquei integrada agora no fim destes anos todos.

Tinha-me dito que foi secretária na parte de Braga.

Eu fui a presidente daqui, era presidente da JOC, da JOC, nunca fui da LOC, da JOC aqui e fazia parte da direção em Braga, na Rua da Taxa.

Tudo relacionado com a JOC?

Tudo relacionado com a JOC, e não com a LOC. A LOC tinha outra. Nós juntávamos-mos todos também não é porque era outro movimento, mas faz de conta que eram os casados e solteiros, a outra parte eram quase todos casados ou já tinham a LOC, se com 18 ou 20 anos casasse passavam para a LOC se quisessem e ou os que faziam 30 anos, passavam para o outro movimento, que era relacionado com VER, JULGAR E AGIR, a mesma coisa mas era assim separado.

Conheceu alguém que tivesse sido contra, contra o movimento? Alguém que tivesse feito alguma maldade?

Não, não conheci.

Nunca houve intrigas?

Não, não. Era o movimento da JOC, foi um movimento muito bem acolhido por toda a classe operária porque as pessoas antes, a JOC apareceu aí pelos anos 1930/36 mais o menos foi por essa data, não tenho assim agora, mas sei que é nessas datas mais o menos, que foi o senhor Cardijn, não havia movimento a favor dos operários, dos trabalhadores, e então foi o senhor Cardijn da Bélgica que começou, e isso foi uma coisa que se espalhou rapidamente por todo o lado, porque era um movimento a favor dos trabalhadores, porque havia muitas horas de trabalho, havia muitas pessoas que não pagavam, obrigavam-nas a trabalhar muitas horas, não tinham direitos, não tinham... quer dizer foi, por isso foi uma coisa que aderiram muito percebe, era um

movimento que que tudo queria pertencer, e agora a LOC, à muita gente que ainda não se apercebeu porque isto afinal se houvesse um movimento enorme da LOC agora como havia de JOC isto estava tudo muito melhor, porque nós, por exemplo uma das coisas que se combatia quando nós eramos da JOC era os tabus nas fábricas, porque haviam muitos patrões que abusavam das raparigas só que elas coitadas não queriam perder o trabalho e abusavam muito, e havia isso, isso é que foi muito. Muitas bandeiras grandes da JOC, quando o senhor Cardijn veio ao Porto, a primeira vez que ele veio ao porto, não se dava uma volta no Porto era juventude de todos os sítios, e outra vez veio a Lisboa e ia dizer qualquer coisa e agora não me lembro, foram camionetes e camionetes de todo o lado de todo o lado... porque era um movimento a que quase toda a gente queria pertencer a ele, tudo o que era gente nova quase tudo queria pertencer, só se fosse um pai ou uma mãe que fosse muito coisa que não deixasse, de resto tudo pertencia, foi um movimento enorme e por isso não havia...

E como é que as pessoas sabiam da existência do movimento?

Através das paróquias, porque foi o movimento que nasceu e por exemplo começou, suponhamos pela diocese... ou o cardeal ou coisa parecida, e depois isso passou para todos os bispos e depois as dioceses para os párocos, e depois para as paróquias, na altura o padre, o senhor padre Jacinto já era um homem muito doente e então pôs, tinha o movimento Nun' Alvares na Lama e o escutismo em Sequeirô, e depois nasceu também a JOC na Lama, quando o padre Zé chegou aqui como só tinha uma freguesia, foi a primeira coisa que fez, foi logo montar o movimento, portanto foi logo nos padres que falavam uns para os outros e depois falavam à freguesia.

Aonde é que tinham as reuniões normalmente?

Nas freguesias, por exemplo, nós em Sequeirô na altura não havia outro sítio era na sacristia, era na sacristia antiga, ou então no fim do terço na Igreja, depois quando se fez a capela, a casa cá em cima do senhor Abade era no salão do senhor Abade cá em cima, era sempre ali onde fazíamos as reuniões, mas as que estivéssemos na parte que eramos as responsáveis, aí sim nós íamos a muitas reuniões a Braga, a Rua da Taxa que eu digo que era uma casa antiga, mas muito grande, e dormíamos lá, fazíamos lá recintos, como agora vamos ao seminário ou coisa parecida, que fazíamos as reuniões, depois havia aí também os encontros da JOC, por exemplo este ano era em Famalicão, para o ano era em... e agora já depois de muitos anos de ter acabado a JOC, acabado assim, nós fazíamos os encontros, para aí até à dez anos, para aí à dez anos, nós fazíamos os encontros da JOC antiga, das antigas Jocistas, juntávamos-mos, vinham de Lisboa,

umas vezes foi ali em Famalicão, foi na Póvoa, foi em Viana do Castelo, foi em Sande, foi..., e estávamos para fazer aqui em Sequeirô, estávamos com a ideia de vir, também tínhamos condições de se fazer, e estas ultimas que nós fizemos, ainda devo ter para aí aqueles livrinhos que se fazem para aquele dia, ainda devo ter para aí, e então que é que acontece, nós fazíamos, fazíamos por exemplo, era em Famalicão nós saíamos por exemplo dos bombeiros, uma grande manifestação, por lá cima téque téque, principal, eram nos salões paroquiais, em Viana andou-se em muitas ruas, o movimento teve muito, mas depois morreu o Correia de Bairro, pronto, também morreram algumas de Lisboa e assim.

Quantas pessoas é que tinham mais o menos essas reuniões? Antes do 25 de Abril.

Antes do 25 de Abril? Ai, aí umas 60/70.

Tinha essas pessoas todas?

Todas, todas. Ai 60 ou 70. Tínhamos muitas, é o que eu digo tudo o que fosse jovem, por exemplo Sequeirô imagina que tinha raparigas novas, que tinha por exemplo 150, para aí, se fosse 150, para aí 120 eram, pertenciam à JOC.

Era muita gente na mesma sala então?

Mas, eu estou a dizer uma percentagem. Era muita gente, era muita. Agora já as que morreram, agora a gente lembra-se à a fulana a fulana, ainda no outro dia fizemos aqui, a festa à Irmã Palmira, a Irmã Palmira também, que é freira, não deve conhecer, que ela já tá assim há 50 anos que ela é religiosa, é mais porque ela vinha muitas vezes aqui a Sequeirô, ela é irmã do Bouças do Eduardo, ela vinha aí muitas vezes, mas teve uns anos sem vir, que ela também era da JOC como nós e ela foi através da JOC. Foi uma festa muito bonita, muito bonita agora em Dezembro, por acaso eu lembrei-me que fazia 50 anos e ela vinha cá, porque ela tinha estado agora ultimamente, já tinha estado cá, mas ultimamente tinha ido para Timor, e estava para Timor, e ela vinha e eu lembrei-me e disse à sobrinha “Olhe a Irmã Palmira faz 50 anos de religiosa, vai vir cá e faz 50 anos” estavam todos no coro e eu esperei que elas viessem para baixo para eu dizer, mas nisto o senhor Abade saiu para fora, e eu disse “Sabe o que estamos aqui a fazer senhor padre? A Irmã Palmira vem e faz 50 anos este ano de religiosa” e ele “De verdade?” e eu disse “De verdade, senhor Padre, pensamos em fazer-lhe uma festa e é por isso que eu estou aqui para dizer, para ver o que é que se resolve” e assim foi eu tenho aí as fotografias... e então passamos a palavra às outras antigas, olhe tudo apareceu aí, até aquela Alice Carrapata estava na Maia veio, tudo apareceu, foi num sábado e então ela, o senhor Padre trouxe a passadeira de

linho que ele tinha de quando se fez a missa nova dele, e pensou-se, fizemos uma reunião, que é que se havia de lhe fazer de lhe oferecer, e o senhor padre disse “Eu não sei se seria melhor...” e eu disse assim “Oh senhor Padre eu não sei se você vai aceitar ou não o que lhe vou dizer, mas olhe aqui ela quando fez 25 anos de freira, depois veio cá e o que se resolveu dar-lhe foi, ela tinha dito que lá havia muitos pobres e necessidades e então resolveu-se, quem quisesse dar dava o que quisesse e depois ela fazia...”, “Olhe que...”, e eu disse “Olhe que ela na altura, rendeu muito dinheiro e foi na altura que rendeu muito dinheiro, e ela disse: vou, vai ser para fazer uma casinha para um casal que nem casa de colmo tem em Moçambique”, e depois ela levou o dinheiro fez uns anexos, como aqui se faz uns anexos, mandou fazer aqueles anexos e depois mandou para cá, e depois o padre Zé montou e passou ali o filme, e ela estava lá e estava o casal à porta com dois netinhos e disse assim, mostrou a casinha, e disse assim, o senhor disse assim “Nós estamos muito gratos à comunidade de Sequeirô que através da nossa Irmã Palmira mandou-nos, fez-nos esta casinha” e ela disse “Obrigada mami” ela chamava-lhe mami, à mulherzinha e eu disse o senhor padre “Nós vamos fazer...” e assim foi, fizemos um, ao todo foi, tudo o que rendeu na missa foi, rendeu 1700 ou 1800 euros. Rendeu muito dinheiro, só da missa para ela, e depois foi-se a Lisboa, tiramos fotografias, pronto foi uma festa muito bonita, e nós até queríamos fazer um jantar com ela, mas ela tinha que estar aqui poucos dias, e a família também queria, e depois então no altar o senhor padre perguntou assim à Irmã Palmira, “E então como é que nasceu essa vocação religiosa?”, e ela disse “Foi através da JOC, conheci a JOC, depois nós fazíamos retiros, eu descobri a minha vocação, muitas pessoas ainda hoje não descobrem a sua vocação porque não tem quem as ajude, porque normalmente saiu da escola vou casar, pronto, ora naquele tempo ou era solteira ou casava ou ficava religiosa eu fui para religiosa”, já lá está à 50 anos. E foi através da JOC, e foi eu sei que foi, porque fizemos um encontro em Bente com as Jocistas de Bente e era a descoberta da vocação e depois ao outro dia nós vínhamos umas poucas, mas ela ficou para trás a falar comigo, vínhamos o povo da fábrica do Teles que andávamos na escola comercial em Santo Tirso à noite e era ela “Oh Judite não pode o Padre saber, mas eu quero ir para freira, vou para religiosa, mas que o padre Zé não saiba.”, andamos aqui que só eu e ela é que sabíamos, mas depois chegou-se o mês de Outubro e ela era responsável da pré JOC e eu tinha que dizer ao padre que ela que não ia ficar e eu disse ao padre “Olhe que a Palmira não está com muita vontade de ficar” e ele “Porque? A Palmira não fica responsável?”, “Não, não fica”, e ele disse “Não, ela...”, “Ela não vai ficar”, “A Palmira vai para freira?”, “Não sei senhor Padre, não sei”, ela fazia muita meditação na igreja, mas ele influenciava tudo a ir para feira, e ela não queria que ele

soubesse para ser ela sozinha a decidir, tinha medo que ele começasse a dizer vai para aqui, vai para ali, e depois ela julgasse que ia por ele, portanto só quando ela decidiu “Eu vou” é que depois falou e é que lhe disse, porque ela tinha medo da influência dele, que ela depois pensasse assim, eu vim porque ele me meteu na cabeça, já a Irmã Jacinta não foi ele que a influenciou, mas foi ele que a influenciou ela a ir para lá, por exemplo o Padre Zé havia umas poucas de raparigas aqui deficientes e ele gostava de as por numas escolas próprias, era aqui a Gusta, esta aqui deficiente, a Bilinha, a Cina Gorda, a Estela lá de cima de Monte Saltos, a Jacinta a senhora Isulina que tinha dois filhos mudos, um rapaz e uma rapariga mudos também, e ele queria despachar essas crianças para escolas próprias a senhora Isulina deixou os filhos ir, a muda para o Porto e o filho para Lisboa, a tal do Aprisio também a deixou ir, que era das terras dacolá, também deixou ir a filha dela para Vila Nova de Gaia para uma escola a que nós hoje chamamos umas escolas especiais, não foi aqui a Gusta nem a Cina Gorda que os pais diziam “Coitadinhos, ai não, não”... a Irmã a tal Jacinta que era como a Gusta foi para a escola tinha para ai 10 anitos/9, ela parecia que tinha ai 2 ou três, ela chorava em qualquer sitio, erguia a saia na missa para coçar o rabo, pronto era assim, saiu uma mulher que ela quando tinha 20 anos veio embora e o pai pôs la na fabrica mas ela só trabalhou meio dia, ao meio dia veio para fora, chorou, chorou, chorou à beira do pai “Eu quero ir outra vez para o colégio, quero ir para o colégio, quero ir para o colégio”, e foi e foi ali que foi para freira, e esteve, agora já não está, esteve em Braga ali no campo da vinha... e ela foi cozinheira ali para ai 30 anos, cozinheira daquela gente toda, as vezes até o Bispo lá ia comer, deu uma grande mulher, uma grande mulher, se estivesse aqui estava igual à Cina Gorda, ou coisa parecida. A Mila da senhora Isulina teve lá aprendeu a costurar, aprendeu a ser uma mulher, deu uma mulher que ainda hoje, tem um bom dinheiro, uma boa casa, carro e tudo, despachou-se na vida muda, e o irmão igual, depois o irmão foi para França e casou com uma Francesa, mas pronto um homem igual a qualquer outro não fez diferença apesar de serem mudos. Os que não foram estão aí desgraçadinhos, portanto eu se tivesse um filho deficiente, uma vez a senhora... disse-me uma vez a chorar, diz ela “Chorei tanto, tanto, tanto, no Porto na estação de Campanha porque veio um senhor de Lisboa buscar o rapaz ali ao Porto, porque havia uma escola de rapazes em Lisboa e uma de meninas no Porto, e o meu filho com 7 aninhos, entregamos aquele senhor que não sabíamos quem era, mas que já se tinha identificado, pronto, foram para aí uns 10, nós choramos toda a semana e o meu homem disse: nem que eu coma pão e caldo, sábado vou a Lisboa ver onde ele está”, diz ela “Chegou lá, andava no recreio a brincar, a jogar bola com outros, já veio, descansado”, viu que o miúdo estava bem, ele acabou o

curso dele, foi pintor de carros, foi para França ganhou muito bem, estava na Godier, está bem na vida e tem três filhas, casou com uma muda e tem três filhas e nenhuma é muda. E, portanto, era assim que se passava de umas para as outras.

Qual foi o tema que mais a sensibilizou nas reuniões?

Normalmente, naquele tempo que era, naqueles tempos mais difíceis eram aqueles que mexiam com as raparigas, que normalmente havia muitos patrões e muitos que abusavam das raparigas pela necessidade que elas tinham de trabalhar.

Conheceu algum caso desses?

Ai se eu fosse a contar os casos, muitos. Pelo menos, [em algumas fábricas] era uma desgraça. Eu e a Micas, quando tivemos muitos casos por causa [de uma fábrica]. Tivemos um caso [dessa fábrica], que era mais a Micas que trabalhava lá, a Micas andava em cima do [patrão] como um cão, e então um dia o [patrão] tinha uma rapariga que era caseira, e ele pronto tinha a rapariga de volta dele, pôs lá no escritório, mas a rapariga não gostava dele nem queria o homem, e andava revoltada, e depois havia aqui [...] e veio um rapaz do Porto para aqui e começou a gostar da rapariga e dizia se ela quisesse, mas tinha era de não vir [cá], deixa-lo, deixar o [patrão] e casar com ele, e a rapariga queria, mas a mãe não queria porque a mãe dela, ele dava-lhe bastante dinheiro a mãe, ela já tinha telefone naquele tempo, ninguém tinha, e pronto, havia 17 telefones [por cá] nesse tempo e ela já tinha telefone, o [patrão] deu, e depois, mas a rapariga gostava do outro moço e queria sair de casa, a coisa dela era sair de casa, por causa dos pais, e depois eu e a Micas arranjam um Padre das Caldinhas que que tinha uma irmã que era a superiora do hospital de Fafe e ficou, combinamos e ela em vez de vir para baixo às nove horas para o escritório, veio para a estação e ela desapareceu [daqui], ninguém sabia da rapariga só nós, eu e a Micas, ela foi para Fafe. O [patrão] levantava aquilo tudo, chamava a Micas, que ele desconfiava da Micas, e dizia “Tu sabes dela, és tu que sabes dela...”, e ela “Não sei senhor [patrão], eu não sei, o senhor faz cada uma, eu agora é que sei dela? Eu não sei.”, porque ele sabia que ela é que descobria aquelas histórias e pronto, e então tratou-se dos papeis de casamento, não fui eu que meti, nem os pais dela souberam, ela casou-se, e foi morar para o Porto e depois mandou uma, fez no notário um documento no notário, e entregou, veio [cá] para a guarda, a guarda ainda era cá em baixo, veio para ali, e foi ao tribunal e do tribunal foi a casa dos pais dela e levantou tudo o que era dela para dar a essa instituição que eu disse que era as crianças abandonadas, tudo o que era dela, de repente chegou um senhor do tribunal com a guarda lá a casa dos pais “O quarto da sua filha?”, tudo o que ela tinha, porque ela tinha muitas

coisas boas que o [patrão] tinha dado, lhe tinha dado, mas ela não quis, nem o rapaz queria nada, ela não levou nada, nada, nada, foi tudo para essa instituição para ali... e eram essas as histórias.

Em que ano foi mais o menos essa história da rapariga?

Ai, sei lá, já vai para aí à 50 anos.

Na altura como era a relação dos grupos com o estado?

O estado nunca meteu nariz na JOC, nunca meteu nariz na JOC. Que eu saiba, que eu visse. Imagine era milhares e milhares em Lisboa, milhares e milhares no Porto, por todo o lado, porque era uma coisa muito da igreja e o estado era muito da igreja porque o Salazar era um homem de comunhão diária e de missa diária, e o Cardeal, era o Cardeal Cerejeira, era o maior amigo e o confessor de Salazar, portanto o Salazar, Salazar o que era contra a igreja, ele teve ali uns atritos quaisquer com o do Porto mas foi pouca coisa, o estado, a gente nunca teve problemas.

E como é que vocês tinham as notícias dos eventos?

Eram os jornais, nós tínhamos sempre os jornais.

De onde vinha o jornal?

De Braga, para cada diocese, cada uma tinha o jornal ou não tinha, umas tinham o jornal outras não tinham, vinham para as dirigentes e depois as dirigentes distribuíam os jornais, eles custavam 15 tostões e nem todos os pais davam 15 tostões.

Despedida

Padre Avelino Vieira Cardoso

03.04.2017 – Ronfe (Arciprestado de Vila Nova de Famalicão)

Nasceu em 1931



Conversa de circunstância

O padre é o assistente, não é o presidente do grupo. O presidente é um leigo, é uma pessoa devota, mais adulta. Se for a JOC, é da JOC um rapaz ou uma rapariga. Mas o padre está ali, sim, antes dizia-se que era como, nunca se disse que era assim, como, uma espécie de vigilante para contar depois ao Bispo, nada disso, nada disso, nada disso, mas está na mesma em contacto com o Bispo uma vez que é nomeado pelo Bispo, o padre é nomeado para assistente pelo Bispo. São assistentes diocesana, a ação católica tem grupos de base, tem os grupos regionais de alguma maneira concelhios, porque a diocese é uma coisa e depois outra coisa são os seus estados gerais, Famalicão que é arciprestado, e portanto, grupo de base, grupo vá lá repito, concelhio, que se chama de geral, vá lá de zona, de zona. Depois tem então, o grupo diocesano, depois o grupo nacional e depois o grupo internacional. Eu trabalhei um bocadinho nesses grupos todos.

Todos?

No estrangeiro, eu não fui pároco assim como outro qualquer, como eu disse ao bocado, o Padre, o Senhor Cónego, como é que ele se chama?

Joaquim Fernandes.

Exatamente, Joaquim Fernandes, eu nunca fui pároco, assim em termos de freguesia, porque, bem, fui professor, no colégio D. Diogo de Sousa de Braga, perto do cemitério grande, o Colégio D. Diogo de Sousa. Não sei se conhece?

Conheço o edifício.

Conhece o edifício? Eu estive lá, comecei lá a minha vida sacerdotal em outubro de 57, depois fui, e de lá comecei logo na ação católica em 61 a nível da diocese, aqui na freguesia trabalharam muito porque o pároco era muito dado à ação católica, esta senhora que está aqui foi empregada dele, desde os 14 anos até à morte, e agora ofereceu-se para estar comigo, que eu lhe agradeço muito. Eu repito, eu fui para França e estive lá três anos e meio, a trabalhar com a ação católica portuguesa, no meio dos emigrantes portugueses. Aquela leva, agora há uma leva de emigração também, mas na altura nos anos 60 foi uma loucura, eles iam a monte, sabe o que era ir a monte? Eles iam a monte por ai fora, os franceses diziam, que os portugueses apareciam lá com passeport, passeport de laiton, era assim que diziam, iam a monte, mas como eu era padre o oficializado deixava que me dessem um passaporte, mas às pessoas simples não deixava dar passaporte, e as pessoas fugiam, mas depois gostavam que o dinheirinho viesse para cá para Portugal... e depois é assim, estive no seminário um ano e o bispo depois virou-se para mim “podes ficar ai na tua terra de Ronfe” isto em Setembro nunca mais me esquece,... mandou-me uma cartilha e disse “podes ficar ai na tua terra de Ronfe”, o pároco daqui era monsenhor, o Joaquim Fernandes também é monsenhor, é um titulo que dão assim a uns certos padres, se calhar o bispo sabe porque que o faz. De maneira que “podes ficar aí com o teu pároco e fazes daí o teu quartel general da ação católica, quer dizer o centro da ação católica operária vai ser aí”, e eu pronto fiquei e “já nunca mais deixo a ação católica, nunca mais deixo a ação católica”, e nunca mais deixei, depois começaram-me a pedir para ir para aqui, para acolá, a minha vida é a ação católica, a modo que tenho 45 anos de, 45 anos de assistente da ação católica.

61 anos, até 2006. É verdade, muitos anos, muitos anos. Depois de 2006 para cá achei que já tinha, já tinha 75 anos, agora 85 e meio, 75 anos e já chega. De maneira que estive em França e tinha alguns jovens daqui da ação católica, do Porto, Gaia, Matosinhos, Canelas,... bom ainda há pouco tempo viram, o responsável de Canelas mais a esposa dele, vieram aqui visitar-me,... eram bons militantes, e quando foram para a França em vez de fazerem o que faz a maior parte da emigração, que é ganhar dinheiro, dinheiro, dinheiro, eles ganhavam o seu salário mas achavam que deviam fazer o que pudessem com os vários militantes que iam de todos os sítios do país, fizeram grupinhos que era também para começarem a fazer militância, a ação apostólica

se quisermos dizer assim, naquele mundo do trabalho que era a emigração. Estive em Inglaterra também com os imigrantes portugueses, com os imigrantes portugueses lá em Londres, e depois estive em Lisboa, onde fui assistente nacional durante 4 anos, 3 lá em Lisboa e mais um quarto já a fazer o serviço aqui. O bispo “Padre Avelino tenha santa paciência, mas tu mais de 3 anos não estás lá, fazes aqui falta”, bom, estive aí também e depois também estive no Canadá a fazer serviço para ajudar um colega que lá está que era meu conhecido, passei lá três mezinhos muito bem passadinhos, muito bem passadinhos, gostei de lá estar... foi em 76 mais coisa menos coisa. Bom, e depois estive, fui ao Brasil umas quatro vezes trabalhar um bocadinho na Amazónia, mas isso foi uma espécie de um extra, foi muito bom, muito bom, muito bom.

Muito viajado.

Muito viajado, e não fui mais porque, ou não havia dinheiro, ou eu achava que não devia de ir, mas a minha vida depois foi sempre assim, na ação católica, foi, foi, foi. E dava umas aulinhas, no colégio Dom Diogo de Sousa, aqui em Braga por exemplo, na escola básica e na secundária também, e foi o que me valeu para ter agora uma pequenina reforma, pouco passa dos 500 euros. Mas trabalhei 60 anos, de maneira que foi assim um bocado uma vida, muito linda, muito linda, muito linda, muito linda, eu gostei muito. Agora estou por aqui, faço o que posso, e assisto ao grupinho daqui, que se reúne aqui de três em três semanas e pago aqui a minha cota também, pago aqui a minha cota e recebo aqui o meu jornal. Mas agora é raro haver os grupinhos com um padre que assista de facto.

E são mais pequeninhos os grupos.

Também não interessa que sejam muito grandes, o Cardijn que é o fundador da JOC, que enfim criou depois a LOC, começou com três. Onde é que está o meu livrinho da JOC? Deve estar para acolá. Eu traduzi um livro da JOC, do francês para o português em 1982, quando fez 100 anos do nascimento do fundador da JOC, o Cardijn que era belga, e falei com ele, falei com ele, em Lourdes em 1966, eu estava em França, fui na peregrinação a Lourdes... de maneira que estava lá o Cardijn e, foi no ano seguinte, foi em 1967, e depois fomos celebrar missa na capela, na capela subterrânea de Lourdes, uma igreja grande, dava para 3 mil pessoas, e eu vi-o lá na sacristia, o Cardijn lá, o fundador da JOC, e pedi-lhe um autografo,... e então ele cedeu-me um autografo que devo tê-lo aí em qualquer sitio, escrito a letra vermelha, é verdade, é verdade, é verdade. E ele escreveu-me aquilo com muita simplicidade e eu, já está prometido à JOC, depois vem como é que isso se vai fazer. Mas gostei de estar com o Cardijn, muito, muito, muito, muito. A minha família era toda operária, e em casa ouvia falar de duas coisas, dos teares, aqui na zona

têxtil... ou falar do trabalho ou falar da ação católica, éramos 5 irmãos, 5 irmãos, fiquei eu agora, sou o ultimo, já foram, já partiram todos, de maneira que só se ouvia falar de duas coisas, repito, de trabalho e da ação católica, de maneira que a minha escolinha começou em casa... Havia os slippers, não sabe o que era, era uma espécie de calçado de madeira... com uma fita de couro.

Mas a piada toda, é que eu costumo dizer isto muitas vezes, se Deus tivesse nos planos dele que eu nascesse hoje eu não nascia, sabe porque? Não sei se interessa ou se não interessa mas enfim é conversar por conversar, mas é mesmo assim porque houve 5 filhos lá na minha casa, 5 filhos, a minha mãe já não cassou assim muito nova, casou só aos 27/28, porque era a última de filhas irmãs e teve que estar com os pais até ao fim, portanto ficou mais para o fim, então diz ela “O primeiro a nascer foi uma rapariga, o segundo que nasceu foi outra rapariga, o terceiro que nasceu foi outra rapariga” e depois a minha mãe dizia-me assim “O teu pai andava a chatear-me que queria um rapaz”, e por atos não sei de quê o quarto foi de facto um rapaz... que foi depois o pai da esposa do presidente da câmara de Guimarães... foi presidente durante 24 anos, de maneira que é meu sobrinho por causa da minha irmã, da minha sobrinhita ser casada com ele. Vê lá foi o quarto, como havia três raparigas e finalmente o meu pai queria um rapaz e veio um rapaz, o outro já nunca mais vinha, e eu tenho essa marca na minha vida que é uma marca muito positiva, porque que nosso senhor quis que eu viesse para cá? Hoje quem é que queria 5 filhos? Ninguém, tu vês agora e não há ninguém por aqui com 5 filhos.

Agora é um, dois.

Um, dois, um, dois. De maneira que eu digo assim, Deus lá tinha os seus planos, mas é mesmo verdade, olhe Carina, é mesmo verdade. Cada pessoa tem, tem o seu, como é que ei-de dizer...

O seu caminho.

O seu caminho, o plano que Deus tem, olhe, mas é verdade, é verdade... Está interessada?

Eu estou interessada, estou interessada.

Aqui em Ronfe sempre houve muita gente na ação católica, o padre era muito interessado. Começou nessa altura também o movimento do escutismo. Hoje aqui o movimento que tem mais jovens é o escutismo, é o escutismo. A ação católica baixou um bocadinho.

Não se tem ouvido falar tanto.

Mas dantes havia mais gente porque, nos primeiros tempos enfim, a dimensão apostólica dos movimentos, seja a ação católica, seja a JOC, seja a LOC, não estava assim, como é que eu ei-de dizer, claramente assumida como sendo um movimento de fronteira, cai mesmo

bem, de fronteira, não de igreja, igreja no sentido material, é de igreja universal, temos os papas, temos os bispos, mas não de igreja material em que tudo, toda a religião se via dentro da igreja, não, isso, ainda hoje muita gente faz isso, mas, foi o concílio de 1962 a 65... S. João XXIII, de 62, três anos de preparação até 62, depois de 62 até 65 que foi a realização do concílio, e então foi ai nessa altura que o papel dos leigos, eu tenho ali um livrinho que tem uma frase só que parece ser útil, uma frase só. Ora cá está, este é um dos documentos do concílio, foi aqui numa, onde é que está, «os leigos entendem-se aqui todos os cristãos que não são membros da sagrada ordem ou do estado religioso» quer dizer que não são padres, nem freiras nem nada, são as outras pessoas, não é, «fieis incorporados pelo batismo e que participam nas cerimónias sacerdotais», ora, a frase é esta, vamos ler isto primeiro que é muito importante, foi definido pelo concílio de vaticano II, cá está, «por vocação própria, compete aos leigos» portanto, aqueles que não são padres nem religiosas, «procurar o reino de Deus, tratando das brevidades temporais», portanto um exemplo pequenino, imagine por exemplo, nós aqui o lausperene, o lausperene, sabe o que é não sabe? No fim na procissão estavam ali seis ou sete pessoas para levar o pálio, até gostam, lá foram na procissão a cantar, lá está não estão aqui incluídos, não estão não, «procurar o reino de Deus, tratando das brevidades temporais» que é o trabalho, sei lá, as leis do trabalho, sei lá, como é que ei-de dizer, os sindicatos, as associações, sei lá, por exemplo os responsáveis pela associação de pais numa escola, portanto coisas, prioridades temporais do mundo de hoje mas dentro da igreja, e ordenando-as, que isso corra bem, sei lá, por exemplo no estudo, numa escola, que seja um sindicato de trabalho a serio, que não seja só para juntar dinheiro ou para fazer greves, sim também, também, também fala aqui de greves, mas é noutro, é naquele pequenino azul, no azul, mas está a ver? Esta pequenina frase foi fundamental para a mudança de mentalidades dos responsáveis, dos militantes da ação católica saberem que o seu papel principal é no mundo. Deixa ver este livrinho, o pequenino, o pequenino. Esta na pagina 70, com o João Paulo VI, eu até tinha aqui esta coisinha, ora é assim «Leigos são quem a sua vocação especifica, coloca no meio do mundo e à frente tarefas das mais variadas da ordem temporal», «a sua primeira tarefa não é o desenvolvimento da atividade eclesial», isto é, da paróquia, das confrarias, das aguas bentas, da catequese, essa não é a primeira missão deles, «a sua primeira tarefa não é o desenvolvimento da atividade eclesial» da igreja, o padre e tal, batismos, casamentos, «esse é o papel específico dos pastores», dos padres, «mas sim por em prática todas as possibilidades cristas, evangélicas, escondidas nas presentes operantes das coisas do mundo» e agora aqui uma palavrinha bonita «o campo próprio da sua atividade evangélica, evangelizadora é o mesmo

mundo», é, é do mundo que eles vivem, e é do mundo que eles tem que testemunhar, porque tem fé, que acreditam, enfim, que há um céu para lá daqui, e há uma ressurreição, quer dizer, muita gente diz que não há, e depois diz «o campo próprio da sua atividade, uma longa e vasta completa política», não fala aqui de procissões, «realidade social, incluía cultura, ciências, artes, vida internacional», etc, por aí fora, por aí fora, portanto o apostolado dos sindicatos da ação católica é para ser essencialmente fora da igreja, fora da igreja templo, não é fora da igreja Papa, o Papa, Bispos, são uma igreja constituída por homens, o Papa, os Bispos, os Sacerdotes, e depois os fieis batizados. Da maneira que, ta a ver, e foi talvez nessa altura, como antes, neste tempo com o Salazar, nessa altura não deixavam ter sindicatos livres, não havia sindicatos livres, não sei se sabia disso, livres não havia, e pronto, greves? Só faltava mais essa, iam presos, quem fosse apanhado em greve ia preso, de maneira que, e então com o 25 de abril, também contou muito para mudar a mentalidade, veio a liberdade, veio os sindicatos livres, aquela coisa toda, portanto, aqueles grupos enormes que você dizia ao bocadinho, que havia aqui uda JOC e da LOC, começaram a ficar, quando aqui se diz que os leigos deviam estar mais no mundo, ir à igreja sim, ir à missa sim, confessar sim, ir à comunhão sim, fazer procissões sim, mas o papel principal é estar no mundo e transforma-lo, tem uma palavra muito bonita que é esta, como fermento, é era uma palavra muito bonita, fermento é aquilo que se põe na massa que não se vê mas está lá, e são aquelas pessoas que atuam como fermento, isto é um bocado sem se dar muito por ela. Que é que a ação católica faz? Fazem na fábrica, fazem na oficina, fazem na escola, e acabou-se, fazem onde vivem, fazem no meio, fazem na família também, e tudo mais. Portanto, é o mundo o principal campo de ação dos membros da ação católica, e então quando muitas pessoas se davam muito à religião ouvirem dizer que o papel principal devia ser realizado fora da igreja, edifício, mas no mundo, começavam a ter medo de se meterem nesses barulhos todos, é por isso que a ação católica trabalha mesmo no limite, no limite, e daí às vezes não ser muito fácil descobrir bem qual é aquilo que se deve fazer, porque enfim, é o mundo, e o mundo é muito, muito imprevisível também, os acontecimentos são imprevisíveis, e a ação católica é chamada a atuar aí. De vez enquanto, repito está, não digo que organize greves, não organiza greves, mas os seus agregados podem e devem estar nas greves justas, podem e devem estar, não é a mesma coisa organizá-las, não, não compete à ação católica fazer greves, mas são capazes, sei lá, de numa greve qualquer, vir uma nota, sei lá, se aqueles que fazem greve tem consciência que que ela é justa, os cristãos da ação católica devem estar nessas greves também, tudo o que é justo, tudo o que é sério, tudo o que é verdadeiro, tudo o que é correto, tudo o que é nobre, tudo o que é justo, tudo

isso tem lugar na ação católica. De maneira que, então aí saiu muita gente da ação católica, nessa altura, porque para levar pessoas à comunhão, à confissão, ou casar na igreja, isso, ou até como a catequese, ou para as associações, para as confrarias, não falta gente, até para ajudar à missa a fazer as leituras da missa, tudo isso não falta, mas quando é para sair do mundo é muito mais complicado, porque às vezes, um caso, por exemplo quando foi por causa do, da questão das 40 horas, aquela luta que houve aqui à alguns anos atrás, para que se conseguisse as 40 horas semanais, as 40 horas semanais exatamente, eu lembro-me que fui mais o, mais o marido da Quina, o Américo e mais outra pessoa, fomos a Lisboa, a Lisboa, não me esquece, fomos quatro pessoas falar com o ministério do trabalho por causa da questão das 40 horas, e fomos lá para o décimo primeiro andar ou coisa parecida e lá veio um secretario qualquer pedir para, porque que estávamos ali, e eu julguei-me na obrigação de lhe explicar porquê que eu lá estava, eu padre, poderiam achar que eu estaria a mais, e eu disse “Olhe desculpe lá, se calhar não contava que estivesse aqui um padre no meio de jovens leigos trabalhadores, mas eu penso que a igreja quando se tratam de coisas justas tem de estar lá, e portanto, parece-me sem medo nenhum, vir diante do senhor, que acho mais que bem”, assim como há as 35 horas para os funcionários públicos ou coisa parecida, a lei das 35 horas já há em muitos sítios, naquela altura era as das 44, o Cavaco tinha dito que de ano a ano que ia tirando uma para passar para as 40, mas nunca passou, espertalhão, ou enganador. Bom, adiante “de maneira que estou aqui porque conscientemente penso que é justo e mais que justo os trabalhadores também tem direito aquilo que outras classes do país já tem... mas depois a gente falava”, depois os jovens é que falavam, mas dei a minha explicação... bom, adiante, de maneira que então repito só para acentuar isto, naquela altura o movimento começou a descer em termos de número, não temos assim demasiadas centenas de pessoas no país, não temos não, se fosse para levar as pessoas à igreja não custa nada, mas enfim para fazer guerra e estar na luta com cartazes e não sei que mais à pessoas que tem medo, há pessoas que tem medo. E naquela altura antes do 25 de abril era um caso sério, seríssimo, e eu que o diga, e eu que o diga, fui posto fora da escola, fora da escola aonde trabalha a glória, dei lá aulas de moral três anos, de 70 a 73, mas depois quando foi para continuar o Bispo chamou-me e disse-me assim “Oh Avelino que é que se passa lá que o diretor da escola não está assim muito contente contigo” e eu “Olhe eu penso que sei porque, penso que sei porque”, “Ai, diz que as suas aulas não são iguais às dos outros”, tinha lá mais padres “Não são iguais às dos outros”, eu dava aulas de manhã e de tarde para os alunos normais, e à noite para os trabalhadores, era uma escola industrial, e portanto os trabalhadores, até lá tinha um policia e tudo, e nunca mais

me esquece uma coisa muito engraçada de uma mocinha que era ajudante de cabeleireira, era tudo homens e mulheres, e perguntei “Gosta do trabalho?” e as pessoas diziam que sim ou não, muitos diziam que não, como é normal não é? Há muita gente que não esta no seu ramo ou não conseguiu aquilo que queria e portanto, e depois as coisas que lá correm nem sempre são agradáveis, e os que mandam também são o que são, de maneira que então eu perguntava, e quando cheguei lá a um ponto “E qual é o seu trabalho?”, “Eu sou ajudante de cabeleireira” e eu perguntei assim, e eu fazia outra pergunta a seguir “Gosta do trabalho?” e uns diziam que sim outros que não, e ela disse assim “É, não gosto muito, isto de aturar mulheres”, nunca mais me esqueceu isto.

Gargalhadas

Isto foi em 1970 mais o menos, já vai há quarenta anos e ainda está aqui na cabecinha, estás a ver rapariga? E eu calei-me e disse “Bom vocês estão a ver? Não fui eu que o disse, foi esta menina que o disse, isto de aturar mulheres”, eu para as moças e para as mulheres, eram trabalhadoras homens e mulheres, e eu gostava muito daquelas aulas da noite, e eram as aulas da noite que não agradavam ao diretor da escola porque eu fazia revisão de vida com eles. Fazia revisão de vida com eles, da ação católica a revisão de vida você já ouviu falar disso, de maneira que, e então isto foi a meio das férias não é, o arcebispo de Guimarães o Monsenhor Araújo Costa, telefonou-me eu ainda estava de férias, “Anda cá que o senhor Adolfo Francisco quer estar contigo”, e foi quando ele me chamou lá por causa dessa história, e depois eu disse “Oh D. Francisco se acha que eu não deva continuar lá a dar aulas, acabou”, “Não, tu vais para lá que eu arranjo-te lá lugar, tu vais para lá, agora vai para férias que estavas em férias”, e depois ao chegar o fim de setembro, as aulas começavam em outubro naquela altura, agora é em setembro, 15, 16, por aí, mas dantes era em outubro, e então três ou quatro dias antes de acabar setembro fui chamado outra vez ao bispo, e então quando cheguei ao Bispo “Que é que se passa”, “É o diretor que diz que não precisava de três ou quatro padres para dar aulas, para moral, de maneira que, que”, “Pronto já sei, quem ele não quer sou eu, não sou, pronto acabou-se” e deixei a escola, e deixei a escola, estão a ver como era, isto antes do 25 de abril, trapalhadas, trapalhadas, trapalhadas... e é assim a vida. O 25 de abril também contou muito, o concílio deu as linhas certas, deixa ver esse livro, esse livro. Está aqui uma coisa muito linda que vale a pena ver, imagina só uma doutrina da igreja, esta coisinha é de 1991, foi de quando fez 100 anos da primeira encíclica operária, não é, social, social. Já sabias disso?

Foi a *Rerum Novarum*.

Exatamente a *Rerum Novarum*, e quando fez 100 anos os Bispos escreveram estas coisinhas, e tem aqui uma coisa que eu acho linda, linda, linda, até aos padres eu já falei muito nisto, muitas vezes. Não sei se conseguirás este livrinho, foi o padre Joaquim que mo ofereceu.

Acho que já o vi no secretariado.

Olha que coisa linda «faz parte da missão da igreja contribuir para que a sociedade se organize e viva segundo o evangelho» não fala aqui de missas nem de comunhões, a sociedade «cinco qualidades que os cristãos de hoje devem ter», cinco «precisamos», isto são os Bispos que escrevem «precisamos de católicos de fé esclarecida» primeira coisa, fé, segunda, eu até pus aqui um pontinho, segunda «bons conhecedores das realidades portuguesas no contexto da atualidade internacional» portanto conhecedores da vida, à pessoas que dizem “Ah eu já não vejo televisão, não me apetece ver televisão”, mas é obrigada a ver, os cristãos tem que saber o que se passa, para rugar a Deus pelo bem e para pedir a Deus se calhar desculpa e a conversão dos que fazem mal, eu sei lá, esses islâmicos que matam, matam, matam, matam, enfim, lá o estado islâmico ou o que lá diz. Mas cá está, primeiro, fé, segundo, conhecedores da vida, «conhecedores das realidades portuguesas no contexto da atualidade internacional», não é só o nosso canto, não é só a nossa paroquia, sou eu, é a nossa casa, é a nossa freguesia, é o nosso concelho, é a nossa diocese, o distrito, é o nosso país, é o mundo todo, terceira qualidade «que sejam profetas» que são aqueles que falam em nome de Deus, profeta é aquele que fala em nome de Deus, «das denúncias», denunciar é dizer que está mal, denuncia, terceira coisa, os Bispos vem dizer que os cristãos tem que denunciar aquilo que está mal, aquilo que está mal, e ai isso é profetismo é uma vocação linda, os profetas do antigo testamento apanharam porrada que se fartou, e os apóstolos não eram todos mártires, os apóstolos morreram todos mártires, porquê? Porque lutaram, e ainda hoje à muitíssima gente que, no Brasil eu estive lá quatro vezes, no Brasil, nas minhas férias grandes e soube de muitíssimos militantes cristãos que foram mortos por defenderem os direitos dos trabalhadores, e pronto, e quem é que às vezes os matava? As vezes eram os grandes ricos que davam dinheiro a, como é que se chama, para os matar, mas os Bispos do Brasil também defendem muito essa gente, defendem muito esses católicos, portanto denunciar é a quarta coisa, fé, conhecimento das realidades, denuncia dos males, as pessoas numa fábrica por exemplo, com os salários em atraso e o patrão tem uma casa onde gastou, sei lá, um milhão de contos, de onde é que veio o dinheiro? É como diz a minha sobrinha Teresa “Só recebi o salário já quase no fim do segundo mês”, ela trabalha numa fábrica de tinturarias... as denúncias tem de se fazer, são os cristãos que as devem fazer, e depois, depois de denunciar o mal anunciar o bem, denúncias,

supõe-se dos males, e anuncias, anunciar, digamos, pregar o evangelho se quisermos, Cristo também as dizia bem durinhas e Nosso Senhor não gostava, mas é assim, e agora quinta coisa «que saiam do seu comodismo» isto que não vivam só na sua capelinha, nem só na igrejinha de mãos postas, estou a falar a sério, «comodismo e aparência de arautos e agentes do pensamento social da igreja e tomando iniciativas», agir no meio, não é só dizer o que está mal ou o que está bem, anunciar o mal e depois anunciar o que está bem, mas fazendo coisas, iniciativas de intervenção ou ação social da igreja «iniciativas ou ação individuais ou em grupo», devem agir ou individualmente no sei meio de vida ou como grupos, sei lá, de revisão de vida, não é? Que já te disseram não já? Já estás num grupo?

Estou a assistir, para já estou a assistir.

E vêes agora cinco condições de fé, conhecimento das realidades, denunciar o mal, anunciar o bem, tomar iniciativas, agir, e depois «são de particular importância as associações profissionais católicas e os movimentos de ação católica, cuja promoção, dizem os Bispos, isto é, cujo o crescimento, cujo o número cresça, cujo trabalho, cuja promoção dizem os Bispos «vivamente recomendamos», estão a ver? Portanto, os Bispos hoje escrevem isto, já foi em 91, já vai há muito tempo já estamos em 17, portanto eles agora já não voltam para trás. Não, mas é verdade, é, eu gosto muito, muito, muito, já uma vez fui chamado para fazer uma reflexão aos padres, assim daquelas reflexões que eles também têm de vez em quando, foi a Barcelos, foi lá na casa dos, cujo Fábio também falava que ia para lá, bom, adiante, uma manhã toda e foi todo só sobre, como é que ei-de dizer, desta coisinha que aqui está, foi a minha reflexão durante uma manhã inteira, estás a ver? O padre de Serzedelo, muito engraçado, foi depois do concílio eu vim de França, estive lá quatro anos, quase quatro anos, o padre Elisar, já de uma certa idade, mas eramos muito amigos, Serzedelo, sabes onde é que mora? Disse “Oh Padre Avelino dizem que tu sabes umas coisicas sobre o concílio não queres vir almoçar comigo?”, digo-lhe eu assim “Eu posso ir almoçar contigo, claro que posso, então não ei-de ir” e lá fomos comer e conversamos, e então lá fui, uma mesa e tal, o almoço nunca mais acabava, o almoço nunca mais acabava, e ele “Ai disseram que sabias do concílio”. Este foi um livro que me eu um Bispo brasileiro quando eu lá fui fazer uns trabalhos também, mas então, ah, falamos, falamos, e no fim diz ele “Isso é mesmo tudo muito bonito, mas já não passa por aqui, já não passa (sinal com a mão na garganta), ri-me tanto, tanto... ficamos cada vez mais amigos, diz ele “Isso é muito bonito, mas já não passa, já não sou deste tempo” e pronto, e pronto, e pronto... Ainda temos tempo, ainda dá para conversarmos mais um bocadinho.

Do que se lembra qual foi a história de vida que lhe contaram e que mais lhe marcou, na altura? O problema, a denuncia... mais marcante.

Ah, talvez, talvez, talvez, talvez tenha sido, como é que ei-de dizer havia uma associação também, olhe deixe-me ver, da ação católica que eu estava muito ligado, que era um trabalho, um trabalho, como é que eu ei-de dizer, uma vez que no tempo de Salazar não se podia fazer grande informação cristã e tal, destas coisas todas, porque enfim, diziam “Ei de misturar alhos com bugalhos, igreja com politica” não sei que mais, e então havia uma coisa ligada ao mundo operário, não sei agora, que se fazia de vez em quando umas secções de cultura operária, centro de cultura operária, nunca mais me esquece, centro de cultura operária, CCO, era centro de cultura operária, e então íamos a umas palestras ali em Riba D’Ave, sabe onde é Riba D’Ave, Riba D’Ave, e como eu, enfim, pronto, andava metido nessas coisas também, pediram-me que fosse eu a falar como padre de lá, dali de Riba D’Ave, ainda não apanhava Riba D’Ave ali ainda era Santana, era Santana, portanto o padre ainda era de, ali de, aonde mora o meu sobrinho, de Ruivães, era um padre de bastante idade, tinha assim umas casas adaptadas, assim seja para o que fosse, para catequese, doutrina da igreja, etc., mesmo ali onde era a feira de Santana, ali, mas aquilo, aquela zona não pertencia a Riba D’Ave, pertencia a Delães, fizemos também lá assim umas secções de cultura operária, os direitos das pessoas, o problema dos sindicatos, o problema de greves, tudo o que estava ligado à vida operária, e então andou por lá, como é que eu ei-de dizer, a policia andou por lá e depois de lá, disso, “Ai vocês ainda me vão meter em sarilhos, teve aqui a policia, e foram dizer isto e aquilo” e eu fiquei assim responsável por aquele encontro de cultura operaria, nós não dávamos doutrina, se fosse doutrina já cheirava a igreja, mas de cultura, era o CCO, a Helena Policarpo, já ouviste falar dela... ela ainda tem lá trabalhos em França, bom, também era muito disso, e então repito, quem depois falou, falou, ele foi mais para preparar as coisas, para que nos cedesse a sala, e com todo o gosto, depois quando viu aquilo a começar a dar, a espreitar um bocado a ver o que é que se diz o que é que não se diz, ele ficou um bocado chateado, ficou com medo e depois veio-me pedir para sair dali, foi a coisa assim um bocadinho mais chata. E depois também a coisa do diretor de Guimarães, que me pôs na rua em 1973 por causa das minhas aulas de moral, estas foram as duas ocasiões mais complicadas. Uma na [fábrica]... aquela zona dali... tem aquele conjunto de casas para os trabalhadores, feitas pelos dos [da fábrica], por aqueles ricos e tal e pronto, repito e dali que fiquei sem aulas. O D. Francisco tinha-me pedido, havia também o Padre António, o Padre António não fez o que ele mandou, mas enfim, eu achei que devia fazer, ele pediu-me se eu em vez de exigir um salário da diocese como assistente da

ação católica, não era uma coisa muito grande, se eu aceitava dar umas aulinhas de moral, e vivia com o que ganha-se das aulinhas de moral e eu disse logo “Eu não me importo, eu aceito sim senhor”... as aulas de moral eram pouquinhas que eu quero ter tempo para a ação católica, no primeiro ano só me arranhou a meio tempo à volta de umas dez, e ali aconteceu a mesma coisa, dez, e eu digo como é que foi, e quanto mais próximas do principio da semana melhor que era para eu ficar livre para trabalhar às tardes e durante o fim de semana com os militantes, fosse numa terra, fosse noutra, fosse noutra, porque eu trabalhava na diocese toda, e lembro-me que o Bispo falou com o diretor e então deu-me nove aulas para a segunda feira e só uma para a terça, nove aulas seguidas só para a segunda feira, eu chegava ao fim do dia queimado, queimado, queimado, queimado, a segunda feira para mim era uma tragédia.

Podiam ter marcado mais para a terça.

Pois, mas tomaram aquilo muito a sério. De maneira que tinha nove na segunda e só uma na terça, e pronto e assim foi, e depois ganhávamos um bocadinho, não ganhávamos muito, ganhávamos, eu lembra-me que, ah depois quando deixei a escola, então aí o Bispo já nos teve que pagar alguma coisinha, e pagava-nos, lembra-me como se fosse hoje, 4, 4, a mim e ao Senhor Padre António, 4 mil escudos de três em três meses, portanto não era muito dinheiro, era mil e poucos escudos por mês, mas pronto, e passou, e passou, ah e depois vim dar aulas ali para Joane, e comecei a dar aulas ali mais pertinho, pronto, comecei a, enfim, encarrear-me um bocadito mais, e deixei de receber dinheiro do, o Padre António continuou a receber, mas eu fiz enfim, um sacrificiosinho, e pronto, e pronto, e pronto... E assim foi, mas foi os dois momentos assim mais complicados, aquele da policia acolá “Quem foi o responsável, quem andou aqui a meter o barulho, e tal” e depois o professor que insistiu duas vezes para o Bispo que não precisava de, e que ia dizer “Ai eu não preciso de tantos padres para moral”, de maneira que eu disse assim “Oh Sr. Arcebispo se ele não precisa de tantos padres e diz que as minhas aulas não são iguais às dos outros, quem é que ele quer por na rua? Era eu”, mas enfim pronto, mas havia aqui gente, desculpa lá não digo quem, sei de algumas pessoas que iam às vezes à missa, mesmo ao domingo, e diziam “Quando eu vejo o Padre Avelino a sair da sacristia para a missa, já não ouço missa” e outra coisa, isto são coisas muito simples, simples, simples, foi precisamente lá no verão quente de 65 que, ouviste falar no verão quente de 65? Foi muito complicado, foi muito complicado, foi muito complicado, o certo é que, deixa ver como é que foi, agora falhou-me, a respeito do salário, a respeito do salário, mas passou-me e tinha o seu interesse, tinha o seu interesse, tinha o seu interesse tinha. Agora não me recorda completamente, não me recorda

completamente não. Quando foi aquele celebre acontecimento de maio de 68, era uma coisa muito complicada, eu estive três anos e meio em Paris, e então uma vez qualquer, quando houve... colheu a França toda, de maneira que aquilo foi, foi um vendaval, foi um vendaval, foi em maio e junho de 68, eu lembra-me perfeitissimamente que eu estava lá mais um padre da madeira que ia para lá muitas vezes trabalhar na ação católica internacional, o Padre Gonçalves, e estava lá na minha casa e então estávamos assim a ver lá na rua, a policia de um lado, carros virados do avesso e não sei que mais a fazer uma barreira, e os estudantes a fazer, apré, do lado da colá, policia daqui, barreira dos carros e os estudantes da colá, a aperriar, aperriar é uma palavra que o povo diz, a aperriar os policias, e a policia estava muito calma, muito calma e eu estava com mais o outro padre meu colega assim ali, estávamos no fim do passeio... estávamos ali a ver aquilo, dois estrangeiros, até que as tantas, a policia começou, lá ao ouvido lá recebeu uma ordem, lá dos superiores para limpar aquilo tudo, e começou a dar com o pinguelim, o bastão em quem estivesse ali perto deles, de maneira que os estudantes fugiram por um lado eu que lá estava quando via coisa mal parada fugi mais o outro colega que estava comigo, fugi, fugi, fugi, a correr por ali a baixo, e as tantas a primeira porta que eu ouvi, quer dizer, que vimos aberta, de uma casa qualquer, entramos pela porta a cima, pelas escadas a cima, e notamos que alguém vinha atrás de nós, era um policia de bastão na mão, policia de bastão na mão, e então o outro padre ia à minha frente e eu ia atrás, mas ouvi alguém entrar pela porta dentro e fiquei assim um bocado assustado, olhei para ele e parece que foi o Senhor que me deu esta inspiração de dizer uma palavra, “Cet attention, nous sommes prêtres étrangers”, “Tenha cuidado, nós somos padres estrangeiros”, fugiu por lá fora e safei-me e safei o colega, foi, parece que foi Deus que me enviou, “Cet attention, nous sommes prêtres étrangers” somos padres estrangeiros, eu sei lá como é que aquilo me veio, ali a falar francês, mas safei-me, se não apanhávamos ali umas bastonadas que nos lizávamos.

Saiam de lá com marcas.

Ui, ui, ui, não tenhas duvidas nenhuma, é assim a vida, foi uma coisa assim um bocado, mas pronto, mas pronto, mas pronto.

Foram umas aventuras.

São as aventuras são, são as aventuras são, e depois como prémio disto tudo, como é que eu ei-de dizer, as idas ao Brasil, à Amazónia, uma coisa de outro mundo, de outro mundo rapariga, de outro mundo, não posso dizer mais nada, não posso dizer mais nada, de outro mundo. Pois é rapariga, não sei se já dissemos muita coisa, se dissemos pouquinho.

Já e bastante. Nem precisei de perguntas.

Não? Mas uma coisa é certa, quem anda nestas coisas, não digo isto assim para me gabar, nem nada que se pareça, não enriquece, graças a Deus, graças a Deus, isso é muito importante. Não enriquece, tenho esta casinha, não é má, tinha uma casinha muito velha ali a dois quilómetros, dos meus pais, eu vivi com uma irmã e, mas de lá para aqui é muito longe, de modo quando vi que a idade ia avançando a minha irmã morreu, morreu aqui há ano e meio, exatamente, exatamente, e eu fiquei só, e é como eu digo aquela casa já estava bastante velha mas houve lá uma senhora lá da beirinha que perguntou-me mais do que uma vez se eu se saísse um dia de lá se vendia aquilo “vendo então não vendo”... e então aqui o senhor que é empreiteiro “Venha aqui”, que estavam aqui a fazer este conjunto grande, trinta e tal apartamentosinhos, “Estamos a vender assim durante a construção mas ainda tenho alguns, pode ser que um ou outro lhe agrade e tal”, chateou-me, chateou-me, chateou-me, naquele dia fui lá e tal e arranjou-me este, este é no primeiro andar, isto aqui é muito fundo, tem a garagem lá no fundo tem depois mais um casal aqui, mas eu considero isto o, só tem umas escadinhas, umas escadinhas, portanto, considero isto o primeiro andar, e a casinha tem três quartinhos, vá lá não é má, não é má, mas quer dizer que vendi a dos pais para pagar esta, exatamente, a senhora que me comprou aquilo, se um padre é muito rico o que ade fazer ao dinheiro? Ou é cada vez mais rico... ou tem terras e quintas ou coisa parecida, eu tenho este apartamentosinho, tinha um carrinho, agora já com 85 anos e meio já não me convinha conduzir, tinha-o aí parado, e depois dei-o ao lar da terra, está muito bom, quem tratava dele era um senhor ali de Castelões, fazia-me, tratava muito bem dele, não tinha muitos quilómetros, com 16 anos, cento e poucos, de maneira quedei-o e está para lá, aqui a Rosa faz-me o favor agora, tem aqui um carrinho branquinho mesmo há entrada, é o dela, faz o favor, fez o favor de se oferecer, que se eu quisesse estava comigo enquanto eu fosse vivo... mas enfim de reforma são 600 e tal euros, trabalhei durante 60 anos, tás a ver, mas eu acho que é bom, repito, porque se a gente tem muito dinheiro, é muito perigoso, é muito perigoso, ou andasse, por exemplo vamos por o caso de comprar carros, era um fiat ponto, como o dela pequeno, mas enfim há outros que os compram enfim, outros carros, enfim de milhões, nada disso, mas se houvesse muito dinheiro até podia cair na tentação de comprar um carro assim. Mas um carro prático que fosse simples, se não o dinheiro que viesse ao fim do mês ou tinha que ser para gastar à toa, ou para comprar coisas de luxo, ou para o dar, mas depois ele já não sai muito facilmente de lá. De maneira que se andasse sempre a dar, pegar no salário e ajudar os pobres, mas depois também isso como é que eu ei-de dizer as vezes podia não saber se

acertava ou se não acertava, de maneira que olhe ganho o suficiente para viver, a casinha foi paga aos bocados, com a venda da velha que tinha lá, o carro está despachadinho, não devo nada a ninguém.

É o que interessa.

Temos de que comer e de que beber, e pronto, e pronto, e pronto... E com a graça de Deus vamos vivendo, mas não dá para enriquecer não. Como eu disse ao bocado que ganhávamos 3, 4 contos isso foi o Bispo que nos pagou, quando fui para França, fui em julho, estive sem receber tostão até dezembro, os Bispos tinham prometido x, mas depois nunca mais vinha o dinheiro, foi a ação católica francesa que me sustentou durante quase um ano inteiro... nunca passei fome, nunca passei fome, bom, bom, bom não é preciso dizer tudo.

Mais o menos, enfim, que eu em França por exemplo não havia, ao domingo tinha lá as irmãs do padre, em França mas não cozinhavam, nós é que tínhamos que cozinhar se quiséssemos comer, os padres, até estávamos lá bastantes padres, e tinha lá bastantes padres e é assim, na Inglaterra, o pior da Inglaterra era comer aquelas carnes cheias de gordura, gordura, gordura, não gosto de manteigas nem pela moca, não gosto de manteiga nem pela moca, e então a sopa era de lata, era de lata iam comprar ao supermercado umas coisinhas, depois chegavam lá deitavam uns pozinhos, que aqueciam e isso é que era a sopa. Três anos a comer aquilo foi o maior sacrifício da minha vida, como quem diz, lá da Inglaterra, três anos a comer todos os dias ao meio dia com os outros padres, eu tinha que comer ou dessa forma ou daquela, mas foi complicado, pronto, mas enfim, o Senhor pagou-me com as idas ao Brasil.

Despedida

José Maria Carneiro da Costa (Diácono)

29.03.2017 – Vila Nova de Famalicão/Lameiras (Arciprestado de Vila Nova de Famalicão)

Data de nascimento: 03.04.1954



Conversa de circunstância

Foi sempre de Famalicão? Da zona de Braga.

Fui sempre da Zona de Famalicão, portanto, Ribeirão primeiro, embora eu não tenha nascido em Ribeirão, nasci em Fradelos, mas tinha segundo os meus pais não tinha um mês quando passei de Fradelos para Ribeirão, portanto eu de Fradelos não me lembro de nada, foi em Ribeirão onde eu fiz a minha formação toda, toda, uma parte da formação que foi feita na paróquia de Ribeirão sobretudo na JOC, na Juventude Operária Católica.

Começou com a JOC então?

Comecei com a JOC.

Em que ano mais o menos?

Tinha 12 anos, portanto por 54, 64, 66, 1966, na pré-JOC porque na altura a JOC tinha três sectores, tinha a pré-JOC que eram os chamados pré-adolescentes, tinha a JOC júnior que eram os chamados adolescentes e depois tinha então os militantes, os militantes era a partir dos 18 anos. Mas entre os 17 e os 18 anos haviam alguns que com 17 já eram militantes, aqueles que se destacavam mais na chamada JOC júnior, nos adolescentes, é quase como nas seleções de futebol, há um puto com 17 anos que aparece na seleção a jogar, ali também era um bocado isso, aqueles que se distinguiam mais, os mais velhos iam-lhos buscar mais cedo ao grupo da JOC júnior que foi o que me aconteceu, com 17 anos já era, já tinha passado aos militantes. E depois com 18 anos apanharam-me logo para a direção diocesana, na altura 1972, tinha eu 18 anos quando fui para Braga, para a direção diocesana da JOC.

Foi para a direção então?

Fui, e fui dos mais novos, aliás fui eleito presidente diocesano para a JOC com 19 anos, e fui o presidente, segundo dizem, não sei, foi o que me disseram na altura, fui o presidente mais jovem de todos os tempos. Eu não contava ser eleito na altura, porque havia um outro colega meu mais velho do que eu dois anos, eu tinha 19 ele tinha 21, e já estava há mais tempo do que eu na JOC, mas puseram-me a questão de eu aceitar a candidatura, aceitei com facilidade, mas sempre pensei que o Agostinho que ia ganhar. Sim, sim, tá bem, é para ter outro na lista? Sim senhor, quanto é o meu espanto quando vou contar os votos e eu é que fui o eleito e o Agostinho não foi. Veio-me causar uma serie de problemas na altura, mas nada que eu não enfrenta-se. Na altura a maior de idade era aos 21 anos, eu tinha 19 ia fazer 20, estávamos em janeiro de 1972 e eu ia fazer, 72 não 73, exato, e eu ia fazer 20 em, não em 73 não, em 74, assim é que é, estávamos em janeiro de 1974, eu ia fazer 20 anos no dia 3 de abril, isto em janeiro desse ano, isto implicava deixar o meu trabalho profissional e ficar a tempo inteiro para a JOC por dois anos. Tu já viste? Primeiro eu não disse nada aos meus pais, venho para uma assembleia diocesana da JOC e saio de lá presidente diocesano de um movimento que tem na altura 72 grupos, agora como é que eu vou chegar a casa e vou contar aos pais, eles não percebem nada disto, e contei à minha maneira, eles não perceberam nada, “Deves estar mas é maluco”, eles não percebem, eu disse “Oh pai, olhe que isto implica deixar o meu trabalho, e ir trabalhar para Braga”, “Nem penses” disse ele “Nem penses”, “Mas olhe que eu vou fazer isso” e disse que ia fazer e fiz mesmo. A minha mãe foi sempre muito mais benevolente, mas o meu pai não compreendia, na altura foi muito mau para comigo. Tive que me despedir na empresa onde trabalhava e depois em março é que eu comecei a tempo inteiro, mas foi muito difícil aqueles meses que se seguiram, quase que nem podia ir a casa. A primeira vez que eu fui a casa o meu pai andava a podar no campo, estava ali no mês de março desse ano que eu iniciei no inicio de março a tempo inteiro, porque eu queria os direitos todos da fábrica e não queria sair sem nada, e portanto na altura era os guarda-livros era assim que se chamava a profissão, hoje a gente chama gestor, e disse “Olhe eu vou trabalhar para a igreja diocesana”, “mas tens que trabalhar pelo menos dois meses”, e então foi assim um bocado, e... os meus pais precisavam do meu salário para viver e... e vim para Braga...

Tinha mais irmãos?

Sim, sou o mais velho de 7, naquela altura tinha nascido a minha irmã mais nova, devia ter 2 anitos, a minha irmã mais nova, eu sou padrinho dela, é uma diferença de 18 anos, entre,

entre, quase 18, são 17 e qualquer coisa entre mim e ela, e pronto, mas o pai ficou irradíssimo, se eles quisessem a sério tiravam-me porque eu não tinha 21 anos, porque a maior de idade só foi atribuída depois do 25 de Abril, a maior de idade aos 18 anos só foi atribuída depois do 25 de abril, até ao 25 de abril era 21 anos, mas eu arrisquei, arrisquei e pronto, foi quase como ter de fugir de casa, foi, foi assim um bocado.

Na visão do seu pai foi um bocado.

Foi, foi, foi muito difícil, depois as coisas serenaram com o tempo e mais tarde não faziam nada em casa sem me consultar, até à hora da morte, sem me consultar, era eu que tratava de tudo aquilo que eles precisassem, mas foi depois de uns anos.

Até eles perceberem, as coisas com o tempo vão... Na altura em que andava na JOC, as reuniões eram realizadas em casa das pessoas ou já era mesmo num sitio próprio?

Era as duas formas, tanto trabalhávamos em casa das pessoas, como trabalhávamos nos salões paroquiais, a JOC era um movimento muito forte junto dos jovens trabalhadores porque naquela altura os jovens trabalhadores não tinham acesso às universidades, e uma máxima que nós defendíamos na altura que já vinha dos nossos antepassados era que os filhos dos operários devem ter acesso às universidades tal e qual como tem os filhos dos ricos, porque só aqueles que eram filhos de pessoas que tinham uma estabilidade económica maior é que tinham acesso às universidades todas, e a luta era para que houvesse igualdade no acesso para todos, e depois mais tarde veio a acontecer e hoje nós temos e vemos que a grande maioria dos jovens só não vão para a universidade se não quiserem, porque quase todos tem acesso, porque uma luta grande que os jovens trabalhadores desenvolveram entre os militantes da LOC para que os seus filhos pudessem ter acesso às universidades e que veio dar os seus frutos. Eu fiquei encantado estes dias, no dia 17 de fevereiro abriram em Braga as conferências da Nova *Agora*, não sei se sabes o que é?

Não...

A diocese de Braga desde há três anos organiza, todos os anos por esta altura antes da Páscoa as chamadas conferências Nova *Agora*, palavra Grega, vem de debate de, todos falavam de alguma coisa, instituiu estas conferências e portanto não tem que ser, quem vem a estas conferências não tem que ser católico, tanto pode ser um ateu como pode ser uma pessoa de outro quadrante qualquer, o que importa é debater realidades muito concretas, e as conferências este ano começaram com uma diferença dos outros anos, elas normalmente são à sexta feira,

são três, começaram no dia 17, outra no dia 24 e haverá a última agora este fim de semana, no dia 30, 31. A primeira foi no dia 17 de fevereiro e foi apenas só uma pessoa, e normalmente são três pessoas, três pessoas expõem durante 20 minutos e depois há um debate, com essas três pessoas, a primeira foi sobre o testemunho sobre democracia e cidadania e essa primeira no dia 17 de fevereiro, depois só no dia 17 de março é que começaram, eu sei, mas poucas pessoas sabem, eu tinha convidado o Marcelo Rebelo de Sousa para a primeira conferência no 17 de Março, só que ele na agenda dele, os serviços dele entenderam 17 de fevereiro, mesmo assim a diocese não deixou, não perdeu. Disseram “17 de fevereiro está livre, 17 de março não está”, e então a diocese disse “Vamos então aproveitar a vinda do Marcelo para lançar as conferências”, foi isto, encheu tudo e encheu num instante, porque pela internet o pessoal tem que se inscrever na internet. E entre as coisas que Marcelo disse, Marcelo Rebelo de Sousa disse, foi um testemunho que ele deu como político, mas um testemunho histórico, ele começou por referir o papel importante que tiveram na democracia os movimentos JOC e LOC, ele referiu-se por exemplo ao Padre Abel Varzim, que foi o primeiro assistente nacional da LOC, que é aqui de Barcelos, Cristelo, mas estava em Lisboa, é um homem, que para além de ser padre, foi fazer uma licenciatura na universidade de [Urugaina] na Bélgica, uma licenciatura em Sociologia, para perceber como é que as pessoas sobretudo do mundo operário lidavam com os problemas daquela época, depois por causa disso sofreu muito, sofreu muito, porque ele era daqueles homens que estava convencido de que conseguia mudar as coisas estando dentro delas, não se põia fora, metia-se dentro. Inclusive foi deputado da assembleia nacional no regime fascista e como deputado partiu aquilo tudo e depois teve que sair. Teve que sair e foi mandado para o Bairro Alto, como pároco do Bairro Alto, e quando foi mandado para o Bairro Alto, estou a contar assim muito rápido, quando foi mandado para o Bairro Alto, que é um bairro das prostitutas, era para acabar com a prostituição do Bairro Alto, e ele foi com a ideia na cabeça para acabar com a prostituição, e então as homilias dele e isso tudo, era para acabar com, essas mulheres tinham que sair de lá porque aquilo, tinha-se que tornar aquilo, há um livro que a história está muito bem contada que ele escreveu que é o livro “Procissão dos Passos” [Referência a Abel Varzim, *Procissão dos Passos – Uma vivência no Bairro Alto* (Cáritas, 2014)], que é assim, esse livro tem edição da Caritas. Em que ele conta que descobriu que a Santa Maria Goreti era a santa protetora, que podia enxotar os maus presságios de lá, não sei se é esta a palavra que ele utiliza, mas história é a mesma, os maus presságios lá daquele bairro, daquela paróquia, eu não sei o nome da paróquia agora, não sei se é Encarnação, se que é, não tenho a certeza, e ao colocar uma imagem na igreja de Santa

Maria Goreti, com polpa e circunstancia, vai lá o cardeal patriarca benzer a imagem que era a mensageira na altura, benzer a imagem para rezar pelas prostitutas, para que elas se convertessem e deixassem a prostituição. Depois disse ele que começa a reparar de que aquela imagem tem um grupo de pessoas muito assíduas a rezar junto daquela imagem, e começa a observar e começa a observar, “Eu que queria que esta gente saísse daqui, e agora estão a vir cada vez mais à igreja , e eram as prostitutas que iam rezar junta daquela imagem a Santa Maria Goreti, então a cabeça dele começou a moer, ele começa a ver naquelas mulheres algo de misterioso, e um dia vem uma delas dizer-lhe que uma que estava a morrer queria receber o sacramento da Santa Unção, e ele foi, as coisas na altura não funcionavam muito bem como é hoje, ele foi chegou lá ela estava, quando elas já não prestavam, já não tinham corpo para dar, para vender, e aquilo estavam mais o menos legalizadas no tempo de Salazar, quando ele chega lá a mulher estava num vão de escadas, já tinha sido posta fora da porta, e ele disse “Não, o senhor não vai atender esta mulher aqui porque não é um lugar digno de estar uma mulher, se vocês arranjam um quarto e uma cama para ela, ok, eu vou”, e então as colegas dela sem que a dona lá do... soubesse levaram-na para um quarto, para que ela pudesse receber o sacramento da Santa Unção. E ele foi, ao entrar dentro daqui, estava a entrar dentro de uma casa de prostituição, um padre, era um sacrilégio na altura um padre entrar dentro de uma casa de prostituição, mas ele entrou, e ele percebeu, é muito interessante ler esse livro, ele entrou e apercebesse que de facto ali estão os prediletos de Deus. Muda a vida dele toda por completo, a partir daí. Pronto, depois o homem continuou a trabalhar com aquelas pessoas que mais ninguém queria trabalhar, isto era incomodativo para o regime e para a igreja naquela época, mandaram-no, recambiaram-no novamente para Cristelo, como quem diz “Sai daqui que aqui estás a fazer mal”. O Marcelo Rebelo de Sousa fala disto, na conferência para falar da JOC e da LOC, como contributo, diz ele eu falo do Padre Abel Varzim, que o Padre Abel Varzim foi líder espiritual dos meus pais. Eu fiquei, eu fiquei espantado, fiquei espantado, só podia ser, para o homem falar como falou, da importância da democracia deste país, as pessoas que trabalharam antes do 25 de abril, que trabalharam dentro do regime para a, para o transformar, referir-nos o nome da JOC e da LOC, eu senti-me tão pequenino porque também fiz parte, na medida que me tocou a mim, entre os meus doze e vinte anos estávamos no regime, no regime antigo Salazarista, na altura já era Marcelo Caetano que era tio dele, Marcelo Caetano era tio do atual presidente da república, era tio, parece que era irmão do pai dele ou coisa parecida, só para ver que a JOC e a LOC marcaram também a vida política deste país sobretudo na luta pela democracia. As pessoas

começam a expressar de forma livre e espontânea as suas ideias sem estarmos a olhar para o lado, se estava a um PIDE ou não.

Lembra-se do primeiro grupo que dirigiu?

Sim.

Quantas pessoas é que tinha mais o menos?

Éramos 12, mas sempre foi, mas sempre foi assim, quando os grupos cresciam um bocado mais, a gente dividia, criava outro grupo.

Eram muito ativos?

Sim, nós tínhamos um trabalho muito ativo, eramos muito heterogéneos, as pessoas que trabalhavam em fábricas, as que trabalhavam na construção civil, e trabalhavam nas fábricas que estou a lembrar-me que na altura havia uma fábrica de botões, onde eu trabalhava em Ribeirão, e outras trabalhavam na indústria têxtil, mas depois havia aqui um problema grande, o pessoal que chegava aos 18/19 anos tinha que ir para a tropa, e ao ir para a tropa implicava ir depois para o ultramar, para a guerra do ultramar, nós a maioria, não eramos todos, mas a grande maioria, estávamos contra a guerra, contra a guerra colonial, porque que íamos se estávamos a lutar contra nossos irmãos, contra pessoas que já lá estavam, e que nós portugueses fomos ocupar o espaço deles, porque eles já lá estavam. Mas isto não era muito bem entendido por todos, porque o regime fazia passar uma outra versão, chamava-lhes terroristas, e havia famílias que também lhes chamavam terroristas, e então o facto dos rapazes ter que ir para a tropa e a tropa implicar na maioria dos casos ir para o ultramar, para combater os ditos terroristas, entre aspas, muitos dos nossos companheiros morreram lá, foram abatidos pelos, pelos negros, os residentes agora dito de outra forma, os residentes das províncias ultramarinas, como a Angola, Moçambique, Guiné, Cabo Verde, mas mais Angola, Guiné e Moçambique, estas três foram as mais complicadas. Nos outros não houve assim tanta guerrilha... na altura também andei assim um bocado a nadar porque não percebia bem o esquema, só percebi mais tarde quando fui para a equipa nacional da JOC. Portanto os grupos, nós fazíamos depois um trabalho muito interessante com os nossos colegas que iam para o ultramar, o governo de então para facilitar a correspondência criou os chamados aerogramas, em que era uma folha A4 que a gente dobrava, dobrava e depois ponha por fora o endereço e aquilo colava e ia assim. Acho que eramos todos assim um bocadinho pouco informados do que se tava a passar com aquilo, e então eles mandaram, muitos mandaram em resposta as fotografias, e eu nunca me esquece ponhamos dentro da igreja dois placares com as fotografias dos militares de Ribeirão, alguns não eram da JOC mas todos os jovens que tinham ido

para a guerra a gente ponha lá as fotografias que vinham lá expostas e escrevíamos por baixo, e o pessoal ao fim das missas ia ver onde é que estava o Manuel, onde é que estava o Joaquim. Nós conseguimos mais informação, nós do que a própria família, era o trabalho que a JOC fazia com os militares que iam para a guerra. Era bom para a família e também para que sempre que regressava algum, sempre que regressava algum naquela altura até se davam foguetes, que ele regressou e regressou são e salvo.

Era uma alegria.

Era, sim. Eu no primeiro grupo, no primeiro grupo que eu fui responsável da equipa da pré-JOC, mas fui responsável por outro grupo da JOC júnior, e depois mais tarde fui responsável, quando fui responsável pelo grupo da JOC, foi quando fui chamado para Braga e depois tive que deixar e ficar responsável aqui pelo arceprelado de Famalicão, foi nessa condição que me convidaram para a equipa diocesana da JOC, como o responsável pelo arceprelado de Famalicão.

Ao bocado estava a falar-me das profissões, eu reparei no arquivo que muitas tinham a profissão de doméstica ou reformados. Como é que um movimento de operários conseguimos ver grupos inteiros de quase só reformados e/ou só domésticas?

Humm. A pessoa humana é um todo, e se são reformados são reformados de alguma coisa, se são reformados, são reformados porque trabalharam e descontaram naquela altura para a previdência, era assim que se chamava, hoje chama-se segurança social, mas naquela altura chamava-se previdência, caixa de previdência, e se descontaram depois entraram numa situação de reforma, estavam a usufruir do direito dos descontos que fizeram enquanto trabalhadores, portanto o facto de eles terem entrado na reforma não deixaram de ter a condição de operários, porque os operários são constituídos pelas crianças, os seus filhos, os netos, pelos homens e pelas famílias e depois pelos reformados, portanto é um todo da vida. A vantagem da LOC, é apanhar este todo da vida, desde as crianças aos adultos, as pessoas não são corridas do movimento só porque passaram à situação de reforma, alias como reformados ainda conseguem fazer um trabalho de cativar pessoas mais novas para o movimento.

E de mostrar aquilo que foram aprendendo ao longo dos anos.

Sim, sim, uma sabedoria. Eu fui escolhido pelo arcebispo para diácono em 2008, embora só tenha sido ordenado em 2013, em novembro de 2013, e ele reconheceu toda a formação que eu fiz ao longo da vida em movimentos de ação católica, sobretudo na JOC e na LOC, portanto não exigiu mais de mim, embora eu tenha feito uma formação específica em 2008

a 2013, mas não exigiu mais de mim do que a formação que eu fiz ao longo dos anos na JOC e na LOC. Por aqui, há apenas o bispo que reconheceu e validou a formação de um dos membros da JOC e mais tarde da LOC, para servir na igreja num outro âmbito, no âmbito neste caso de diácono permanente.

Era fácil chamar as pessoas para os movimentos?

Era mais fácil do que hoje.

Era mais fácil do que hoje!

Havia uma proximidade maior, da igreja aos problemas reais do mundo do trabalho que há hoje. Hoje nós vivemos numa sociedade capitalista, muito mais afinada do que era naquela altura. Naquela altura os patrões, muitos na maioria não importa a classe que tinham, eram pessoas que se vingaram na vida, juntaram, as vezes arroz e pão de milho, e formavam uma empresa, alguns eram bem piores que os trabalhadores, alguns que eram trabalhadores e formaram uma empresa tornaram-se exploradores, muito mais exploradores do que quando eram operários, esqueceram a condição de operário e, pronto. Não tinham grande formação e as empresas eram assim, de qualquer das formas havia uma proximidade muito maior de tu a tu, do que há hoje, hoje a gente nem conhece a cara dos empresários, naquela altura a gente conhecia, sabia com quem é que estava a lutar, hoje não sabemos, lutamos contra o desconhecido, não é? Lutamos contra o desconhecido, hoje o capital não tem rosto. Hoje as empresas vão crescendo, tornaram-se multinacionais, pronto, a pergunta era?

Chamar as pessoas para o movimento.

Sim, e os empresários não gostavam muito, não era empresários que a gente chamava na altura era patrões, eles não gostavam muito dos movimentos da JOC e da LOC, e uma forma que eles encontravam de nos trazer consequências graves, de nos afastar-nos um bocado era chamar-nos comunistas “Esses gajos que andam lá pela igreja são uma cambada de comunistas, é preciso ter cuidado com eles”, era comunistas porque denunciavam os erros que eles cometiam contra a dignidade da pessoa humana, o humano é filho de Deus e não pode ser explorado da forma como está a ser explorado. É que a exploração não era só nos salários, é que a exploração era ao nível das condições de trabalho, não havia regras nenhuma como há hoje, as pessoas iam trabalhar para a fábrica, no inverno tinha que arranjar umas latas e ter lá umas canhotas de lenha a arder para se aquecer e puder trabalhar que aquilo era um frio de rachar, eu próprio enfrentei essa situação nas fábricas onde trabalhei, antes de ser dirigente a tempo inteiro da JOC, havia no meio da secção e aquilo era um perigo enorme, porque eu trabalhava numa fábrica de botões a

raspa depois era inflamável, mas tinha vários pontos da fábrica tinha várias latas de achas a arder para uma pessoa se aquecer, portanto não tinha aquecimento, não tinha ar-condicionado, não tinha ventilação, não tinha nada e era pó no ar que a gente respirava aquilo sem máscara sem nada, portanto não havia condições de trabalho nenhuma, nenhuma, os trabalhadores eram explorados, e a gente uma das lutas pelas quais nos fazíamos movimentar as pessoas era pelas condições de trabalho, não era por acaso que as pessoas morriam muito mais cedo do que morrem hoje, as pessoas chegavam aos 40/50 anos já eram velhas, porque estavam gastas, gastas porque trabalharam horas a mais, uma das doenças muito graves na altura era a questão da doença dos pulmões, portanto a tuberculose que levava muita gente, chegaram até a criar os dispensários que havia em todos os concelhos, hoje isso acabou, essa doença está praticamente erradicada, a tuberculose ainda há, uns pequenos casos, mas na altura era muito grave e portanto era precisamente apanhada nas más condições que as pessoas tinham nas fábricas. E então para falar na construção civil, não havia as máquinas que há agora, para puxar o balde de massa para um terceiro piso era poucas as casas com terceiros pisos, mas eles tinham que por lá em cima uma rodinha e uma corda e puxar para levar para cima, outros metiam à cabeça, a subir as pranchas por lá cima com as gamelas da massa à cabeça, era assim, e, portanto, não haviam condições nenhuma. Portanto lutávamos por melhores condições de vida, por salários dignos, e também pelas reduções dos tempos de trabalho, que se trabalhava de segunda a sábado, a sábado, e nove horas por dia, era assim naquela altura.

Houve algum caso particular que o tenha marcado?

Houveram muitos casos que foram relatados no grupo naquela altura, também havia uma facilidade grande quando a gente não estava bem punha-se. Não é? Eu estou-me a recordar a primeira fábrica onde eu trabalhava, eu fui trabalhar para a Trofa, e trabalhei onze meses, ao fim de um tempo puseram-me a mim como chefe de secção, tinha 16/17 anos, chefe de secção, uma fábrica de garapus, era assim, havia o patrão que era tudo, era patrão, era encarregado geral, era tudo, eram trinta e tal pessoas que trabalhavam naquela fábrica, pagava-se à semana, dezassete escudos e quinhentos era assim que se dizia, dezassete escudos e cinquenta centavos, e eu achava que esse salário era um salário miserável, e um dia fui ter com o patrão e disse “Senhor Francisco, desculpe mas este salário é um salário muito pequeno”, e tentei convencer os meus colegas também a reivindicar o mesmo, mas os meus colegas tiveram um bocado de medo, o homem não gostou muito, porque ele é que sabia se eu ganhava pouco ou se ganhava muito, e foi um bocado grosso para comigo e eu também fui grosso para com ele, e assumo isso, mas

senti qua já não tinha condições de trabalhar ali mais, e chateei-me e disse “Não estou bem, olhe vou-me embora” e sai de tarde e fui embora, e naquela altura eu utilizava a bicicleta para ir trabalhar. Peguei na bicicleta e vim da Trofa para Ribeirão, mas ao chegar a Ribeirão havia uma fábrica de botões que eu conhecia, mas muito maior do que aquela, e em vez de vir para casa fui à outra fábrica de botões, a outra fábrica de botões, toquei à campainha, pedi para falar com o responsável, o responsável atendeu-me eu contei-lhe o que é que se passou, e no dia seguinte ele mandou-me trabalhar, naquela altura era assim o trabalho, portanto, não é como agora e enquanto ganhava lá 7 e 500 por semana fui ganhar 36 para a fábrica [...] que hoje já não existe, era assim que se chamava, fábrica de botões. Cheguei a casa, a minha mãe ficou muito admirada de me ver aquela hora em casa, eu contei-lhe o que é que se passou, “Mas oh mãe amanhã já vou trabalhar para outro lado”, vou trabalhar para a rival, ela ficou toda contente, pronto e foi, passei de 17 e 500 para 36 escudos por semana, foi depois de lá que depois eu sai para trabalhar a tempo inteiro na JOC. Depois fiz o serviço militar, a seguir ao serviço militar fui trabalhar para a [outra fábrica], já é uma empresa com outras condições, mas ao fim de três meses eu estava a alinhar numa greve, houve uma greve para reivindicar, eu agora não me recordo mas penso que era os aumentos salariais, e eu aderi à greve, no dia seguinte fui chamado ao escritório porque estava ali à muito pouco tempo, tinha passado a efetivo de facto já, tinha tido a sorte de ter passado a efetivo, porque estava-se a introduzir os contratos a prazo e fui avisado de que o meu progresso ali tinha terminado, mas não terminou porque passado uns anos, eu era chefe de grupo, eu era chefe de um grupo de trabalhadores, tinha 19 anos. Ia aos plenários, claro que os patrões e os encarregados gerais não gostavam muito que eu fosse aos plenários, eu fazia-lhes ver que tínhamos direito a 17 horas por ano para reuniões de trabalhadores, eles ficavam todos lixados, “decreto-lei número tal está lá, não fomos nós que fizemos a lei, e as leis são feitas de acordo com os patrões, com as centrais sindicais e com o governo, portanto está na lei, está na lei”, eles esterlicavam-se todos, mas a gente lá ia.

Deviam ficar todos exaltados.

SIM, não ia muita gente, mas muita gente estava sempre à espera de ver se eu ia ou não ia, se eu fosse ia logo um grupo razoável atrás, se eu não fosse não iam, porque eu também era um bocado espírito de contradição nos plenários, porque umas vezes estava de acordo outras vezes contestava as posições dos sindicatos, porque os sindicatos também não estavam certos sempre. E ali na [fábrica] foi uma empresa que pagou sempre a cima da média, e ao lado estava uma empresa têxtil que pagava a baixo da média, e na empresa têxtil que se pagava a baixo da

média ou dos mínimos, nunca, não havia reivindicações nenhuma, nunca havia lutas nenhuma, e ao lado uma empresa metalúrgica que é, que era a [fábrica] e que pagava a cima da média, que cumpria com os salários coletivos de trabalho havia sempre lutas. E eu isso aqui não podia conceber e, portanto, era também motivo de constatação no meio dos plenários que gerava por vezes votações muito equilibradas ali. Era este o espírito de contradição que os sindicatos nunca sabiam de que lado é que eu estava, quando lhes dava jeito acusavam-me que eu estava do lado do patrão, do lado do patrão acusavam-me que eu estava do lado dos sindicatos. Pronto é o equilíbrio no meio disto, portanto, a LOC neste caso e a JOC também ajuda a ter militantes equilibrados para dirigir lutas nas empresas, distinguir o que é que está bem.

Nas reuniões, existe algum guião que tem que ser cumprido, ou existe alguém superior que diz “Esta semana tem que ser abordado este tema”, ou os temas são escolhidos de acordo com os grupos?

Normalmente, nós, não estou a dizer que não trabalhamos temas, mas não existe guião, existe formação que nós fazemos com os animadores dos grupos, os que são dirigentes tem permissão para fazer formação com os animadores de grupos, e o nosso guião, entre aspas, tem que estar na cabeça, não está no papel, está no papel sim, a nossa formação está no papel, que é aquilo que nós designamos por três iniciais R-V-O, revisão de vida operária, o guião é este. E quando nós conduzimos uma reunião, temos presente na nossa cabeça que a primeira parte da reunião é um ver, e o ver o que é que a gente pergunta às pessoas do grupo? Quais são para ti os problemas que mais te marcam, que mais te marcaram esta semana, quando as reuniões eram semanais, e a pessoa conta um caso que a tenha marcado naquela semana, mas conta um caso concreto de vida, do trabalho, ou da família, ou dos tempos livres, a assim sucessivamente todos contam um caso, depois a pessoa que esta a coordenar o grupo tem por missão ver daqueles casos quais são as realidades que são comuns, e tenta-se escolher apenas um. Imaginemos que é um caso de, do que eu falei ao bocadinho de falta de condições de trabalho para exercer a profissão com dignidade, e a gente vê que o David apresentou um caso parecido, o Manuel disse que até se queimou a mexer na lenha para aquecer a secção, o outro diz eu meti o dedo onde não devia porque não tinha lá o resguardo e ao cortar uma, ao cortar um bocado de ferro a serra apanhou-me um dedo, estou a falar de acidentes de trabalho, e então nós vamos pegar numa realidade concreta, neste caso poderia ser os acidentes de trabalho, e então fazer lembrar os outros, mas então vocês conhecem mais casos parecidos com este, sobre acidentes de trabalho, e as pessoas “Ai até conheço este, conheço aquele que caiu abaixo de uma prancha porque a

prancha não tinha resguardo, porque se descuidou” a culpa às vezes pega-se para o trabalhador em vez de deitar para o empregador. Pronto, estamos na primeira parte do ver que por sua vez leva a ver as causas desta situação, o que é que provocou esta situação, que consequências é que isto pode provocar, estamos a falar de acidentes de trabalho, das mutilações que muitas vezes provoca na vida das pessoas, muitas vezes até a morte, e as mutilações que levam muitas vezes as pessoas para cadeiras de rodas e para a camas para toda a vida, isso são as consequências, depois as consequências eram vistas também ao nível da família, ou seja a família não poder ter o essencial para viver e ter uma vida digna, e portanto o v de ver esses casos, ver as causas, as consequências que daí derivam, e ver os aspetos positivos e negativos que essa liberdade trouxe para a vida em volta não só da pessoa que participou nisso, mas para todo o meio envolvente. Segundo aspeto julgar, julgar esta mesma vida à luz da fé em Jesus Cristo, e então vamos procurar na sagrada escritura passagens de que iluminem esta mesma vida, não só na sagrada escritura, mas também na doutrina social da igreja, das encíclicas papais, na altura nós utilizávamos muito o *Rerum Novarum* que foi a primeira encíclica social que saiu em 1856 se não estou enganado, pelo Papa Leão XIII, depois mais tarde apareceu a *Octogésima Advenis* que foi nos oitenta anos da *Rerum Novarum*, e nós estudamos muito a doutrina social da Igreja, também íamos buscar aqui contributos para este julgar, o julgar não é um julgar à maneira dos tribunais, é um julgar à maneira de Jesus Cristo, os tribunais precisão de juízes, precisão de procuradores, precisão de advogados, precisam de testemunhas acusatórias, precisam de testemunhas de defesa, neste julgar à maneira do evangelho, precisamos de muita misericórdia à maneira de Jesus, precisamos de amor e de ver as várias faces dos vários ângulos, ver de um lado, ver do outro. E é aqui que as pessoas descobriam que o trabalho tem a ver com a dignidade da pessoa humana, e a dignidade da pessoa humana tem a ver com o facto de nós sermos filhos de Deus, e se somos filhos de Deus temos uma dignidade de direito próprio, não é ninguém que ma dá, sou eu que a tenho cá dentro, e essa dignidade está cá dentro e é Jesus Cristo que está na minha vida, se Jesus Cristo fez isto, se Jesus Cristo foi capaz de expulsar os ladrões do templo, se Jesus Cristo disse que a prioridade da igreja é para com os mais pobres da sociedade, se Jesus Cristo curou os enfermes, se Jesus Cristo deu a vista aos cegos, se Jesus Cristo fez com que os cochos andassem, ora nós também temos que seguir um bocado isto, os cochos deste tempo não são aqueles aleijados, mas são aquelas pessoas que ainda não aprenderam a caminhar por si próprias, e se calhar nós temos que fazer aqui muita coisa, depois vem a questão, ainda dentro do julgar, a outra questão que é chave, e que é “E tu? Se fosses tu? Como é que fazias?”, em que a pessoa se põe em causa,

porque aqui também à situações de pecado, muitas vezes nós somos culpados das situações que acontecem, e à aqui uma conversão interior nas pessoas, partir daqui, ora bem vamos identificar o problema, vimos as causas, vimos as consequências, vimos os aspetos positivos, vimos os negativos, como é que nós vamos pegar naquilo e confrontarmos isto com o evangelho, com as sagradas escrituras, com a doutrina social da igreja, também muitas vezes entravam aqui outros pensadores civis, e portanto da vida pública, como o Martin King, como outros pensadores da não violência, a partir daqui o que é que nós temos que fazer, o que é que eu vou fazer? Quer em termos individuais quer em grupo, e portanto, está o agir, portanto não havia nenhum guião, embora num ou outro caso as próprias pessoas por elas próprias levam para a reunião para não se esquecerem destes três pontos, o seu caderno, era um dos aconselhamentos, ainda hoje é assim, um dos aconselhamentos é que as pessoas todas elas devem ter o seu caderno de apontamentos, até porque estamos a desenvolver dois aspetos, primeiro a memória das pessoas, fazer memória dos acontecimentos, segundo as pessoas escreviam muito mal na altura, davam muitos erros, o facto de escreverem estávamos a fazer com que a pessoa melhorasse a sua escrita, e começasse a corrigir por ela própria erros, e então os coordenadores dos grupos levavam os seus cadernos, o seu esquema, preparavam-se em casa, levavam o seu esquema montado e para não se esquecerem consultavam os apontamentos para ver como é que iam conduzir a reunião. Nenhuma reunião é igual à outra e aqui está a vantagem, ninguém segue uma cartilha que é exclusivamente assim, não, as vezes estes tempos que eu falei agora, às vezes tinham-se que encurtar, as vezes a gente só tinha hora e meia de reunião, como é que eu vou fazer estes passos todos em hora e meia, impossível e então, fazíamos três perguntas sobretudo para um grupo em iniciação, “Quais são os problemas que mais te preocupam?” – primeira questão, segundo – “Tu como cristão como é que te situas?”, terceiro – “O que é preciso fazer para os modificar?”, e aqui estão os três passos, ver, julgar e agir. Não estão vistos na profundidade que um grupo já mais antigo consegue ver mas estão vistos no essencial, e a pessoa depois vai para casa a pensar, este é o nosso método de trabalho. Continua a ser. Continua a ser atual. Ver, julgar e agir, portanto a gente chamava-lhe revisão de vida operária, e aparece as iniciais muitas vezes nos documentos já deves ter reparado, RVO, RVO.

Nós já falamos de quem estava a favor do movimento, mas existiu alguém que estivesse contra, e que fizesse questão de atuar contra?

Contra o movimento? Ora bem, o problema maior que nós tivemos foi a seguir ao 25 de abril, esse foi o problema maior, até ao 25 de abril os movimentos que haviam na vida das pessoas

eram os movimentos da igreja ligados à ação católica, e não, os partidos políticos estavam proibidos, e havia muita gente nos partidos políticos que atuavam na clandestinidade que se infiltrava dentro dos movimentos e na altura estava na JOC e não foi exceção à regra, a seguir ao 25 de abril houve uma parte dos militantes da JOC de Braga que saiu do movimento, saíram do movimento e foram para os partidos políticos, soube que eram três pessoas que eram da equipa diocesana, ficou, eu na altura já vivia, quando sucedeu o 25 de abril depois fui para a tropa, tive que deixar a equipa diocesana, e isto aconteceu a posteriori, aconteceu mais em 1975, ficou a Teresa que hoje é a minha mulher, ficou o Fernando Martins, e ficou o assistente diocesano o Padre António Silva que já faleceu. A equipa diocesana que tinha 12 membros ficou reduzida a 3, os outros saíram, saíram e deram porrada naqueles que ficaram, porque acharam que a JOC e a LOC já não tinham razão de ser, entretanto deu-se o 25 de abril e o papel deles tinha acabado. Esta foi a dificuldade maior que os movimentos passaram, e, portanto, os movimentos tiveram que se reconstituir e levantar-se lentamente e começar outra vez não foi do zero mas foi, constituir, quem quer estar, todos tem lugar, mas as pessoas não percebiam isso, tanto tem lugar as pessoas que estão nos partidos mais afetos à direita como ao centro, como à esquerda, todos tem lugar, porque a igreja de Deus é uma igreja de todos, é da direita e é da esquerda. Nós temos dois braços, temos um braço direito e um braço esquerdo, temos um ouvido direito, um ouvido esquerdo, temos um olho direito e um olho esquerdo, portanto todo... por isso é que a gente diz o pessoal mais à esquerda são mais amigos dos pobres, os da direita são mais amigos dos ricos, bom, não sei como é que isto nasceu, mas o que é certo é que fizeram essa pergunta ao Santo Padre São João Paulo II, e ele disse “A igreja tem sempre dois olhos, um que olha mais pela direita outro que olha mais pela esquerda, na igreja todos tem lugar”, primeiro que se descobrisse isto foi muito trabalho e eu estive com estas três pessoas que eram da equipa diocesana do lado delas e eu, a maioria dos militantes dos grupos de base também estiveram, foi só a cúpula que praticamente se desfez, porque a cúpula era sempre apetecível às direções dos partidos políticos porque eram pessoas que davam nas vistas, eram pessoas que sabiam intervir, eram pessoas que estavam seguras do que queriam, e portanto eram apetecíveis, eu foi aliciado muitas vezes por vários partidos políticos, para fazer parte também das cúpulas dos partidos políticos. Mas nunca aceitei, mas nunca as pessoas não me lembro de estas pessoas criticarem o movimento, nem as pessoas que ficaram, antes pelo contrário, ainda hoje dizem “A minha melhor escola foi a escola da JOC, a minha melhor escola foi a escola da LOC”, as pessoas saíram na altura e depois houveram pequenas discussões e tal, mas ficou sempre o respeito a consideração para

com o movimento. Ainda hoje as pessoas, quando eu referia a questão do Marcelo, o Marcelo também passou pelas fileiras da ação católica, não foi da JOC nem da LOC, mas foi mais pela área ligada ao ensino, como o Guterres por exemplo, também passou, e hoje é secretário geral das Nações Unidas, passou pela ação católica, mas na área mais ligada à atividade escolar, à antiga JEC, Juventude Escolar Católica, que é um dos movimentos da ação católica.

Nós agora temos facilidade em passar as notícias, daqui para Braga, de Braga para o Porto, mas na altura como é que vocês conseguiam saber as notícias mais longínquas do que se estava a passar?

Quer a JOC quer a LOC sempre fizeram parte de organizações internacionais, e nós quando íamos às reuniões das organizações internacionais, nós ficávamos a saber mais do que o que nós sabíamos cá no nosso país, o nosso país estava desligado do mundo, não se sabia nada, só através da participação nos encontros internacionais que ainda nos deixavam ir. E a informação circulava muito mais, muito mais pela boca do que pela escrita, porque nós tínhamos um certo receio que ao escrevermos as cartas pudessem ser apanhadas e denunciadas, porque as pessoas foram presas quer na JOC quer na LOC. E, portanto, a situação seguia muito mais do passa a palavra. Nós tínhamos informações privilegiadas que mais ninguém tinha, uma coisa é irmos a um encontro internacional a Paris e encontrarmo-nos com os representantes dos movimentos de libertação em Angola e Moçambique, e depois provocamos um encontro na Covilhã com representantes desses movimentos, em que eles viram cá para reunir conosco na clandestinidade e nós e nós fomos ter com eles, na zona da Guarda eu quando fui para essa reunião, não sabia para onde é que ia, não sabia, só sabia que tinha que chegar a determinado sítio, e depois alguém me iria levar para outro sítio onde nós nos encontramos, num sítio secreto onde ninguém sabia, claro que depois viemos a saber que nessa mesma reunião estava uma pessoa da PIDE, foi presa depois do 25 de abril, ficamos estupefatos, uma pessoa nossa amiga que era do movimento, são as tais infiltrações.

Não era fácil descobrir essas pessoas.

Não. Passa a palavra, era um bocado isto, porque ainda não havia meios, nem os sms's, nem a internet, as cartas haviam, e a gente recebia muitas vezes. Recebia uma carta e via que a carta vinha meia descolada, a policia tinha uma forma muito concreta de descolar aquilo, aquilo ficava amolecido eles abriam a carra, viam, não sei se fotocopiavam ou não, ou tiravam as notas e fechavam-nas, mas a carta não ficavam bem fechada "Este correio foi visto por alguém", se não se desse o 25 de abril em 1974 eu provavelmente no mês de junho ou julho teria sido, daquele

ano, teria sido preso, eu e todas as pessoas que faziam parte da equipa nacional da JOC. Porque ser a tempo inteiro dirigente para a JOC implicava, a equipa nacional da JOC naquela altura era constituída só por aqueles que trabalhavam a tempo inteiro para a JOC, só esses é que faziam parte da equipa nacional, o facto de eu ter deixado o meu emprego e ter ido para Braga trabalhar a tempo inteiro para a JOC, automaticamente fiquei também a pertencer à equipa nacional, que coordenava todo o movimento a nível nacional que eramos 17, hoje a equipa nacional está reduzida a muito menos, não é, menos de metade, mas na altura eramos 17 e a gente deslocava-se nos transportes que havia naquela altura, para chegar daqui a Lisboa era 1 dia, era 1 dia que demorava a chegar daqui a Lisboa, num mini que nós tínhamos na altura, do nosso assistente diocesano, que nos levava e lá íamos nós pelas antigas estradas nacionais, para aqui, para acola, e lá íamos até Lisboa, mas, era 1 dia, saíamos daqui às 8 horas da manhã e só chegávamos lá às 8 horas da noite. Não tínhamos hipótese. Hoje fazíamos isso em menos tempo, 3 horas, mas era assim. E os acidentes que a gente teve por aí fora, não me esquece uma ocasião de Barcelos a Lisboa... e disseram assim “Agarrai-vos que nos vamos bater”, ele tinha posto o pé no travão e o carro não obedeceu, e estava um camião na frente e nós entramos por de baixo do camião. E o carro ali ficou, por acaso não aconteceu nada connosco, nem com ele, mas o carro ficou todo espatifado, como íamos para uma reunião que ia demorar 15 dias, ele mandou o carro para uma garagem lá à beira e naqueles 15 dias eles repararam o carro e depois levavam lá à rua onde nós estávamos, levaram lá o carro e viemos para cima.

Despedida

APÊNDICE 04 – CATALOGAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO ARQUIVO

Printscreen de parte da catalogação dos ficheiros em arquivo na sede da LOC.

The screenshot displays an Excel spreadsheet with the following columns: A (Autor), B (Título), C (2º Título), D (Tipo de Título), E (Série/Nº), F (Data), G (Arquivo da LOC - Braga), H (Editora), I (Local), J (Nº de Páginas), K (Descrição), L (Quantidade), M (Manuscrito/Impresso), and N (Livro, Caderno, etc.).

A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N
1	Autor	Título	2º Título	Tipo de Título	Série/Nº	Data	Arquivo da LOC - Braga	Editora	Local	Nº de Páginas	Descrição	Quantidade	Manuscrito/Impresso
2	Director: Serafim Vieira	Testemunho 1 - DA EXCLUSÃO À CASA DA REVISTA DE PASTORAL OPERÁRIA	Revista de Pastoral Operária	Formal	1	Jan de 1989 - Abr de 1989	Gráfica de Coimbra	Gráfica de Coimbra	Lisboa	75	acontecimentos no ano de 1989,	8	Imp.
3	Director: Serafim Vieira	Testemunho 2 - A PASTORAL OPERÁRIA	Revista de Pastoral Operária	Formal	2	Mai de 1989 - Ago de 1989	Gráfica de Coimbra	Gráfica de Coimbra	Lisboa	91	acontecimentos no ano de 1989,	2	Imp.
4	LOC/IMTC	O Futuro do Trabalho	Declaração de Guimaraes	Formal	1	21 Maio de 2006			Lisboa	4	Paralelo com o resumo do enc	15	Imp.
5	Américo Monteiro, Ulisses Gari	Pastoral Operária - O Papel das Organizações		Formal		Mai de 2005	LOC/IMTC	LOC/IMTC	Lisboa	42	Reflexão sobre o ver, pensar e	24	Imp.
6	Director: José Maria Carneiro C	Testemunho - A Busca de Sinais	Um Olhar Novo Sobre a Realidade	Formal	Nº 88 a 92	Jan de 1993	Fundação Cardijn	Fundação Cardijn	Aveiro	38	Reflexão sobre o ver, pensar e	2	Imp.
7	Pe. Aveílio Cardoso, José Mar	Carta Pastoral "Responsabilidade Solidária"		Formal		Mai de 2002 - Ago de 2002	Fundação Cardijn e editorial	Fundação Cardijn e editorial	Lisboa	66	Início do sec XX, reflexão sobr	1	Imp.
8	Director: José Maria Carneiro C	Testemunho - A Imigração novos desafios	Revista de Pastoral Operária	Formal		Mai de 2003 - Dez de 2003			Aveiro	47	Inicio da JCC e mensagens da F	1	Imp.
9	Claudia Ventura	Testemunho - O código de trabalho e a D.S	Revista de Pastoral Operária	Formal		Jan de 1994 - Ago de 1994			Lisboa	73	unhos, o trabalhador e revisão d	4	Imp.
10	Comissão Nacional do Episcopa	COMISSÃO NACIONAL DE PASTORAL DE ESTRUTOS		Formal		1997			Lisboa	9	Estatutos antigos da comissão	95	Imp.
11	Director: José Maria Carneiro C	Testemunho - A Pastoral Operária caminha		Formal		Jan de 1984 - Ago de 1984			Lisboa	32	rário, o pastor, planos de açõ	10	Imp.
12	Director: José Maria Carneiro C	Testemunho - O encontro CRISTOS EMI		Formal	Nº 96 a 97	Jan de 1990	LOC	LOC	Lisboa	107	1-Ponogal, conclusões do P enc	53	Imp.
13	Director: Pe. José Carlos da Sil	Testemunho		Formal	54	Nov de 1980 - Set de 1980	LOC	LOC	Lisboa	40	familiar, habitação, instrução... no	1	Imp.
14	Director: Pe. José Carlos da Sil	Testemunho		Formal	55	Nov de 1980 - Set de 1980	LOC	LOC	Lisboa	48	bit, a presença da igreja após o	1	Imp.
15	Director: Pe. José Carlos da Sil	Testemunho		Formal	56	Mai de 1978 - Fev de 1978	LOC	LOC	Lisboa	48	apoiados ao desemprego e p	1	Imp.
16	Director: Pe. José Carlos da Sil	Testemunho		Formal	57-58	Mai de 1978 - Mar de 1978	LOC	LOC	Lisboa	44	especializados no homem e d	1	Imp.
17	Director: Pe. José Carlos da Sil	Testemunho		Formal	57-58	Jan de 1978 - Out de 1978	LOC	LOC	Lisboa	32	o trabalho e à família, situaçã	1	Imp.
18	Director: Hóscio de Noronha	Testemunho - Família Operária		Formal	61	Jan de 1981 - Mar de 1981	C. N. P. O.	C. N. P. O.	Lisboa	36	to e uma sociedade justa, boqr.	2	Imp.
19	Director: Hóscio de Noronha	Testemunho - João Paulo II e os trabalh		Formal	62-63	Abr de 1981 - Set de 1981	C. N. P. O.	C. N. P. O.	Lisboa	52	os trabalhadores, notícias da LOI	1	Imp.
20	Director: Hóscio de Noronha	Testemunho - A OPÇÃO PELOS MAIS POI		Formal	64	Out de 1981 - Dez de 1981	C. N. P. O.	C. N. P. O.	Lisboa	32	o e notas do discurso de João P	1	Imp.
21	Director: Hóscio de Noronha	Testemunho - TEOLOGIA DO TRABALHO		Formal	65	Jan de 1982 - Set de 1982	C. N. P. O.	C. N. P. O.	Lisboa	31	o congresso internacional da JO	1	Imp.
22	Director: Hóscio de Noronha	Testemunho - Pastoral Operária na Europa		Formal	67	Jul de 1982 - Set de 1982	C. N. P. O.	C. N. P. O.	Lisboa	35	ento operário e a igreja, esclare	1	Imp.
23	Director: Pe. José Carlos da Sil	Testemunho		Formal	71	Jul de 1983 - Dez de 1983	Tipografia Cardijn	Tipografia Cardijn	Cascais	44	ia da JCC e LOC, as suas lutas,	1	Imp.
24	Director: Pe. José Carlos da Sil	Testemunho		Formal	42	Nov de 1976 - Dez de 1976	Tipografia Cardijn	Tipografia Cardijn	Cascais	36	militanes, JCC, o Reino de Deu	1	Imp.
25	Director: Pe. José Carlos da Sil	Testemunho		Formal	43	Jan de 1977 - Fev de 1977	Tipografia Cardijn	Tipografia Cardijn	Cascais	27	ivências dos bispos e documen	1	Imp.
26	Director: Pe. José Carlos da Sil	Testemunho		Formal	44	Mar de 1977 - Abr de 1977	Tipografia Cardijn	Tipografia Cardijn	Cascais	28	temunho de Pe. João Domingo	1	Imp.
27	Director: Pe. José Carlos da Sil	Testemunho		Formal	46-47	Jul de 1977 - Out de 1977	Tipografia Cardijn	Tipografia Cardijn	Cascais	48	prático e sua resolução, ver, jul	76	Imp.
28	Director: Pe. José Carlos da Sil	Testemunho		Formal	49	Jan de 1978 - Fev de 1978	Tipografia Cardijn	Tipografia Cardijn	Cascais	28	se dos inquiritos e textos de aj	1	Imp.
29	Colaboradores: Irmã Lise, Dr. M. A	revisão de vida Instrumento de Evangeliza		Formal		Início dos anos 90	LOC	LOC	Braga	40	to do movimento mundial dos	1	Imp.
30	Director: Conceição Cavalho	Boleim de Militantes da LOC		Formal	69	Nov de 1981 - Dez de 1981	Fundação Cardijn	Fundação Cardijn	Lisboa	15	de solidariedade, intervenções d	1	Imp.
31	Director: Conceição Cavalho	Boleim de Militantes da LOC		Formal	25 anos do M. M. T. C.	Jan de 1982 - Fev de 1982	Fundação Cardijn	Fundação Cardijn	Lisboa	19	o seu movimento e missão, v	1	Imp.
32	Director: Conceição Cavalho	Boleim de Militantes da LOC		Formal	92	Nov de 1982 - Fev de 1982	Fundação Cardijn	Fundação Cardijn	Lisboa	24	do movimento, desemprego, a c	1	Imp.
33	Director: Graziela Abrayós	Boleim de Militantes da LOC		Formal	91	Especial 1992	Fundação Cardijn	Fundação Cardijn	Porto	59	do movimento, desemprego, a c	1	Imp.
34	Director: Graziela Abrayós	Boleim de Militantes da LOC		Formal	100	Set de 1994 - Out de 1994	LOC	LOC	Lisboa	24	do movimento, desemprego, a c	1	Imp.
35	Director: Graziela Abrayós	Boleim de Militantes da LOC		Formal	100	Out de 1994 - Dez de 1994	LOC	LOC	Lisboa	24	do movimento, desemprego, a c	1	Imp.
36	Director: José Domingues Pood	Boleim de Militantes da LOC		Formal	171	Out de 2002 - Jun de 2002	LOC/IMTC	LOC/IMTC	Lisboa	76	do movimento, desemprego, a c	1	Imp.
37	Director: José Domingues Pood	Boleim de Militantes da LOC		Formal	171	Out de 2002 - Dez de 2002	LOC	LOC	Lisboa	60	do movimento, desemprego, a c	1	Imp.
38	Tomar conta da palavra que toma conta de	ELIPEC DE N. C. A. T. C. P. O.		Formal		2008 - 2011			Lisboa	24	Hinos, Calendário, a Palavra	8	Imp.
39	IVYRENZAMIAO.NX.C.A.T.C.P.O.			Formal		1999-20			Brasão	02	Brasão da Comunidade de Bragança	0	Imp.

APÊNDICE 05 – QUADROS REPRESENTATIVOS DAS AMOSTRAS

Os seguintes quadros, representam os resultados (em bruto) obtidos das amostras, fichas das associadas, do arquivo da Ação Católica de Braga.

Dados relativos à Liga Agrária Católica Feminina:

Total								
1935/39	1940/44	1945/49	1950/54	1955/59	1960/64	1965/69	1970/74	Total
217	754	672	1214	811	434	456	113	4671

	Morada								
	1935/39	1940/44	1945/49	1950/54	1955/59	1960/64	1965/69	1970/74	Total
Diferente	2	1	4	8	3	1	0	0	19
Igual	89	397	458	913	613	330	393	97	3290
Irreconhecível	126	356	210	293	195	103	63	16	1362
Total	217	754	672	1214	811	434	456	113	4671

	Profissão/Ocupação								
	1935/39	1940/44	1945/49	1950/54	1955/59	1960/64	1965/69	1970/74	Total
Administrativa	0	0	0	0	0	1	0	0	1
Agricultora	3	25	76	282	126	46	34	6	598
Ajudante de Farmácia	0	1	0	0	0	0	0	0	1
Apicultora	0	0	0	1	0	0	0	0	1
Auxiliar de Limpeza em escola masculina	0	0	0	0	0	1	0	0	1
Bordadeira	0	0	0	1	1	0	0	0	2
Comerciante	0	0	2	3	0	0	1	0	6
Costureira	1	5	11	38	37	21	18	4	135
Criada	0	1	1	4	4	0	0	0	10
Doméstica	6	20	171	581	504	319	333	83	2017
Encarregada de posto de receção	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Enfermeira	0	0	1	1	0	0	0	0	2
Fabricante	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Feirante	0	0	0	0	1	0	2	0	3
Fiandeira	0	0	0	1	0	0	0	0	1

Jardineira	0	0	0	1	0	0	0	0	1
Jornaleira	0	7	8	22	16	4	4	0	61
Modista	0	0	1	4	2	0	1	0	8
Moleira	0	0	0	3	1	1	0	0	5
Oleira	0	0	0	1	11	1	3	0	16
Operária	0	2	6	15	14	6	11	3	57
Padeira	0	0	0	0	0	0	3	0	3
Padeira	0	0	1	2	0	0	0	0	3
Pianista	0	0	1	0	0	0	0	0	1
Professora Oficial	1	5	2	7	3	1	2	3	24
Professora Primária	1	1	0	0	1	2	2	0	7
Proprietária	0	4	9	22	3	0	1	0	39
Reformada	0	1	1	1	0	1	6	1	11
Regente escolar	0	1	0	3	1	3	2	0	10
Serviçal	0	0	5	11	6	2	1	0	25
Tecedeira	0	2	14	43	23	3	1	0	86
Total	12	75	310	1047	754	412	425	102	3137

	Idade								Total
	1935/ 39	1940/ 44	1945/ 49	1950/ 54	1955/ 59	1960/ 64	1965/ 69	1970/ 74	
15-19	0	1	5	1	6	0	1	0	14
20-24	0	24	23	68	44	31	25	7	222
25-29	0	44	52	102	90	59	56	14	417
30-34	1	52	90	162	118	87	73	25	608
35-39	1	59	78	131	104	74	81	14	542
40-44	0	65	56	122	92	49	64	12	460
45-49	0	60	61	146	73	39	48	18	445
50-54	0	62	46	111	72	23	41	10	365
55-59	0	32	51	98	61	33	22	2	299
60-64	2	35	38	72	38	12	21	1	219
≥65	0	25	44	81	58	13	12	3	236
Total	4	459	544	1094	756	420	444	106	3827

	Outras Associações								Total
	1935 /39	1940 /44	1945 /49	1950 /54	1955 /59	1960 /64	1965 /69	1970 /74	
Ajudante dos serviços da sopa dos pobres	9	0	0	0	0	0	0	0	9
Amiga do Bom Jesus	0	0	0	0	4	0	0	0	4
Amor Divino	0	0	0	1	0	0	0	0	1

Apostolado da Oração	139	354	240	282	218	79	48	9	1369
Apostolado dos doentes	0	1	0	0	0	0	0	0	1
Associação de Santa Filoména	0	0	1	0	0	0	0	0	1
Associação do Rosário Perpétuo	0	0	0	0	0	0	0	2	2
Associação do Santíssimo Sacramento	0	4	2	2	2	0	3	0	13
Associação Nossa Sra. das Missões	0	0	0	0	0	0	0	2	2
Carmelita terceira	0	1	0	0	0	0	0	0	1
Coletora do Jornal de Fátima	0	0	0	0	0	2	0	0	2
Conferencia Feminina de S. Vicente Paulo	19	2	2	0	4	2	2	0	31
Confraria da freguesia	0	0	0	2	0	0	0	0	2
Confraria das almas do purgatório	0	0	0	0	11	0	1	0	12
Confraria do Rosário	0	3	0	0	0	0	0	0	3
Confraria do Santíssimo Sacramento	0	0	0	5	0	2	0	0	7
Confraria Nossa Senhora	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Congregação Mariana	18	16	14	29	11	9	5	0	102
Congregação Nossa Senhora	0	0	0	0	24	6	4	1	35
Congregação Vicentina	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Coração de Jesus e Maria	0	0	0	0	0	3	0	0	3
Cruzadas das Crianças	0	5	0	1	0	0	0	0	6
Cruzadas de Fátima	115	147	75	89	51	15	18	1	511
Curso de Crisandade	0	0	0	0	0	0	0	3	3
Distribuição da Voz de Fátima	0	1	0	0	0	0	0	0	1
Dominicana	0	0	0	0	0	0	2	0	2
Doutrina Cristã	0	0	0	0	0	2	0	0	2
Espírito Santo	0	0	0	0	6	1	0	0	7
Exército Azul	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Geração de Jesus	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Imaculado Coração de Maria	0	0	0	1	7	0	0	0	8
Irmã de Maria	0	0	0	0	1	0	0	0	1

Irmã Nossa Sra. do Carmo	0	0	0	0	2	0	0	0	2
Irmandade das Almas	0	0	0	1	0	0	0	0	1
Legião de Maria	0	0	0	0	0	1	5	0	6
Liga Intensificadora da Ação Missionária	0	0	0	9	0	1	2	0	12
Liga Missionária	0	0	0	0	1	2	0	0	3
Mãe Cristã	0	1	2	0	0	0	0	0	3
Maria do Sacrário e Calvário	7	17	13	30	7	1	2	0	77
Missas	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Missões Franciscanas	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Nossa Senhora das Almas	0	0	0	5	0	0	0	0	5
Nossa Senhora da Conceição	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Nossa Senhora das Dores	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Nossa Senhora de África	5	3	4	4	14	0	0	0	30
Nossa Senhora de Fátima	2	0	5	0	5	0	1	0	13
Nossa Senhora do Carmo	0	0	2	0	7	0	0	0	9
Nossa Senhora do Perpétuo Socorro	0	1	0	1	0	0	0	0	2
Nossa Senhora do Rosário	0	8	0	0	4	0	0	0	12
Obra da Santa Infância	0	13	0	2	0	0	0	0	15
Obra das Três Marias	22	4	1	0	0	0	0	0	27
Obra de Santa Zita	0	0	0	1	0	0	0	0	1
Obra do Resgate	0	0	1	0	0	0	0	0	1
Obra reparadora	0	0	0	3	0	0	0	0	3
Obras do Amor Divino	0	0	0	0	0	1	0	0	1
Obra de proteção e resgate das raparigas	0	1	0	2	0	0	0	0	3
Ordem 3ª de S. Domingos	0	1	1	0	0	0	0	0	2
Ordem 3ª Franciscana	0	3	0	10	0	1	0	0	14
Pia União das Filhas de Maria	14	72	33	38	35	24	2	2	220
Propagação da Fé	0	28	6	1	0	0	0	0	35
Propagandista da Ação Missionária	0	0	0	1	0	0	0	0	1

Propagandista das Missões do Espírito Santo	0	0	0	0	2	1	2	0	5
Proteção e Missões	0	0	0	0	2	0	0	0	2
S. Francisco	0	1	1	1	3	0	0	0	6
S. Gregório	0	3	0	0	0	0	0	0	3
S. José	0	0	0	0	1	0	0	0	1
S. Sebastião	3	0	0	0	0	0	0	0	3
Santa Rita	0	0	0	1	0	0	0	0	1
Senhora de África	0	0	0	0	0	0	2	0	2
Trezenas de Fátima	15	0	5	3	4	0	0	0	27
União Franciscana	0	0	0	2	0	0	0	0	2
Zeladora da Cruz	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Zeladora da Sagrada Família	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Zeladora das Alfaias	3	0	0	0	0	0	0	0	3
Zeladora das Cruzadas Eucarísticas	9	9	1	0	1	0	0	0	20
Zeladora de Altar	3	5	3	5	0	0	0	0	16
Zeladora do Sagrado Coração de Jesus	18	79	33	22	35	6	10	0	203
Zeladora dos Sacramentos da Igreja	3	0	0	0	0	0	0	0	3
Total	404	783	445	554	469	159	111	21	2946

	Cota								Total
	1935 /39	1940 /44	1945 /49	1950 /54	1955 /59	1960 /64	1965 /69	1970 /74	
0\$10	0	6	0	0	0	0	0	0	6
0\$20	0	1	0	0	0	0	0	0	1
0\$30	52	70	4	0	0	0	0	0	126
0\$40	0	0	1	0	0	0	0	0	1
0\$50	102	242	32	0	0	0	0	0	376
0\$60	15	47	28	9	0	0	0	0	99
0\$80	0	10	21	8	14	0	2	0	55
0\$90	0	1	0	0	0	0	0	0	1
1\$00	31	156	494	1030	634	392	99	0	2836
1\$50	9	23	5	2	4	4	0	0	47
1\$60	1	0	0	0	0	0	8	0	9
2\$00	0		0	0	2	4	320	97	423
4\$00	0	0	0	0	0	0	1	0	1
5\$00	0	0	0	0	0	1	0	0	1
10\$00	0	0	3	0	5	0	0	0	8
20\$00	0	0	0	0	0	0	1	0	1
24\$00	0	0	0	0	0	0	0	2	2

Total	210	556	588	1049	659	401	431	99	3982
-------	-----	-----	-----	------	-----	-----	-----	----	------

	Antecedentes								Total
	1935 /39	1940 /44	1945 /49	1950 /54	1955 /59	1960 /64	1965 /69	1970 /74	
JACF	0	14	68	82	67	53	39	3	326
JACF pelo casamento	0	1	9	71	36	34	23	2	176
JACF por limite de idade	0	0	17	21	12	17	12	3	82
JOCF	0	3	0	11	1	1	0	0	16
JOCF pelo casamento	0	0	0	0	2	0	0	0	2
LECF	0	0	0	1	0	0	0	0	1
LOCF	0	1	1	19	34	8	1	1	65
Presidente das Benjamins	0	1	0	0	0	0	0	0	1
Total	0	20	95	205	152	113	75	9	669

	Grau de escolaridade								Total
	1935/ 39	1940/ 44	1945/ 49	1950/ 54	1955/ 59	1960/ 64	1965/ 69	1970/ 74	
1ª Classe	0	0	0	1	0	6	2	0	9
1º Ano do Liceu	0	0	1	0	0	2	0	0	3
1º Curso da Escola Comercial	0	0	0	0	0	1	0	0	1
2ª Classe	0	0	0	2	4	7	0	0	13
2º Ano do Comercio	0	0	0	0	1	0	0	0	1
2º Ano do Curso do Secundário	0	0	1	0	0	0	0	0	1
2º Ano do Liceu	0	0	1	1	0	0	0	0	2
2º Grau do Estudo de Enfermagem	0	0	0	0	0	1	0	0	1
3ª Classe	0	1	0	9	23	31	37	21	122
3º Ano do Liceu	0	0	1	0	1	1	0	0	3
4ª Classe	8	23	37	33	48	28	41	23	241
4º Ano do Liceu	0	0	0	0	0	1	0	0	1
5ª Classe	0	0	0	1	1	0	0	0	2
5º Ano do Liceu	0	0	1	0	1	0	1	0	3
6ª Classe	1	5	5	4	14	11	10	0	50

6º Ano do Conservatório de Musica	0	0	0	0	1	0	0	0	1
6º Ano do Liceu	0	0	0	0	1	1	0	0	2
7º Ano do Liceu	0	0	0	0	0	0	1	0	1
9ª Classe	0	1	0	0	4	0	0	0	5
Curso de Costura e Bordado	0	0	0	0	0	1	0	0	1
Curso de Formação Rural	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Curso de Prof. Oficial	1	2	2	0	3	0	0	1	9
Curso do Conservatório	1	0	0	0	0	0	0	0	1
Curso do Liceu	1	1	1	0	1	1	0	0	5
Curso do Magistério Primário	1	1	0	2	1	2	0	0	7
Curso Primário	0	0	0	0	0	1	0	0	1
Escrever	0	0	2	15	1	0	0	0	18
Exame de Regente	0	1	0	0	1	1	0	0	3
Instr. Primária do curso de Enfermagem	0	0	1	0	0	0	0	0	1
Ler	3	7	9	41	17	14	8	4	103
Ler e escrever	110	291	141	172	108	45	51	5	923
Total	126	333	203	281	231	155	151	55	1535

	Estado civil								
	1935/ 39	1940/ 44	1945/ 49	1950/ 54	1955/ 59	1960/ 64	1965/ 69	1970/ 74	Total
Casada	49	288	188	62	25	15	8	32	667
Solteira	100	228	84	18	1	0	0	3	434
Viúva	34	91	36	3	0	0	0	1	165
Total	183	607	308	83	26	15	8	36	1266

	Assinatura								
	1935/ 39	1940/ 44	1945/ 49	1950/ 54	1955/ 59	1960/ 64	1965/ 69	1970/ 74	Total
Assina pela Própria mão	0	1	65	330	259	185	176	47	1063

	Categoria								Total
	1935/ /39	1940/ 44	1945/ /49	1950/ /54	1955/ /59	1960/ /64	1965/ /69	1970/ /74	
Admitida	128	328	148	319	278	144	115	5	1465
Efetiva	87	332	454	881	523	289	323	106	2995
Militante	2	4	10	8	2	0	11	2	39
Total	217	664	612	1208	803	433	449	113	4499

	Motivos das saídas								Total
	1935/ 39	1940/ 44	1945/ 49	1950/ 54	1955/ 59	1960/ 64	1965/ 69	1970/ 74	
Afastada da Ação Católica	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Ausentou-se	0	0	0	3	3	0	0	0	6
Desinteresse	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Desistiu	0	0	3	3	2	1	0	0	9
Desistiu por não se portar lá muito bem	0	0	1	0	1	0	0	0	2
Desistiu por não pagar a cota	0	1	0	0	0	0	0	0	1
Enlouqueceu	0	0	0	0	2	0	0	0	2
Expulsa por fazer desacatos	0	0	1	0	0	0	0	0	1
Extinta	0	0	0	1	0	3	7	2	13
Faleceu	0	5	99	63	81	83	69	43	443
Falta de pagamento	0	0	2	0	0	0	0	0	2
Foi para a América	0	0	1	2	0	0	0	0	3
Foi para a Argentina	0	0	0	1	3	0	0	0	4
Foi para a Bélgica	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Foi para a LOCF	0	0	0	0	1	1	0	0	2
Foi para a montanha	0	0	0	2	0	0	0	0	2
Foi para a Venezuela	0	0	0	0	0	1	0	0	1
Foi para África	0	0	1	1	0	2	0	2	6
Foi para França	0	0	0	1	1	4	5	0	11
Foi para Lisboa	0	0	0	1	0	0	0	0	1

Foi para Luanda	0	0	0	0	0	1	0	0	1
Foi para missionária	0	0	0	1	0	0	0	0	1
Foi para o Brasil	0	0	2	5	9	4	2	0	22
Foi para o Canadá	0	0	0	0	0	1	0	0	1
Foi para o estrangeiro	0	0	0	0	0	2	1	1	4
Foi para o Pombal	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Foi para o Porto	0	0	1	1	0	0	0	0	2
Foi para outra freguesia	0	0	12	12	7	5	1	2	39
Foi para outra terra onde não existe a Liga	0	0	0	1	0	0	0	0	1
Foi para religiosa	0	0	1	1	3	5	0	0	10
Mau exemplo	0	0	0	0	2	0	0	0	2
Não cumpria os preceitos da Igreja	0	0	1	0	0	0	0	0	1
Não pode pagar	0	0	3	0	0	0	0	0	3
Não quer continuar	0	0	4	2	9	0	0	0	15
Não quer pagar a cota	0	0	3	4	4	0	0	1	12
Não quer ser da Ação Católica	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Não vai às reuniões	0	0	0	1	0	0	0	0	1
Não vai às reuniões nem paga	0	0	1	0	0	0	0	0	1
Nunca assistiu às reuniões	1	0	0	0	0	0	0	0	1
Por doença/falta de saúde	0	0	0	2	1	0	0	0	3
Por não lhe darem o emblema	0	0	0	0	1	0	0	0	1

Por não receber os jornais que tinha assinado	0	0	0	0	0	1	0	0	1
Por ordem do Pároco	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Saiu	0	4	97	195	277	282	?	?	855
Suspensa por castigo	0	0	0	1	0	0	0	0	1
Total	1	10	233	304	411	396	86	52	1493

Dados relativos à Liga Operária Católica Feminina:

Total								
1935/39	1940/44	1945/49	1950/54	1955/59	1960/64	1965/69	1970/74	Total
7	13	32	23	44	70	96	18	303

	Morada								Total
	1935/39	1940/44	1945/49	1950/54	1955/59	1960/64	1965/69	1970/74	
Diferente	0	0	9	0	0	1	1	0	11
Igual	7	12	22	13	19	41	50	15	179
Irreconhecível	0	1	1	10	25	28	45	3	113
Total	7	13	32	23	44	70	96	18	303

	Profissão/Ocupação								Total
	1935/39	1940/44	1945/49	1950/54	1955/59	1960/64	1965/69	1970/74	
Agricultora	2	0	0	3	2	1	1	1	10
Bordadeira	0	0	0	0	0	1	0	0	1
Comerciante	0	0	0	0	0	0	2	0	2
Costureira	0	1	0	2	3	3	3	0	12
Criada	2	0	0	0	0	0	0	0	2
Doméstica	1	2	1	3	9	34	40	5	95
Modista	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Operária	2	3	13	12	22	27	33	10	122
Operária Reformada	0	0	0	0	0	0	6	1	7
Regente escolar	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Servente escolar	0	0	0	0	1	1	0	0	2
Serviçal	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Tecedeira	0	3	2	1	1	1	2	0	10
Vigilante	0	0	0	0	0	1	0	0	1
Total	7	9	16	21	40	69	88	17	267

	Idade								Total
	1935/39	1940/44	1945/49	1950/54	1955/59	1960/64	1965/69	1970/74	
15-19	0	0	0	1	0	0	0	0	1
20-24	0	0	2	2	1	2	8	1	16
25-29	0	0	5	4	3	7	6	3	28
30-34	0	0	0	2	6	14	20	2	44

35-39	0	0	0	5	7	18	19	0	49
40-44	0	0	0	2	7	7	15	0	31
45-49	0	0	1	0	4	6	10	0	21
50-54	0	0	1	0	3	3	4	0	11
55-59	0	0	0	0	1	5	5	0	11
60-64	0	0	1	0	0	2	0	0	3
≥65	0	0	0	0	0	1	1	0	2
Total	0	0	10	16	32	65	88	6	217

	Outras Associações								
	1935/ 39	1940/ 44	1945/ 49	1950/ 54	1955/ 59	1960/ 64	1965/ 69	1970/ 74	Total
Apostolado da Oração	6	11	13	7	5	5	16	0	63
Congregação Mariana	0	0	0	2	2	2	2	0	8
Congregação Nossa Senhora	0	0	0	0	1	0	2	0	3
Cruzadas de Fátima	2	4	4	0	0	0	1	0	11
Doutrina Cristã	0	0	0	1	0	0	0	0	1
Imaculado Coração de Maria para a conversão dos pecados	3	10	10	2	0	0	0	0	25
Legião de Maria	0	0	0	0	0	1	0	0	1
Maria do Sacrário e Calvário	2	0	0	0	0	0	0	0	2
Nossa Sra. do Carmo	0	0	0	0	1	1	0	0	2
Ordem 3ª	2	0	0	0	0	0	0	0	2
Pia União das Filhas de Maria	0	0	5	1	3	0	1	0	10
Sagrado Coração de Jesus	0	0	0	1	0	2	9	0	12
Santíssimo Sacramento	1	1	0	0	0	0	0	0	2
Sindicalizada	0	0	1	1	0	0	0	0	2
Total	16	26	33	15	12	11	31	0	144

	Cota								
	1935/ 39	1940/ 44	1945/ 49	1950/ 54	1955/ 59	1960/ 64	1965/ 69	1970/ 74	Total
0\$30	2	5	0	0	0	0	0	0	7
0\$50	5	5	5	0	0	0	0	0	15

0\$60	0	0	1	0	0	0	0	0	1
0\$80	0	0	0	2	0	0	0	0	2
1\$00	0	0	22	9	0	0	0	0	31
1\$50	0	0	1	5	2	4	0	0	12
2\$00	0	0	0	0	20	13	3	0	36
2\$50	0	0	0	0	0	4	13	0	17
3\$00	0	0	0	0	0	0	0	1	1
3\$50	0	0	0	0	0	0	2	4	6
4\$00	0	0	0	4	0	0	13	0	17
4\$50	0	0	0	0	0	0	10	1	11
5\$00	0	0	0	0	0	1	2	0	3
5\$50	0	0	0	0	0	0	1	1	2
7\$00	0	0	0	0	0	1	0	0	1
Total	7	10	29	20	22	23	44	7	162

	Antecedentes								
	1935/ /39	1940/ /44	1945/ /49	1950/ /54	1955/ /59	1960/ /64	1965/ /69	1970/ /74	Total
JOCF	0	0	2	5	8	12	10	4	41
JOCF pelo casamento	0	1	12	0	0	1	2	0	16
JOCF por limite de idade	0	0	4	4	4	2	3	0	17
LACF	0	0	0	0	0	1	1	0	2

	Grau de escolaridade								
	1935/ 39	1940/ 44	1945/ 49	1950/ 54	1955/ 59	1960/ 64	1965/ 69	1970/ 74	Total
2ª Classe	0	0	0	0	0	0	2	0	2
3ª Classe	0	0	0	0	0	0	6	8	14
4ª Classe	0	0	0	1	3	4	15	0	23
6ª Classe	0	0	0	0	5	1	2	0	8
Exame de Regente Escolar	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Ler	0	1	2	0	0	5	0	0	8
Ler e escrever	4	4	7	0	2	0	6	0	23
Total	4	5	9	1	10	16	34	0	79

	Estado civil								
	1935/ 39	1940/ 44	1945/ 49	1950/ 54	1955/ 59	1960/ 64	1965/ 69	1970/ 74	Total
Casada	4	8	17	8	17	39	65	14	172

Solteira	0	0	4	6	21	26	22	4	83
Viúva	0	0	0	0	1	4	6	0	11
Total	4	8	21	14	39	69	93	18	266

	Assinatura								
	1935/ 39	1940/ 44	1945/ 49	1950/ 54	1955/ 59	1960/ 64	1965/ 69	1970/ 74	Total
Assina pela Própria mão	0	0	1	4	29	43	52	4	133

	Categoria								
	1935/ 39	1940/ 44	1945/ 49	1950/ 54	1955/ 59	1960/ 64	1965/ 69	1970/ 74	Total
Admitida	0	2	10	0	2	12	51	13	90
Efetiva	7	9	19	23	39	57	41	3	198
Militante	0	2	2	0	3	1	4	2	14
Total	7	13	31	23	44	70	96	18	302

APÊNDICE 06 – DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL NA ARQUIDIOCESE DE BRAGA DOS MOVIMENTOS LACF E LOCF (1934-1974)

Implementação no território dos movimentos da LACF

Arcos de Valdevez: Sabadim

Amares: [Barreiros]; Dornelas; Feira Nova, Ferreiros; Lago; Rendufe; S. Pedro de Barreiros; S. Tiago de Caldelas

Barcelos: Balugães; Barqueiras; Carvalhal; Chorente; Cossourado; Courel; Creixomil; Cristelo; Gilmonde; Góios; Grimancelos; Macieira; Milhazes; Minhotães; Moure; Negreiros; Pedra Furada; Pereira; Remelhe; [Respiço]; Roriz; S. Martinho de Galegos; S. Romão da Ucha; S. Romão Fonte Coberta; Silveiros; Sta. Lucrecia de Aguiar; Sta. Maria de Galegos; Viatodos

Braga: Braga (Dispersa); Granja; Maximinos; Mosteiro; Padim da Graça; S. Claudio do Barco; S. Pedro de Este; S. Bartolomeu de Tadim; S. Vicente; Semelhe; Sta. Maria de Lamações; Sta. Maria de Sequeira

Cabeceira de Bastos: Sto. André de Vilar de Nune; Vilar de Cunhas

Caminha: Vilar de Mouros

Celorico de Bastos: Borba da Montanha; Gagos (S. Pedro); Gagos (S. Tiago); S. Clemente de Basto; S. Martinho de Vale de Bouro; S. Tiago de Ourilhe; Sta. Maria de Veade

Esposende: Antas; Belinho; Fonte Boa; Frojães; Gemeses; Marinhas; Palmeira de Faro; S. Bartolomeu do Mar; Vila Chã, S. João Batista

Fafe: Fornelos; Freitas; Moreira de Rei; Regadas; S. Martinho de Silves; S. Miguel do Monte; Seidões; Sta. Maria de Ribeiros

Guimarães: Abação; Atães; Balazar; Barco; Castelões; Danim; [Matamé]; Nespereira Sta. Eulalia; S. Clemente de Sande; [S. Constantino]; S. Faustino; S. Lourenço de Sande; S. Miguel de Serzedo; S. Paio de Vizela; S. Salvador do Souto; S. Tirso de Prazins; S. Vicente de Oleiros; Silves; Sta. Cristina de Longos; Sta. Maria de Silves; Sta. Maria do Souto; Sto. Estevão de Briteiros; Vila Nova de Infantas

Melgaço: Paços; Penso; Rouças; S. Gregório de Cristoval; S. Paio; S. Tomé de Couso; Sta. Maria da Porta; Sta. Maria de Melgaço

Monção: Lara; Mazedo

Paredes de Coura: Bico, S. João Batista

Ponte da Barca: Oleiros; S. João Batista de Vila Chã

Ponte de Lima: Beiral do Lima; [Carralhã]; Estorãos; Facha; Fontão; Refóios do Lima; S. Martinho da Gandra; S. Pedro de Arcos; Sta. Cruz do Lima; Vitorino de Donas

Póvoa de Lanhoso: Fontearcada; Garfe; Taíde, Porto d'Ave; Vilela

Póvoa de Varzim e Vila do Conde: Amorim; Arcos; Aver-o-mar; Bagunte; Balazar; Garfe; Junqueira; Navais; Rio Mau; S. Pedro de Rates; Taíde; Touguinha

Terras de Bouro: Covide; Sta. Marinha de Vilar

Valença: Arão

Viana do Castelo: Castelo de Neiva; Deão; Meadela; Nogueira; Outeiro; S. Miguel de Perre; [S. Pedro de Caporeiras]; S. Romão de Neiva; S. Salvador da Torre; Serreleis; Sta. Marta de Portuzelo; Subportela; Vila de Punhe

Vieira do Minho: Caniçada; Mosteiro; S. Tiago de Guilhofrei; Sta. Marta de Rossas

Vila Nova de Cerveira: Gondarém; Nossa Sra. Reclamo, Lovelhe; [Reboreda]; S. Tiago do Sopo

Vila Nova de Famalicão: Avidos; Cabeçudos; Fradelos; Gondifelos; Lemelhe; Louro; Mouquim; Requião; Ribeirão; S. Cosme do Vale; S. Tiago de Outiz; Sta. Maria de Arnosos; Sta. Maria de Oliveira, Mosteiro; Vilarinho das Cambas

Vila Praia de Âncora: Sta. Maria de Gontinhais

Vila Verde: Aboim de Nóbrega; Godinhaços; Panascais; Portela de Vade; S. Paio de Vila Verde; S. Tiago de Atiães; Sta. Maria de Couto; Sta. Maria de Covas de Aboim; Valvez

Outros: Barreiro- Vilar; Esporeiros; S. João de Ribeiros;

Implementação no território dos movimentos da LOCF

Braga: Matriz, Nossa Sra. da Conceição; S. Vitor

Fafe: Fafe

Guimarães: Brito; Creixomil; Guardizela; S. João da Ponte; S. João do Brito; S. Jorge de Selho; S. Martinho do Candoso; S. Tiago de Ronfe; S. Torcato; Sta. Maria de Airão; Urgeses; Vermil

Póvoa de Varzim e Vila do Conde: Amorim; Matriz

Vila Nova de Famalicão: Castelões; Cruz; Delães; Joane; Pereiras; Sto. Adrião; Vila Nova de Famalicão